

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

REZEK, José Francisco . José Francisco Rezek I (depoimento, 2013). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (5h 40min).

**José Francisco Rezek I
(depoimento, 2013)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Fernando de Castro Fontainha; Rafael Mafei Rabelo Queiroz;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Barbara Pommê Gama; Thiago Acca;

Técnico de gravação: Ítalo Rocha Viana;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 01/07/2013 a 01/07/2013

Duração: 5h 40min

Arquivo digital - áudio: 9; Arquivo digital - vídeo: 9;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988-2013)”, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Escola Direito Rio e o CPDOC/FGV, com financiamento da Fundação Getúlio Vargas, entre abril de 2012 e março de 2014. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Anos 1970; Atividade profissional; Ato Institucional, 5 (1968); Bilac Pinto; Brasil; Carreira acadêmica; Carreira jurídica; Censura; Constituição federal (1988); Direito; Ensino superior; Família; Fernando Collor de Mello; Formação escolar; França; Francisco Rezek; Genebra; Governo Dilma Rousseff (2011-2016); Governo Fernando Collor (1990-1992); Impeachment de Collor; Imprensa; Índios; Intervenção militar; Leitão de Abreu; Magistério; Mídia; Ministério das Relações Exteriores; Opinião pública; Poder judiciário; Política; Pós-graduação; Procuradoria Geral da República; Regime militar; São Paulo; Segunda Guerra Mundial (1939-1945); Serviço Nacional de Informações; Suíça; Supremo Tribunal Federal; Terras indígenas; Tortura; Tribunal Superior Eleitoral; Universidade de Brasília;

Sumário

Entrevista: 01/07/2013 Apresentação do ministro e de sua filiação; resumo de sua trajetória acadêmica e profissional; escolarização básica e a sua relação com a Segunda Guerra Mundial; relação entre sua família e a política local; a escolha do Direito como carreira; os anos na Faculdade; influência do Governo Militar na Universidade; pós-graduação na Sorbonne; Revolução Estudantil de Maio de 68; volta para o Brasil; AI – 5; carreira de Procurador; tese de doutorado; cargo de secretário jurídico no Supremo; relação com o Ministro Bilac Pinto; delegação do Brasil à Cruz Vermelha em Genebra; SNI; posicionamento frente à Ditadura Militar; relação entre o Supremo e o Governo Militar; Recurso Ordinário Criminal; cargo de assessor extraordinário do Ministro Leitão de Abreu; processo de sua indicação para o cargo de Ministro do STF; processo geral de indicação para o cargo de Ministro no STF e exemplos atuais (Presidente Dilma); docência na UNB; tortura e censura na década de 70; episódio da Delegação Brasileira na Cruz Vermelha em 1977; docência no Itamaraty; atuação como Ministro do Supremo Tribunal Federal; processo de indicação para o cargo; posse no Supremo; montagem do gabinete; aumento da carga de trabalho do STF: motivos; pressão da opinião pública nos julgamentos do STF; Irineu Tamanini no TSE; relação do Judiciário com a mídia; TV Justiça; como se opera a divisão entre os casos mais e menos “importantes” na pauta do STF; tendências pessoais dos Ministros e convergência com a função no STF; discussão dos casos entre os ministros em gabinete; revogação do AI-5 e Constituição de 1988 na mudança de função do STF; primeira saída do Supremo e o governo Collor; volta ao Supremo; relação com os outros ministros; discussão sobre como os Ministros conseguem lidar com a enorme quantidade de processos de que são encarregados; assessoria; impedimento no caso Collor; caso “Fara do Boi”; pedido de Vista; procedimento do voto no STF; aposentadoria; corte de Haia; função de advogado em São Paulo; sustentações orais no STF já como advogado; caso Raposa Serra do Sol; a responsabilidade primordial da classe dos advogados frente à Constituição de 88.

Entrevista: 01/07/2013

Fernando Fontainha – Ministro, sempre que começamos as entrevistas, a primeira coisa que perguntamos ao entrevistado é seu nome completo, o nome dos pais, a cidade onde nasceu, para fazer uma breve qualificação inicial.

Francisco Rezek – O meu nome completo é José Francisco Rezek. Eu nasci em Cristina, no sul de Minas Gerais. É uma cidade pequena e muito antiga, na montanha das águas, entre São Lourenço e Caxambu. Aquela área. O meu pai veio do Líbano, do norte do Líbano, ao final, quase que ao final da primeira Grande Guerra. Era uma época em que aquela região do mundo árabe era ainda colonizada pelo Império Otomano. O Império Otomano determinava que as pessoas, enfim, participassem da frente de combate, em prol daquilo que era o lado em que se encontrava o império, que não era o do Ocidente da época; e quase todos, então, participavam de movimentos de insurreição contra a autoridade militar otomana, (alguns, de ações de sabotagem), antes de, de algum modo, voltarem à pátria. Mas sabiam que ali não poderiam ficar por muito tempo. E foi uma ocasião em que muitos emigraram do norte do Líbano – do Líbano todo, e vieram para o continente americano. Meu pai foi um deles. A minha mãe teve uma educação tipicamente paulistana. Eu sou, então, do pequeno ramo mineiro de uma família que se estabeleceu aqui desde o meado do século XIX. Os últimos vieram na virada do século XIX para o XX. E foi quando do casamento da minha mãe, aos dezoito anos, em 1926, que o casal se transferiu para o sul de Minas Gerais, onde eu nasci. Enfim. Eu sou de uma família de médicos. Eu fui um dos pouquíssimos a tomarem um caminho diferente da medicina. Tenho a minha saúde muito bem cuidada, pelo número de sobrinhos, de primos e de outros profissionais da medicina na minha cercania.[risos] E eu era também predestinado a... enfim, eu era programado pela família para fazer também a faculdade de medicina. Mas quando fazia o curso científico... Era o colegial, o preparatório da área de ciências e tecnologia. Quando fazia o curso científico, no colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, achei que deveria tomar um outro caminho, e fiz a faculdade de direito. Terminando em 66, (fui o orador da turma) fui em seguida para Paris, fazer o meu doutorado. Era possível na época. Hoje, não mais. Era possível fazer, diretamente, um doutorado em direito, na Universidade de Paris, sem a etapa do mestrado. De lá, voltei, já fazendo um concurso para professor na Faculdade de Direito. Mas fiquei pouquíssimo tempo em Belo Horizonte, porque me transferi então para Brasília, para trabalhar, no Supremo Tribunal Federal, com o ministro Bilac Pinto, que tinha chegado de Paris, onde ele era o nosso embaixador. Eu tinha com ele... enfim, as famílias tinham - laços de conterraneidade, e ele me conheceu melhor na época em que estava como embaixador lá, eu era um estudante de doutorado, na Sorbonne. E nessa época, diferentemente do que acontece hoje, em que todas as instituições, incluindo os tribunais, incharam muito em número de efetivos, àquela época, cada ministro do Supremo tinha um único assessor, chamado secretário jurídico, e duas secretárias datilógrafas. E só. Nessa época, trabalhei com Bilac Pinto, estavam lá no Tribunal, presidindo o Tribunal, Aliomar Baleeiro, estavam lá, ainda, Luiz Gallotti, Oswaldo Trigueiro e vários outros, Thompson Flores, Eloy da Rocha, e Adauto Lucio Cardoso, uma figura notável, que renunciou à cátedra no Supremo, em circunstâncias dramáticas, em março de 71. Bom. O cargo era em comissão e tinha tempo limitado: dois anos. Era fundamental exercer o cargo de assessor do ministro do Supremo e cair fora ao cabo de dois anos. Me lembro que o ministro Thompson Flores me explicava a razão disso. É para não se formar, na opinião pública, na opinião dos advogados, a ideia de que houvesse um vice-ministro, um alter ego permanente do membro. Havia, então, uma rotatividade garantida. Isso também acabou. Hoje, o número de assessores é bem maior e não há esse prazo limite. Quando

se esgotavam esses dois anos eu estava, ao mesmo tempo, sendo aprovado no primeiro concurso que houve para a carreira de procurador da República. Terminei a carreira... Enfim, esgotei a carreira em poucos meses. Porque a Constituição já dizia, creio que desde 1946, que os procuradores da República deveriam ser recrutados por concurso. Mas nunca se animava o governo a fazer o tal concurso. Com o que os procuradores da República eram recrutados, muito criteriosamente, entre o que havia de melhor entre procuradores dos estados e procuradores autárquicos, da união. O concurso dos anos do romper da década de 70 foi o primeiro. Então os que entramos nesse primeiro concurso encontramos uma casa quase vazia. Os efetivos da velha guarda eram pouco numerosos. Casa quase vazia, passamos da terceira categoria para a segunda e daí para a primeira, num espaço de dezoito meses ou pouco mais do que isso. Bom. O concurso foi marcado por vários fenômenos, característicos da época. Era o período mais sombrio dos anos sombrios. Eram os primeiros anos da década de 70. O Serviço Nacional de Informações interferiu no concurso de várias maneiras e tentou interferir, sem sucesso, de várias outras maneiras. Não tivemos, enfim, ao cabo do concurso, todos os colegas que haviam sido inicialmente aprovados, porque houve algumas podas, alguns cortes, pelo Serviço Nacional de Informações da época. Tentaram cortar o meu nome também, mas o procurador geral da República na época, Xavier de Albuquerque, não deixou, não deixou que o fizessem. Tentaram interferir, depois, em um ou outro aspecto da minha carreira, quanto à questão das promoções. E, já aí o procurador geral, o Moreira Alves não deixou que o fizessem. Fiquei na carreira o tempo todo. Sempre fui professor universitário. Desde que comecei, em Belo Horizonte, depois me transferei para a Universidade de Brasília, nunca deixei a sala de aula. Não deixei a sala de aula nem mesmo naqueles dois anos e pouco em que fui ministro do Exterior. Saía do Itamaraty, ia dar minhas aulas na UNB, normalmente. Não achava que a função de governo me dispensasse do compromisso maior com os alunos. Agora a carreira paralela foi essa de procurador da República. Ao final da qual eu cheguei a subprocurador geral, que era o cargo mais alto ali na carreira, e dali fui para o Supremo, em 83.

Rafael Maffei – Ministro. Nas pesquisas que nós fizemos consta que o senhor estudou em diversas cidades.

F.R. – Na infância, sim. Sim.

R.M. – Por que as mudanças?

F.R. – É. Eu fiz o curso... o próprio curso primário, eu fiz em duas escolas diferentes, uma escola particular, de nome Santa Teresinha, onde eu fiz o primeiro e o segundo anos do primário, e a escola fechou. Era de uma família de professoras, muito distintas, muito capacitadas, mas decidiram fechar a escola, e eu concluí o primário, fazendo o terceiro, o quarto e o quinto anos do primário no Grupo Escolar Delfim Moreira, que era a escola pública de maior dimensão em Santa Rita do Sapucaí, onde eu cresci. Depois disso, os meus pais quiseram que eu fizesse o colegial... não, perdão, que eu fizesse o ginásial, os quatro anos iniciais, (o que é hoje parte do básico, mas na época era o ginásial, que precedia o colegial) quiseram que eu fizesse num internato, onde, enfim, poderia ter um aprendizado melhor e, eventualmente, uma disciplina de vida melhor. Eu fiz, então, a primeira série ginásial no Liceu Salesiano, de Campinas, e a segunda, no Colégio Salesiano, de Lorena. Isso porque havia conterrâneos meus e até parentes meus num e outro, e eu acabei convivendo com mais gente. Mas depois de dois anos de internato eu achei que não era o caso de permanecer internato. O internato, já então, dava sinais de ser uma figura em extinção. Hoje, esses colégios todos subsistem e com muita

qualidade, mas nenhum deles tem essa característica. São hoje colégios mistos e funcionando sem o regime de internato. Eu voltei para Santa Rita então e fiz mais dois anos, concluindo ali o curso ginásial. Aí eu tinha que sair de novo, porque não havia, para rapazes, o colegial, em Santa Rita. Havia uma escola normal, para moças que entendessem de fazer a carreira de professoras primárias. Não havia um colegial para rapazes. Saí de novo. E dessa vez, para Poços de Caldas, onde fiquei também um ano. Finalmente, chegando a hora, enfim, a família se convencendo de que era hora de me mandar para Belo Horizonte, para um lugar onde eu faria a escola superior, o lugar da faculdade, que já podia ser, na época, Belo Horizonte. Foi quando eu me desloquei. Tinha dezesseis anos recém completos. Dezesseis anos, fui para Belo Horizonte e concluí, então, o científico, os dois últimos anos do científico, no Colégio Arnaldo. Porque já era possível... Até então, os mineiros iam todos para São Paulo. Vinham todos para São Paulo. Meu irmão, meu único irmão, mais velho, ele fez a engenharia química em São Paulo, outros membros da família. Enfim. Os jovens do sul de Minas mal tomavam conhecimento de que havia, para Minas Gerais, uma capital construída, então, fazia sessenta anos, lá no meio do território mineiro, e eram muito centrados... Até a preferência esportiva pelo Corinthians me veio dessa época. O sul de Minas não tinha muito a ver com Belo Horizonte. Tinha mais a ver com São Paulo. Assim como o leste de Minas, a região do presidente Itamar Franco, aquela área toda, tinha muito mais a ver com o Rio de Janeiro. Victor Nunes Leal e outros eram prova disso. Bom. Então...E esses dois anos de Colégio Arnaldo foram o cenário da minha decisão de não fazer medicina e sim de fazer a faculdade de direito. Por que é que foi possível essa migração? Porque a Fernão Dias ficou pronta. Por iniciativa do... por uma das mil iniciativas do presidente Juscelino Kubitschek, a rodovia Fernão Dias foi construída; e já estava pronta, com asfalto, e, então, eu fui da primeira leva de sul-mineiros a irem quase que maciçamente para Belo Horizonte, em vez de tomar o caminho de São Paulo. E... Bom. Também foi um período, um período grandemente enriquecedor. Eu tenho das minhas escolas todas uma boníssima lembrança. Enfim. Diferentemente de Pedro Almodóvar e outras pessoas da maior respeitabilidade, (ri) eu não tenho nenhuma lembrança ruim do internato; e menos ainda das escolas que frequentei mais tarde, como o Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. E onde... enfim, tenho a certeza de que aprendi muito, não apenas daquilo que estava no currículo, mas outras coisas mais. Eu me lembro de que havia, no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, um orientador vocacional, o padre João. O Colégio Arnaldo era dirigido pela congregação chamada do Verbo Divino. Eram padres alemães. Todos alemães ou de origem alemã. E...

F.F. – Desculpe, ministro. Do verbo... divino?.

F.R. – Do Verbo Divino. É SVD. Sociedade do Verbo Divino. Era o nome da congregação. E durante a segunda... O Colégio Arnaldo fez cem anos, o ano passado. Ele é muito antigo. Consta que durante a... não a primeira, mas durante a 2ª. Guerra Mundial, aquela hostilidade que se formou nos países do Ocidente, com os aliados, contra alemães, japoneses e outras nacionalidades, mas destacadamente contra os alemães, levou a surgirem boatos... não dava para fazer, não dava para forjar, mesmo no domínio do boato, nada de escabroso; mas circulava, por exemplo, na Belo Horizonte da época, o rumor de que os padres alemães do Colégio Arnaldo tinham chope encanado. Nas torneiras daqueles sacerdotes, abrindo-se a torneira, o que saía não era água, e sim um delicioso chope. Tudo isso era falso. Mas, enfim, é bem próprio da maneira mais inocente pela qual se tratava, durante a guerra, o inevitável preconceito contra o inimigo. Bom. Mas eu lhes dizia, havia um orientador vocacional no Colégio Arnaldo, padre João e eu falava a ele da minha... enfim, do fato de que o meu sonho

de infância era ser marinheiro, era fazer uma carreira na Marinha. E, depois de algumas conversas, ele falou: “Mas que ideia maluca. A marinha dos seus sonhos é uma coisa que já não existe há séculos. É a marinha dos galeões, das caravelas, é a marinha dos piratas. Isso acabou”. Essa que a série Piratas do Caribe ressuscita hoje na tela. Era algo do gênero. Ele dizia: “a marinha de hoje, não, é muito técnica, é muito profissional; a marinha mercante não vai lhe dizer grande coisa, a marinha pública, a marinha militar, menos ainda. Então, desista. Esse sonho está mal costurado. Largue mão da ideia da marinha e pense em outra coisa que tenha mais a ver”. Até porque... Alguma coisa que tenha mais a ver com o provinciano que está a mais de mil quilômetros do mar. Marinha é para quem está lá à beira-mar, pelo menos [risos].

F.F. – Ministro, o senhor mencionou que seu pai veio para o Brasil por razões políticas.

F.R. – Sim. No final de guerra.

F.F. – Final de guerra. E que a sua família era uma família de médicos, portanto pessoas, eu imagino, de uma formação intelectual muito considerável, acima da média eu diria. A sua família, o seu pai ou os seus parentes próximos tinham atuação política, vivência política, participação na política municipal?

F.R. – Não. Não, não. Era uma família bem relacionada com vários flancos, tendo várias amizades, naquilo que era, na época, o binômio UDN, PSD-PTB. O grande líder da comunidade, em Santa Rita do Sapucaí, era um chefe político udenista, o coronel Francisco Moreira da Costa, irmão do presidente Delfim Moreira e fundador do Banco Nacio... do que veio a ser depois o Banco Nacional, já aí sob controle da família Magalhães Pinto, enfim, e terminando não exatamente como os fundadores imaginavam que fosse terminar. Mas a minha mãe, sobretudo, foi uma fonte de inspiração permanente. Ela teve, aqui em São Paulo, uma educação trilingue. Ela estudou no Colégio Oriental, que ficava aqui na rua Maria Figueiredo, uma travessa, enfim, uma vertente da Paulista, onde se dava às crianças o ensino em árabe, português e francês. Então essas crianças, aos seis anos, eram alfabetizadas duplamente, o alfabeto ocidental e o alfabeto árabe, e manejavam as três línguas. Ela fez teatro, declamação, poesia, uma porção de coisas, desde a infância; e era, quando casou e se deslocou para o sul de Minas, uma pessoa de grande cultura, de grande erudição. E marcou profundamente a vida, não apenas dos filhos, mas de todos os demais, dos sobrinhos e de muitas outras pessoas por lá. Seguramente foi, das minhas influências de sangue, a mais importante. E eu a conservei... Porque eu perdi meu pai muito cedo. Aos dezoito anos, quando eu estava entrando na faculdade de direito, meu pai morreu, de câncer; mal recebeu a notícia do sucesso no vestibular, morreu alguns dias depois. Mas eu conservei a minha mãe até pouco tempo atrás. Ela faleceu com 97, em plena lucidez e rigidez física também, ainda muito influente sobre as demais pessoas. E... É curioso. Eu ia, às vezes, a Santa Rita, visitá-la, e ela me dava um roteiro de visitas: quem ver, porque perdeu um parente, porque sofreu alguma tragédia pessoal, quem ver para dar parabéns por alguma coisa, e me dizia quando ir, a quem ir, a hora em que chegar e o que dizer. Eu acho, eu sempre achei que ela tinha a impressão de que se não me dissesse, com todos os detalhes, o que fazer, eu faria tudo errado. Isso se conservou até os seus 97 anos, e quando eu próprio já tinha passado dos sessenta. Mas foi uma grande influência que tive e que me marcou, em todos os sentidos, na vida.

R.M. – Por que o senhor optou por fazer direito, se a escolha da medicina era tão... talvez, tão óbvia, para todas as pessoas?

F.R. – É. Eu rejeitava um pouco a medicina, por achar que eu não seria... Eu tinha uma grande habilidade manual, sempre construí aeromodelos, maquetes navais, etc.. Não era este o problema. Mas eu achava que não... Eu observava, eu observava a vida profissional de alguns médicos mais velhos, na família, achava que eu não teria a paciência que um médico tem que ter para conviver com a problemática do próprio paciente, para conviver com as inevitáveis perturbações da família do paciente. Observava que isso era um problema, que se abatia não só sobre jovens médicos principiantes, mas sobre pessoas já de idade, de grande prestígio na vida profissional. É que o próprio enfermo e os familiares do enfermo não estão nem aí para saber com quem estão falando. Eles querem notícias, eles querem interferir, às vezes, querem opinar. Eu achava que a vida de médico era uma coisa muito sacrificada. E preferiria tomar um outro caminho. Talvez me faltasse... enfim, paciência bastante.

F.F. – Ficou bem claro por que não a medicina. Mas por que o direito?

F.R. – Sim. Eu era um menino de muitas leituras. Desde o curso primário, um menino de muitas leituras. E tomei gosto, tomei gosto por aquilo que essas leituras mostravam como a carreira do advogado. Eu não pensava em ser juiz, não pensava em ser procurador da República, não sabia o que era isso, mas via que vocação do advogado era algo que tinha a ver comigo. Algumas obras literárias influenciaram nisso, alguns filmes da época, alguns deles envolvendo o ator Gregory Peck – *O Homem do Terno Cinzento* e um outro, um clássico, cujo nome em português eu não lembro, *How to kill a Mockingbird*. (*O Sol é para Todos*) É. Parece que sim. É aquele em que ele faz um júri de um rapaz negro, no sul dos Estados Unidos, que é acusado de um crime sexual contra uma moça branca. E o filme é de uma riqueza, de uma riqueza excepcional. Bom. Eu acho que sim, foram leituras, foram... foram... foi a apreciação de obras cinematográficas, de obras teatrais que me levou a acreditar que isso seria uma carreira tendo mais a ver comigo. Na época, muitos preferiam... muitos os vocacionados, não para ciências da saúde nem para tecnologia, mas para humanidades, davam preferência à economia; a economia, que estava, na época, crescendo muito, o mercado do curso universitário de economia estava muito aquecido, naquele momento. A não falar nas novidades, sociologia, antropologia, que já começavam a aliciar jovens no meio universitário. Eu preferi não... Nenhum desses caminhos me dizia alguma coisa enfim. Achei que não... Não sou chegado a números, o vil metal não me seduz, não sou chegado a contas, o curso de economia não me parecia apropriado.

R.M. – Ingressando na faculdade de direito, qual é a recordação que o senhor tem dos anos de faculdade? Professores, livros, colegas, eventos.

F.R. – Eu entrei em 62. Eu fiz o vestibular, como era normal que se fizesse na época, eu fiz o vestibular na Federal e na Católica; e me dei o prazer de fazer... Havia uma escolha de língua estrangeira. Eu fiz com o francês, na Federal, com o inglês, na Católica. Fui aprovado nas duas, numa classificação discreta na Federal e um segundo lugar na Católica. Optei pela Federal, não porque fosse necessariamente melhor. As duas tinham a mesma equipe de professores. Os professores eram quase que a cem por cento os mesmos. Todos de alta qualidade. E a Católica tinha ainda, sobre a Federal, a vantagem de impor uma disciplina maior: horários e... Enfim, era uma coisa um pouco mais austera. Mas a Federal era gratuita, tinha o privilégio da gratuidade. Isso, é claro... Enfim... Não sei que espécie de loucura atribuíram a alguém que é aprovado nas duas optasse por aquela que custa alguma coisa, em contraste com aquela que tem mais antiguidade, tem igual qualidade e é gratuita. Era diretor da Faculdade de

Direito o professor Alberto Deodato Maia Barreto; um intelectual, um jurista, do Sergipe, de grande autoridade, que marcou várias gerações de estudantes de direito. Era um homem de um fascínio pessoal extraordinário. E os outros professores, tanto no flanco conservador quanto no flanco progressista, o que se chamava a esquerda, da época, eram todos de primeira qualidade. Na esquerda, tínhamos Edgar Godoy da Mata Machado. Figura única. Professor de introdução à ciência do direito, no primeiro ano. Tínhamos (Rui) de Souza. Um homem extraordinário. Ensinava direito comercial com um sentido crítico, severíssimo. E todos deixaram muita saudade. A essa altura, dos meus professores, creio que há ainda, sim, dois ou três vivos. Os outros já se foram. E todos deixaram, aos alunos da época, uma lembrança muito grata e ensinaram muito. Ensinaram muito. Alberto Deodato, como diretor da Faculdade... Na época, havia uma regra, segundo a qual... Não havia, no meio universitário, não havia uma guilhotina inexorável da compulsória a uma certa idade. Havia lá uma norma que permitia que aquele que chegasse à idade da aposentadoria obrigatória poderia ser reconduzido por mais um ano, mediante voto unânime da congregação ou algo assim; e ao fim desse ano, se a congregação, de novo, resolvesse... Eu participei de diversos churrascos em homenagem ao professor Alberto Deodato, como despedida dele, e ele voltava no ano seguinte, reconduzido pela congregação; porque ninguém gostava da ideia de vê-lo ir embora. Mas quando ele saiu, ele foi sucedido na direção pelo professor Lourival Vilela Viana, professor de processo penal, meu amigo pessoal e conterrâneo, enfim, amigo dos meus pais, da minha família, vindo de Santa Rita do Sapucaí também. E Lourival Vilela foi um extraordinário diretor da Faculdade. Ele foi aposentado pelos militares, junto com Edgar Mata Machado. Depois um pouco. Primeiro aposentaram Edgar Mata Machado, que foi aquele cujo filho assassinaram. Aposentaram Rui de Souza. E mais tarde, numa penada única, acredito que de janeiro de 69... janeiro de 70, aposentaram o professor Lourival Vilela Viana, o professor Gerson de Brito Mello Boson e alguns outros mais. Enfim. Isso era parte do cotidiano, naqueles anos, perdermos alguém ou na rua, com tiros, ou nalguma câmara de tortura, ou perdermos, simplesmente, porque nos tiram do corpo docente alguém e aposentam compulsoriamente. Faziam isso com... era uma frase própria do Diário Oficial, na época: “com proventos proporcionais ao tempo de serviço”. Não cassavam todos os direitos daqueles a quem afastavam da carreira docente mas não davam também o provento correto, davam algo proporcional ao tempo de serviço. No caso de alguns que foram atingidos por essas cassações ainda numa faixa jovem, isso era quase nada, era algo simbólico. Tinha que recomeçar a vida no setor privado. Até porque era impossível recomeçar qualquer coisa no setor público, depois de ter sofrido uma punição desse tipo: perda de direitos políticos, aposentadoria compulsória por tempo de serviço, com proventos proporcionais... Enfim, tudo aquilo que na época alijava alguém da participação na vida universitária repercutia sobre os outros domínios da vida. Era impossível fazer alguma coisa fora.

R.M. – O senhor mencionou a atuação dos professores, e o senhor lembrou também que, em Minas, a situação de apoio ou oposição aos militares, a UDN era muito forte em Minas, Bilac Pinto. Do ponto de vista dos alunos, como é que os alunos se engajavam nesse período? O senhor viveu a faculdade nos momentos finais do governo do Jango, estava estudando durante o golpe. O corpo de alunos também se dividia?

F.R. – Havia... Sim. Eu sou de uma geração que, como outras gerações próximas, foi vitimada pelos desdobramentos, na universidade brasileira, da guerra fria. Todas as turmas eram marcadas por esse flagelo, que era o antagonismo – permanente – entre os mais ocidentais na sua ideologia e aqueles mais vocacionados para um pensamento de esquerda, para o pensamento... E, nessa época, eu fazia parte daquilo que se chamou a esquerda independente,

organizada, na Faculdade de Direito, num partido que se chamava Frente Acadêmica Renovadora. Professor Edgar Mata Machado até fazia uma ironia com esse nome. Como é que essa frente pode ser renovadora e acadêmica ao mesmo tempo? Mas enfim, era o nome tradicional do partido, que congregou, naquela época... Porque os partidos dentro da Faculdade de Direito da UFMG, com o passar do tempo, década após década, variava um pouco de coloração. No meu tempo o partido de esquerda chamava-se União Democrática Universitária, o partido de direita chamava-se Aliança Democrática Acadêmica (ADA); e a Frente Acadêmica Renovadora foi um partido que se renovou, nessa época, com os chamados independentes de esquerda. O que é que era isso? Eram aqueles... enfim, que tinham uma cabeça muito arejada, muito progressista, com uma consciência social profunda mas que rejeitavam qualquer forma de vínculo com determinados movimentos que, de algum modo, pasteurizavam a sua congregação. Era o Partido Comunista, era também a Ação Popular, era até mesmo a chamada Juventude Universitária Católica. Os esquerdistas independentes da Frente Acadêmica Renovadora rejeitavam todas as carteirinhas da época. A principal das quais era a do PC; mas havia também a da Poloc, havia da AP, havia da JUC, e vai por aí fora. Os movimentos organizados. Assim como havia também, embora com uma discricção quase que clandestina, alguns movimentos organizados de direita. O nosso partido foi bem sucedido nas eleições para o diretório acadêmico. Um colega meu e grande amigo, de nome Lucio Miranda, foi o eleito presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena. Eu tive uma participação intensa na política universitária na época, sempre nesse flanco; era membro do diretório, era membro do chamado conselho de representantes. E foi isso que fez com que mais tarde, no concurso para procurador da República e na carreira de procurador da República, o Serviço Nacional de Informações houvesse tentado alguma coisa; mas, felizmente para mim, sem sucesso.

F.F. – Em função da sua participação como estudante?

F.R. – Sim. O que diziam era isso. Eu nunca fui... Enfim... Eu tenho vários colegas que têm esse galardão, o de terem sido presos durante... pelo menos um curto período, na época. Eu não ostentei esse título. Uma única noite, eu dormi no Dops, em Belo Horizonte, mas era... foi por... não por ter... por ter dito, junto com... Eu fazia parte de uma espécie de comitê que se ocupava de libertar os colegas presos depois das passeatas. Quando havia uma passeata, a polícia política baixava o...

F.F. – Como estudante ou depois de formado?

F.R. – Não. Como estudante. Sempre na... Depois de formado, eu fui embora e já não...

F.F. – Como atuava esse comitê?

F.R. – Era um pequeno grupo de estudantes vocacionados para irem ao Dops, na avenida Afonso Pena, dizendo ao diretor do Dops... Que era uma pessoa esclarecida. Havia elementos truculentos no Dops de Belo Horizonte, naquela época. Um dos quais, por sinal, tinha feito o curso na Faculdade de Direito, tinha um diploma da Faculdade. Quando discutíamos essa questão de saber – *mas teríamos um agente do Dops aqui dentro? É crível que um estudante como nós se converta aos serviços do Dops?* Ao que outros respondiam, eu respondia com frequência, *não, nenhum de nós se converterá em agente do Dops; mas o Dops pode perfeitamente fazer com que um agente seu com certas habilidades faça o vestibular e se torne estudante como nós. E, tendo essa pré-condição de agente do Dops, ele entre na casa e*

faça aí o seu trabalho de informação. Foi o que aconteceu com dois, três. São nomes muito bem lembrados na história da Faculdade de Direito. O Dops de Belo Horizonte tinha pessoas assim. Mas tinha, na época, (era o governo... era o governo Israel Pinheiro... Era o governo Magalhães Pinto primeiro, depois, Israel Pinheiro) o Dops tinha um diretor de nome Fábio Bandeira, que era um homem de grande lucidez. Enfim. Fazia aquele trabalho horrível, que devia ser para ele a direção da polícia política, mas era um homem sensível. E, enquanto ele esteve à cabeça do Dops, esse nosso movimento de libertação dos colegas presos nas passeatas foi muito bem sucedido. Quase sempre conseguíamos. Enfim. *Não saímos daqui enquanto não soltarem todos.* E aí ficávamos esperando, até as nove, até as onze, até a meia-noite, até um pouco mais. E houve uma ocasião em que eu e outros dormimos lá na enxovia, à espera de que se desse a libertação dos demais. O que só aconteceu pelas dez da manhã do dia seguinte.

R.M. – Além das bisbilhotagens do SNI na vida do senhor posteriormente,[risos] que talvez seja um desdobramento indesejável da sua militância política na faculdade, o senhor destacaria algo de positivo que o senhor levou dessa militância, em termos não só de experiência, de aprendizado, mas também de amizades, de... enfim, para a vida?

F.R. – Sem dúvida. Todas as amizades da época foram forjadas nesse convívio, que era mais político do que acadêmico. Isso continuou na Universidade de Paris. Porque eu tinha lá dois ou três colegas de faculdade fazendo, também, a sua pós-graduação. E tinha, enfim, homólogos, estudantes da mesma natureza, e de outras origens, vindos de São Paulo, vindo do Rio de Janeiro. Embora fosse muito pequeno, muito pequeno o número de bolsistas trabalhando em humanidades. Privilegiava-se, acredito que ainda hoje, mas privilegiava-se muito mais na época, a tecnologia, a ciências da saúde e as artes também. O economista, um jurista tinha pouquíssimas chances de obter uma bolsa, fosse uma bolsa brasileira ou uma bolsa do governo francês, do governo alemão ou do governo norte-americano, do governo britânico.

F.F. – No caso do senhor?...

F.R. – Eu consegui uma bolsa do governo francês.

R.M. – O senhor teve, antes disso, uma bolsa da Interamerican University Foundation? Nós localizamos essa bolsa.

F.R. – A Interamerican é uma associação, ainda hoje, muito bem organizada, e o grupo brasileiro é muito bem estruturado. Ele inclui Cristovam Buarque, Flávio Bierrenbach e várias outras personalidades, sobretudo aqui em São Paulo. Era uma associação norte-americana que levava para lá estudantes brasileiros em número de, mais ou menos, cem por ano, por um período de uns quarenta dias, entre julho e o começo de agosto, para fazer um curso de duas semanas, em Harvard, sobre instituições americanas e problemas de desenvolvimento econômico; e para visitar, conviver com uma família da região ali de Massachusetts e conhecer, eventualmente, Nova Iorque, alguma coisa. Era uma experiência belíssima. Belíssima. Isso tinha, em inglês, o nome de Program for Brazilian Student Leaders. Nós achávamos engraçadíssimo aquilo, porque nenhum de nós se considerava líder de coisa alguma; mas assim os anfitriões norte-americanos nos classificavam, depois de fazer entrevistas com várias dezenas de estudantes, em várias faculdades, e nos levavam para lá por esse período; que representava para nós, ao fim e ao cabo, um diploma do curso de extensão na Harvard e uma experiência de conhecimento... Nós éramos muito jovens. Era a primeira incursão no domínio

de uma outra sociedade tão diferente. Foi realmente um bonito momento. Agora depois, no final, quando já estava finalizando o curso, eu ganhei também uma bolsa do governo... de uma instituição norte-americana, para fazer o *master*, tendo opção entre Columbia e Berkeley, na Califórnia. Era uma bolsa... E isso me deixou realmente embaraçado, porque a bolsa norte-americana era bem mais eirada, bem mais vantajosa, bem mais esplendorosa, prometia um futuro seguro a quem fosse para lá e fizesse a sua pós-graduação, até mesmo a perspectiva de ficar por lá. Eu fiquei numa situação embaraçosa. Mas, ao fim, pedi ao... pedi desculpa aos que me convidavam e aceitei a bolsa do governo francês, que era bem minguada; mas era tão mais sedutora... Minguada no sentido de que, economicamente, era o suficiente para a manutenção, para a sobrevivência de um jovem de 22 anos, sozinho e de hábitos simples. Era só isso. Era bem diferente, o montante, daquele da bolsa americana. Mas o fascínio da Sorbonne, a ideia de.....

(.....) e também o fato de que eu poderia lá fazer diretamente um doutorado, sem passar pela etapa do mestrado. Isso hoje já não é possível. Mas na época era. E nunca me arrependi dessa opção. Nunca me arrependi. Mesmo sem saber, quando fui, que encararia lá o ano de 68, inesquecível ano de 68, que eu passei...

F.F. – Maio de 68, o senhor estava lá.

F.R. – Estava lá. No centro dos acontecimentos, em maio de 68. Eu cheguei no final de agosto de 67 e só vim embora para o natal de 68 no Brasil, e depois voltaria para defesa de tese. Mas enfim, estive naquele... naquele ano que não acabou, segundo o Zuenir Ventura.[risos] eu estive em cima dos acontecimentos.

F.F. – Uma pequena pergunta, antes de tratarmos de maio de 68, evidentemente. Como se tornou uma possibilidade para o senhor a ida para a França? Como surgiu a oportunidade?

F.R. – Eu queria sair. Eu não tinha... Eu não tinha emprego... Eu tinha sim, desde o quarto ano de direito, eu tinha, por concurso, um modesto emprego de agente de administração, no estado de... Departamento Jurídico do Estado de Minas Gerais. E os estudantes de direito de final de curso que tinham esse cargo eram desviados de função para dar assistência judiciária. Trabalhava no DAJ do estado. Coisa que eu fazia também no DAJ da Faculdade de Direito. Ou seja, aquela advocacia das pessoas e das famílias pobres. Que dá uma... enfim, um enriquecimento humano extraordinário; mas em matéria de advocacia, é um horizonte muito estreito. As ações que os DAJs fazem, promovem em favor de pessoas de condição muito modestas são, quase sempre, as mesmas ações: investigação de paternidade, competição de herança, contestação de despejo e coisas do gênero. Não vai muito além disso. Vez por outra, uma retificação de nome. Uma vez, um júri, uma vez eu fiz um júri, quando estava ainda no quarto ano de direito, ajudando o advogado titular; e o nosso réu não era nem um homicida. Era um caso de tentativa de homicídio. A vítima nem morreu. Quer dizer, foi um júri muito modesto. Mas... Enfim. A chegada a... a definição pela França teve a ver com essa...essa atração que aquela cultura exercia sobre a juventude brasileira da época. Mais do que hoje. Acredito que mais do que hoje, porque hoje os interesses se diversificaram. Hoje, nós temos muitos jovens brasileiros, enfim, declarando formalmente, o que na época poucos faziam, uma preferência pelo ideário norte-americano. Temos muitos na vertente chinesa, na vertente árabe, na vertente alemã. Cheio de intelectuais do direito e de outras áreas preferindo a cultura germânica. Na época, não havia tanta diversidade assim, e a vocação pela academia francesa

era mais acentuada, na generalidade dos estudantes que pensavam em sair do país por algum tempo. Eu também me valia desse privilégio que nós tínhamos... Todos os desempregados tinham esse privilégio. O estudante de medicina naquela época eram mais... enfim, mais respeitados, em vários sentidos, e mais recompensados, também, pela vida. Na faculdade de direito, nenhum aluno, no meu tempo, tinha carro ou algo parecido, ou qualquer veículo automotor. Dois professores tinham automóvel. Na faculdade de medicina você via muitos estudantes de sexto ano já motorizados. As moças dos bailes do DCE, até ao altar, as moças davam uma ostensiva preferência ao estudante de medicina e até de engenharia, preterindo o estudante de direito. Enfim. Nós não éramos uma classe de grande prestígio, naquele tempo[risos]. Era importante atender ao coração e considerar o fato de que, por estarmos assim, desempregados, desvinculados de qualquer compromisso sentimental, aquilo nos dava a regalia, o prêmio de termos uma liberdade absoluta de escolher que caminhos tomar. Então não tínhamos, absolutamente, inveja do estudante de medicina que já tem o seu emprego ali engatilhado, que já tem a sua noiva, que já tem a sua... está pagando as prestações do apartamento. Não. Não. A nossa orfandade socioeconômica nos dava uma liberdade de escolha do caminho a seguir, que era um bem precioso. E eu me vali justamente disso para tomar o caminho da academia de Paris.

R.M. – Duas perguntas, ainda sobre Paris. Primeira, teve algum professor ou alguém a quem o senhor olhasse com admiração que tenha aconselhado o senhor – *vá para Paris, é um lugar interessante?* Ou foi uma iniciativa sua, pessoal. E uma segunda dúvida. Até agora, mencionando professores e áreas de atuação, o senhor já mencionou direito de família, mencionou um professor de direito comercial, outro professor de introdução ao direito, mas o senhor ainda não mencionou direito público nem direito internacional. Além de por que Paris, Por que essa área, especificamente?

F.R. – Sim. Eu tive como professor de direito internacional o professor Gerson Bóson. Gerson de Brito Mello Bóson. Que foi o paraninfo da minha turma e que era uma bela figura de professor. Mas não foi exatamente por isso. Outros professores, aos quais eu era mais vinculado, diziam que eu faria melhor – que qualquer estudante do meu tempo faria melhor se cuidasse de matérias que dão mais advocacia. Era uma época de supervalorização do processo. Aquilo que Haroldo Valadão chamou a grande subversão de valores, que irradiou da academia de São Paulo para o resto do ensino jurídico no país, por conta do fato de que durante a segunda Grande Guerra, um pouco antes da segunda Grande Guerra, alguns imigrantes, sobretudo alguns judeus italianos, vieram para cá. Eram juristas brilhantes, e por acaso eram processualistas! À conta da influência desses homens, a febre do processo se espalhou pelo país, em matéria de... Ham? Sim, sim. Enrico Tullio Liebman. Foi o mais, digamos o mais relacionado deles. Havia outros também. Agora veja. Pessoas tão diferentes como Alfredo Valadão e José Carlos Moreira Alves, o ministro, exorcizavam esse fenômeno – horrível – de ter-se desprezado o direito material no que ele tem de mais substancial para curtir as delícias do processo, como se o processo fosse, em si mesmo, alguma coisa de relevante. Quando não é. É apenas um ritual sobre como fazer as coisas do foro com alguma habilidade, com algum sucesso. Mas enfim. Os meus professores, preocupados – sobretudo Lourival Vilela Viana –, preocupados com a minha subsistência, com a ideia de que eu teria que, um dia, fundar família, precisaria de custear o leite das crianças, [risos] etc., diziam: “larga mão dessa história de direito internacional. Vá disputar a cadeira de processo civil, na hora certa”, e tal. Mas ao mesmo tempo reconheciam que isso podia mudar. Reconheciam que o Brasil iria, cedo ou tarde, se abrir. Nós éramos também... isso militava em desfavor do direito internacional. Nós

éramos um país muito fechado. Fomos, até 1990, um país muito fechado, muito cioso da sua autossuficiência. E não é ruim que tenha sido assim. Nosso fechamento permitiu que o país desenvolvesse uma indústria absolutamente completa; e quando se abriu para o mundo, nos anos 90, fez isso já na certeza de que poderia competir com sucesso nas mais variadas áreas. Uma coisa que os nossos visitantes sempre enfatizavam e se diziam surpresos com isso, eles viam que em países, em quase todos os países do mundo... Por exemplo, a Holanda, onde eu estive no meu mandato das Nações Unidas, produz tulipas e usura bancária. Só. Mesmo países vizinhos nossos têm um determinado recurso, petróleo, cobre, e não tem mais nada. E o visitante percebe que tudo ali vem de fora. Na Holanda, tudo ali vem de fora. Ao passo que no Brasil não. Virtualmente, tudo aqui é produzido no próprio país, do bibelô na penteadeira da moça até turbina do avião a jato. Quer dizer, foi nessa circunstância, já havendo montado um parque industrial esplêndido e tão variado, competindo aí com a nossa agricultura, que é também sem limites, foi nessas circunstâncias que o Brasil, depois de décadas de digamos saudável fechamento protecionista, abriu-se, então, em condições de concorrer com o que há de melhor lá fora. Então...Veja. A ideia mesma de que o direito internacional, por força da abertura que viria um dia do Brasil ao mundo, iria emergir como disciplina já estava presente na cabeça dos professores mais sensíveis, mais lúcidos da época. De modo que quando me despacharam, quando me viram arrumar as malas e rumar para esse doutorado em direito internacional na Sorbonne achavam que eu não ia me dar mal, que eu não estava condenado a eternas penas e... e talvez pudesse fazer alguma coisa nesse domínio.

F.F. – O senhor nos contou como foi a opção pela França e o fascínio que a academia francesa lhe exercia e aos demais jovens da época. Mas como se deu, em termos mais técnicos? O senhor pleiteou a bolsa? Como isso se colocou uma opção concreta para o senhor? Como é que isso se efetivou? O senhor já tinha contato com um eventual orientador francês?

F.R. – No começo do ano de 66, houve um dia em que a polícia militar de Minas Gerais cercou a Faculdade de Direito. Eu morava em frente à faculdade. A faculdade fica na praça Afonso Arinos. Eu morava no décimo andar do edifício Argélia, num quarto alugado de uma senhora de idade. E por conta de ter ficado trabalhando até altas horas no dia anterior, eu não acordei a tempo de ir à primeira aula; e acordei, logo depois, com o ruído das bombas de efeito moral. Desci. A Faculdade de Direito estava cercada pela polícia militar de Minas Gerais, por conta de um movimento absolutamente inofensivo, sem nada de... sem nada... parecido com os movimentos de agora. Mas alguma reivindicação feita por alunos lá, alguma fixação de posters na parede, com frases, alguma coisa assim fez com que o governo se agastasse e mandasse a polícia militar cercar a Faculdade de Direito. Me lembro de que eu me vesti rapidamente e fui para lá; e quando quis passar pelo cerco, um... não era um oficial, um soldado da PM disse: “Aqui ninguém passa”. Eu digo: “Mas cavalheiro, ninguém passa para sair. Eu estou querendo entrar”. Aí ele pensou durante alguns segundos e falou: “quer entrar, entra”. E entrei. E ficamos lá o dia todo, até as quatro horas da madrugada seguinte, cercados. Até que uma negociação permitiu que a polícia se retirasse, que fosse todo mundo para casa. Mas foi nesse dia do cerco da Faculdade de Direito que alguns estudantes, revirando ali os papéis da secretaria, descobriram um ofício, uma carta do cônsul francês, anunciando bolsas de estudos; e, por alguma razão, a secretaria não tinha divulgado. Estava lá a carta, jazendo numa gaveta. Então, demos publicidade à carta e a outros papéis que foram descobertos na época, e por conta justamente dessa carta, nós nos candidatamos à bolsa.

R.M. – Isso foi em 1966?

F.R. – Isso foi em 66, é. No primeiro semestre de 66. E nos candidatamos, poucos, na realidade dois, o meu amigo Lúcio Miranda e eu. E não pedimos a mesma coisa. Ele pediu sociologia do direito. Eu me lembro de que eu aconselhei, disse: “Lúcio, não faça isso. Sociologia é um modismo, que acho que não vai... não vai convencer o... enfim, os patrocinadores franceses desse programa de bolsas. Peça direito internacional. Ou peça qualquer direito, mas não algo que permita que digam que você... enfim, está num mundo abstrato demais”. Ele insistiu, pediu sociologia. E eu pedi direito internacional. Tínhamos as mesmíssimas condições, eu ganhei a bolsa, e ele não. [risos] Por não haver... A vida é cheia de mistérios. Por não haver ganho a bolsa... Estávamos no ano de 66 para 67 então. Por não haver ganho a bolsa, ele aceitou o convite de uns tios que tinha, em São Paulo, para mexer com crédito, financiamento e investimentos, o que era a coisa mais emergente da época. E foi muito bem sucedido. E foi a primeira pessoa e acredito que a única da nossa turma a se tornar um homem de posses. Um homem de posses, antes dos trinta anos. Bom. Eu então aceitei a minha bolsa e fui para Paris, no final de agosto de 67.

F.F. – A última pergunta antes de ir para Paris. O senhor já tinha ido para os Estados Unidos e estava indo para Paris. O senhor teve uma educação trilingue? O senhor tinha proficiência em inglês e francês?

F.R. – Sim. Eu aprendi o francês e o inglês em Santa Rita do Sapucaí, com professoras excelentes. Excelentes professoras. Inglês, eu fiz também um curso, *comprável* na época, que meu pai me deu, de pequenos discos, lições escritas e pequenos discos. Era uma novidade enfim, um curso assim. [risos]

F.F. – Era comum alguém com a sua origem, que estudou onde o senhor estudou, era comum, no seu meio social, já ter alguma proficiência nessas duas línguas?

F.R. – Veja. A proficiência nas línguas várias pessoas, nesse meu ponto do sul de Minas, tinham. Eu tinha várias professoras primárias fluentes em francês, algumas (menos numerosas, duas ou três) fluentes em inglês também. Além de outros fenômenos, que me impressionavam, havia, em Santa Rita do Sapucaí, pianistas notáveis. Notáveis. Rivalizando com os melhores aí dos profissionais da música. Coisa que eu nunca consegui. Eu sempre fui um pianista muito limitado. Agora... aprendi as línguas lá mesmo. E foi isso que me permitiu... Veja. É claro que esses estudos continuaram depois do Colégio Arnaldo. Mas eu já tinha, em inglês e em francês, sobretudo, uma proficiência, que veio de Santa Rita do Sapucaí, que veio das escolas de Santa Rita. E que me permitiu, enfim, aquele gesto de sobranceira em fazer o vestibular de direito com francês, na Federal, e com inglês, na Católica.

R.M. – Paris. Como foi, ministro, o doutorado em Paris? Como era o curso, qual era o objeto da tese do senhor?

F.R. – Eu convivi com professores que eu não imaginava... Enfim. Eram nomes, eram nomes sagrados, citados o tempo todo nas universidades brasileiras, e que eu não imaginei que veria em carne e osso. Meu patrono de tese foi Georges Vedel, antigo diretor da Faculdade de Direito, constitucionalista francês de grande... e membro do Collège de France, da Academia Francesa e de tudo que há. Mas tive também como professores Maurice Duverger, que era um grande nome da época, Paul Reuters, François Luchaire e Claude-Albert Colliard. Esses foram os principais.

F.F. – Paul?... Perdão.

F.R. – Paul Reuters. Como na agência de notícias. E Claude-Albert Colliard. Todos já morreram. Mas alguns viveram até... E Charles Rousseau. Esse era o que ensinava direito internacional público. Charles Rousseau, como o filósofo. A convivência com eles era algo grandemente enriquecedor. Difícil no começo. Era preciso observar certos protocolos. Eu fiz o meu curso na Sorbonne numa época em que os estudantes se punham, pontualmente, sentados no anfiteatro, e daí a alguns minutos, na hora exata, um bedel, vestido como um pianista, com a gravata borboleta branca e a casaca completa, e um bastão na mão... era um homem alto, heráldico, mas era o bedel, e vinha batendo o cajado no chão, para anunciar que o professor catedrático vinha logo atrás. E aí vinha quase que processualmente o professor – Charles Rousseau, na maior parte das aulas, com as vestes do catedrático; que na universidade francesa envolviam as sedas pretas com as tarjas de seda vermelha e os pompons de arminho branco; e, atrás do professor, vinha um professor assistente, algo assim, que... Aquilo me deixava quase que comovido. Já era um homem de quarenta e cinco anos ou mais, e a função dele era carregar a pasta do catedrático. Dentro da sala de aula, ele ficava sentado num banquinho ao lado da mesa, abria a pasta, tirava um papel e dava para o professor, recolhia, tirava outro. Eu achava aquilo... enfim, penoso. Como é que, naquela faixa etária, alguém podia estar ainda realizando um trabalho tão modesto. Mas era parte daquela severa hierarquia que campeava solta na Sorbonne. Bom. Apesar de tudo que havia de bom no que esses professores sabiam e tinham a ensinar, o fato é que esse regime de extrema pompa indispunha já os alunos da Universidade de Paris, sobretudo no nível de graduação. No nível de graduação. Nunca é demais lembrar que pouco tempo antes, nas universidades inglesas, e sobretudo nas escolas secundárias inglesas, o professor era autorizado a aplicar castigos físicos, a palmatória. Hoje, se se conta isso, ninguém acredita. Mas assim era. A Sorbonne não era tão severa quanto certas academias inglesas, sobretudo a escola secundária francesa não era tão severa quanto as escolas inglesas, mas havia esse excesso de rigor e de pompa, que despertou aquele movimento de maio de 68. Vejam. Nós brasileiros nos surpreendíamos, ao chegar lá, com essa aparente alienação dos estudantes franceses em relação ao temário político, porque nós estávamos saindo de um país onde o movimento político estudantil precede, no tempo e no vigor, o movimento operário. Quando os operários brasileiros começaram a fazer ouvir a sua voz para isso ou para aquilo, os estudantes brasileiros já tinham história. Então lá, nós nos surpreendíamos ao perceber que, lá, o movimento dos trabalhadores em geral era extremamente organizado e reivindicativo, e os estudantes não se ocupavam de coisa alguma a não ser estudar e de fazer esportes de inverno quando o inverno chegava. De repente, toda essa energia represada explode, por conta do fato de que não se conformavam mais com aquela disciplina, que não parecia condizente com nenhum princípio democrático. Ouvir os estudantes para isso ou aquilo, atentar para esse ou aquele interesse legítimo da classe. De repente, a indignação com isso, que foi tão represada, explodiu. Sob uma liderança extraordinária, que foi a de Daniel Cohn-Bendit. Ainda hoje ativo no parlamento europeu. Ele tinha a minha idade na época, talvez fosse um ano mais novo. E era assim um grande líder. Um menino de uma inteligência precocíssima e de uma extraordinária liderança.

F.F. – O senhor o conheceu pessoalmente?

F.R. – Sim, sim. Eu me lembro que ele escreveu um livro, publicado na época mesmo. Ele fazia uma paródia... Porque num discurso de Lênin, de Vladimir Illitch Lênin, o líder nascente da União Soviética, chamou o esquerdismo de doença infantil do comunismo. E, para

fazer a crítica dessa frase, Daniel Cohn-Bendit escreveu, na faixa dos vinte anos, um livro chamado *Comunismo, doença senil do esquerdismo*, em que ele demonstrava por a mais be que o comunismo institucional era, em relação aos ideais daquilo que se poderia chamar de esquerdismo da juventude, era uma doença senil. Bom. Ele era um moço muito dotado. A diferença de qualidade entre ele e os demais líderes que surgiram ali, para o professorado e para o operariado, a diferença era brutal. Brutal. Mas os outros, também, eram pessoas bem intencionadas e, sem dúvida, minimamente qualificadas para exercer as lideranças que exerceram. O movimento, enfim, foi generalizado... Quer dizer, a partir do momento em que os trabalhadores aderiram à greve estudantil, a França foi alcançada por uma greve geral, que atingiu todos os setores. Eu nunca andei tanto a pé na vida como naqueles dias de maio e junho de 68. Por quê? Não havia transporte público, não havia gasolina, sim, certos comércios permaneciam abertos, sobretudo os de alimentação, mas não havia dinheiro para ir aos restaurantes, porque os bancos fecharam, todos. O governo francês suspendeu o pagamento da bolsa de estudos dos estudantes bolsistas. Quer dizer, nós tínhamos que receber, via Bruxelas, via Zurique, algum dinheiro que as famílias mandavam aqui do Brasil. E nesse período então... Mas aprendeu-se muito. Porque o movimento foi de uma... de uma... de uma beleza extraordinária. Com vários erros de estratégia típicos de quem não tem experiência, típicos de quem está fazendo pela primeira vez alguma coisa, na qual não tem nenhum traquejo. Mas foi de uma grande beleza. E de fato o ano não acabou, porque a universidade francesa mudou radicalmente. A universidade mudou radicalmente, a sociedade francesa mudou para melhor, depois dos acontecimentos de maio de 68, embora preservada a autoridade do grande líder que foi o general De Gaulle. Aquilo ali não era um estadista a mais, eleito em circunstâncias favoráveis. Não. Aquilo ali era um grande herói da resistência francesa. Num momento em que boa parte da sociedade francesa se acovardou, ele comandou, de fora do país, a resistência. E foi, sem dúvida, uma figura notável, na história do século XX. Eleito pelo povo, o general De Gaulle era o presidente da França. E alguns oportunistas queriam que ele tivesse renunciado. É muito comum isso. “*Por que ele não renuncia?*” E ele disse, no discurso de 29 de maio, “eu tenho um mandato do povo. E não renunciarei a esse mandato”. Foi quando ele dissolveu a assembleia nacional, convocou novas eleições imediatamente e aí... enfim, determinou todas as mudanças que deveriam acontecer na universidade; e a paz voltou a reinar nas ruas. Mas as consequências do movimento de maio de 68 sobre a academia de Paris mas sobre a própria França e, em certa medida, sobre o mundo todo, essas consequências nunca deixaram de se produzir. Nessa época eu morava na Casa do Brasil, na Cidade Universitária. Eu tive vários endereços em Paris. O primeiro dele foi na rua Monsieur Le Prince, um pequeno hotel, de cuja janela eu tinha vista para uma placa, (Paris é cheia dessas coisas), uma placa de pedra, indicando o que é que já aconteceu naquele prédio. No prédio em frente ao meu hotel, que era um hotel de estudantes, um hotel de mensalistas, não era um hotel de turismo, havia a placa de pedra indicando que ali viveu, de 1645 a 1648, o escritor, filósofo religioso, Blaise Pascal. Poucos metros abaixo, na mesma rua Monsieur Le Prince, ficava o restaurante chamado *Os dois dragões*, onde, na juventude, trabalhou como garçom o líder vietnamita Ho-chi-min, que hoje dá nome à capital. Enfim, a cidade nos brindava a todo momento com parte da sua história. E no momento dos acontecimentos, ou seja, no primeiro trimestre de 68, eu morava na Casa do Brasil, em Paris. A Casa do Brasil, como duas ou três outras, a da Espanha, a de Portugal, a da Grécia, as que estavam... as que pertenciam a países na época governados por regimes autoritários de direita... Não havia uma casa da União Soviética, não havia uma casa... enfim, nenhum dos regimes, igualmente autoritários, de esquerda tinha, na Cidade Universitária de Paris, um pavilhão próprio. Mas vários regimes autoritários de direita tinham lá seus pavilhões.

E estudantes daquelas nacionalidades resolveram ocupar essas casas. Era mais um *happening*. Como a ocupação do Teatro do Odeon, como a ocupação de outros lugares de Paris, na época, era um *happening*. Assembleias permanentes, discursos, etc.. Nada de muito mais grave, enfim, nada que tenha produzido consequências muito graves. O Teatro do Odeon estava ocupado por um debate permanente entre estudantes, operários e tudo mais. Eu fui lá várias vezes. O teatro da Cidade Universitária, também, era um cenário de debate permanente. Ali tivemos uma noite com Jean-Paul Sartre, falando, falando, falando, discutindo, debatendo, tivemos a atriz Juliette Greco, o ator Michel Piccoli, e vários outros, que participaram desses acontecimentos. No pátio da Sorbonne aconteceu uma coisa curiosíssima. Sorbonne é o nome que se dá, genericamente, à Universidade de Paris. Mas, especificamente, é o nome de um prédio, que fica ali em frente a praça da Sorbonne, dando costas para a *rue des Ecoles*. É o prédio onde funciona a faculdade de filosofia e a reitoria também. Um belíssimo ambiente e que é o salão nobre do reitor, fica ali etc., e outros ambientes -, de estudo, de trabalho, bibliotecas -, estão no mesmo conjunto predial. Que é um prédio quadrangular, é um retângulo grande, com um pátio interno bem grande também. Pois bem. A Sorbonne estava ocupada por estudantes, pelo movimento estudantil. Eram jovens enfim, com idades que variavam de dezoito a vinte e quatro, vinte e cinco anos, no máximo. Aí aconteceu uma coisa insólita: um grupo de anarquistas, na faixa dos trinta anos, resolve tomar posse do pátio da Sorbonne. Chegaram, todos com... Eu não via a cena mas me foi contada com todos os detalhes. E eu fui depois. Chegavam todos com capacetes, em motos quase sempre, tiveram um confronto físico com os estudantes, expulsaram os estudantes, hastearam o pavilhão negro, que era o símbolo, na época, do movimento anarquista, e ocuparam o pátio da Sorbonne, dirigindo o tempo todo insultos e... e *posters* contra tudo e contra todos. O governo, os manifestantes, contra os estudantes... Contra tudo que representasse qualquer forma de poder ou de organização. Tudo que desafiasse o ideal anarquista, que era nenhum poder a ninguém. Enfim. Mas foi fantástico ver que até coisas assim aconteciam. De repente, os estudantes rebelados contra a autoridade universitária e o governo eram expulsos, no tapa, do pátio da Sorbonne pelo movimento anarquista que resolveu ocupar aquele espaço. Jean Louis Barroux, diretor do Teatro do Odeon, se acomodou no subterrâneo, não quis sair, disse: “não deixo o meu teatro em hipótese alguma”, acomodou-se então no subterrâneo; e de vez em quando vinha à superfície para participar de algum debate e sempre renovar o apelo a que não destruíssem o teatro, não causassem dano ao teatro dele. Os danos... Vejam só. Não houve vandalismo, no sentido que... Sim. Havia... Quando havia confrontos com a polícia, naquelas noites mais acesas, destruía-se o piso de asfalto das ruas, com alguns instrumentos semelhantes ao pé-de-cabra, os estudantes pegavam os pavês, ou seja, pedaços de piche sólido, pedaços de asfalto, para poderem jogar alguma coisa. E... Eu errei quando disse não houve. Houve algum vandalismo, sim. Mas de proporções... de proporções pequenas, se se compara o vandalismo à dimensão social e histórica do movimento. O vandalismo se perdeu ali, no meio da grandeza dos acontecimentos. E a Prefeitura de Paris (isso também é um fato curioso) tinha empenho em não deixar que, no dia seguinte, as pessoas vissem o resultado do estrago no asfalto das ruas. E havia trabalhos, pela madrugada adentro, de recomposição do asfalto. Eu saía da rua Guy Lussac à meia-noite e trinta, encontrando a rua em carne viva. Era terra mesmo, o asfalto tinha sumido. Isso, na rua Claude Bernard, na rua Guy Lussac, aquelas ruas do Quartier Latin próximas do Pantheon, da Faculdade de Direito. A rua estava em carne viva, ou seja, em terra viva, pedaços grandes da rua. E na manhã seguinte, (não se acordava muito cedo) mas, ali pelas nove, nove e meia, o asfalto estava novinho em folha, totalmente recomposto. A habilidade da Prefeitura de Paris em eliminar o cenário do caos e fazer crer às velhinhas que saíam para a missa no dia seguinte que não tinha acontecido

nada era admirável, era uma coisa admirável. Bom. O movimento deixou lembranças em todo mundo. E... enfim, nós dizíamos, aprendemos muito mais nesse ano e pouco, nesse ano e meio, aprendemos muito mais do que direito internacional, biofísica, medicina experimental, qualquer coisa. Aprendeu-se mais do que aquilo que se pretendeu aprender quando se foi para lá.

F.F. – O senhor recebia notícias do Brasil?

F.R. – Sim. Não havia... Veja. Era um período sem telefonia. O telefone custava caríssimo e não era... Olha, Fernando, eu sou de uma geração que durante o curso universitário, em Belo Horizonte, queria me comunicar com a família em Santa Rita do Sapucaí, chegava à central telefônica, na rua Goitacazes, às seis da tarde e conseguia falar com Santa Rita perto da meia-noite. Perdia noites e noites da minha juventude, sentado como um idiota no banquinho da Central Telefônica, à espera de se completar uma ligação da capital com o sul de Minas Gerais. E era assim no país todo. E lá fora, também, não devia ser muito diferente, acredito. Porque tudo era manual, tudo era manual, e a telefonista de Belo Horizonte esperava na fila até poder se comunicar com Varginha. Aí eu era chamado à cabine. Sentado ali desde as seis, era chamado à cabine pelas dez. E ficava na cabine mais um tempo longo, porque aí a moça de Belo Horizonte estava tentando chamar Varginha, para que, conseguida Varginha, a moça de Varginha chamasse Itajubá, e finalmente, a moça de Itajubá passava a Santa Rita. Era uma... Bom. Chegando a Paris numa época pouco posterior a isso, a comunicação, também, não era fácil. As cartas, o correio funcionava melhor do que hoje. Isso é um fato certo. Uma carta do sul de Minas Gerais a Paris chegava em quatro dias. Uma carta voltando de lá para cá chegava em cinco dias, digamos. Bem melhor do que hoje. E é tudo o que tínhamos. Porque a telefonia era impossível, a telegrafia era muito insatisfatória, (não se diz coisa com coisa por telégrafo) mas, alguns estudantes recebiam, vez por outra, uma visita, um colega, um parente que passava por lá. A comunicação era quase sempre escrita. E, pelo menos, havia essa vantagem: as cartas não demoravam de um lugar a outro.

F.F. – O AI-5, o senhor soube do AI-5...

F.R. – No navio. No Augustus. [risos]

F.F. – No navio. Voltando.

F.R. – É. Voltando. Eu embarquei no porto... Os navios, na época, eram quase todos italianos. Havia um navio português, o Vera Cruz, havia alguma coisa, mas quase todos eram italianos. E os mais antigos na linha eram o Augustus, o Giulio Cesare e um outro. E eu vim pelo Augustus. Esses navios faziam todos o mesmo roteiro. Saíam de Genova, passavam por Cannes, passavam depois por Barcelona, atravessavam o Estreito de Gibraltar, faziam uma escala em Lisboa e aí pegavam o roteiro do Atlântico Sul, contornando Fernando de Noronha e descendo até o porto do Rio de Janeiro; depois, paravam em Santos e, finalmente, em Buenos Aires, que era o ponto final. Aí emprendiam a viagem de volta. Eu embarquei em Cannes. E estava já no meio do Atlântico, talvez já tivesse cruzado a linha do Equador, quando anunciaram, no navio, o AI-5.

F.F. – Anunciaram no navio.

F.R. – No navio. Anunciaram no navio que tinha sido promulgada uma lei nova no Brasil, parecia alguma coisa dura, e os que estivessem interessados no texto poderiam obtê-lo na cabine de comando. O comandante tinha lá o texto e oferecia ao... Então fomos lá, lemos...

R.M. – Isso é no começo de 69.

F.R. – É. Não. Foi em dezembro. Foi em dezembro. Foi antes do natal de 68.

R.M. – Foi poucos dias após o Ato.

F.R. – Foi. Eu cheguei três dias depois do Ato.

F.F. – O senhor tem o documento em mãos, o senhor lê...

F.R. – Lemos o documento, vimos o que aquilo significava... Porque até então... Até então, a legislação do golpe militar era menos assumida. Havia alguma coisa de... Havia alguma coisa de evasivo, alguma coisa de... Enfim, havia uma tentativa de contornar a realidade, nos textos anteriores ao do Ato 5. No Ato Institucional número um, o número dois, que é aquele que começa dizendo “Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará...”

(.....) mas mesmo esses pareciam ter alguma dose mínima de pudor, que o AI-5 já não tinha mais. Já dizia as coisas com todas as letras e dizia, sobretudo, da sua durabilidade. Dava para ver ali que aquilo veio para durar, não era um... Bom. Alguns dos presentes no navio cogitaram, cogitaram de não descer; de ir até Buenos Aires. Ninguém sabe se isso seria uma ideia mais... Mas, afinal de contas, todos desceram. E tomaram seus rumos. Era a iminência do natal, cada um voltou à família.

F.F. – O senhor estava entre amigos?

F.R. – Não. Não tinha ninguém da minha área. Havia dois médicos gaúchos, havia uma moça do Rio de Janeiro, uma outra da Bahia... duas do Rio de Janeiro e uma da Bahia e dois médicos gaúchos. E os nossos amigos eram argentinos. Mas ninguém viajando com... Todos tinham... Esses tinham embarcado em Genova, e uma das meninas, em Barcelona. Eu fui o único a embarcar em Cannes. Eu não tinha ali ninguém que conhecesse antes.

R.M. – Quando o senhor regressa, o senhor volta a Minas e vai trabalhar em?...

F.R. – Volto para Belo Horizonte. Passo o natal no sul de Minas, volto para Belo Horizonte, no mês de janeiro, e aí me instalo. Volto a dar assistência ao DAJ da Faculdade de Direito e... e fico preparando a minha tese. O ano era o ano de 69. Trabalhei, neste ano, em Belo Horizonte, no serviço do estado de Minas Gerais e da Faculdade de Direito, e me preparei para o concurso que aconteceria no carnaval de 70.

R.M. – Qual foi o serviço no estado de Minas?

F.R. – Eu tinha esse cargo de agente de administração, no qual eu era desviado de função para a assistência judiciária. E permaneci aí. Houve um curto período em que fiquei agregado à Secretaria de Administração. Mas isso durou pouco. Logo em seguida, veio o concurso.

F.F. – Quem era o secretário?

F.R. – O secretário de Administração, quando eu cheguei de volta, era... era um profissional de nome Raimundo Nonato de Castro. Depois foi Francisco Bilac Moreira Pinto, o filho do ministro. É. E finalmente o professor Mendanha, um profissional do serviço público de grande integridade. Este é o que estava no cargo quando eu me afastei, quando eu arrumei as malas e fui para Brasília.

F.F. – Por que, depois, essa opção pela carreira de procurador?

F.R. – Veja. A única coisa que eu nunca deixei de ser é professor universitário. Comecei logo que voltei da França. Entrei nesse concurso, que foi no mês de fevereiro de 1970, comecei lecionando na Faculdade de Direito. Eu dava direito internacional público ao quinto ano, às quatro turmas do quinto ano de graduação, e direito internacional público ao segundo ano de doutorado, onde eu tinha oito alunos, todos eles mais velhos que eu. Eu estava com vinte e seis, e todos os meus oito alunos eram mais velhos que eu. Alguns eram professores de direito em algumas escolas do interior de Minas Gerais. Esse período então, eu lamento que tenha sido tão breve; enfim, passado aquele concurso, assumir a disciplina, e ficar só um semestre. Mas entre outras coisas, eu estava, praticamente, de casamento marcado e, em Belo Horizonte, eu não tinha... enfim, eu era sem teto, sem endereço certo, enfim. Brasília oferecia a quem fosse para lá, a quem se deslocasse para o planalto central, aquilo que chamavam na época o apartamento funcional; que era uma moradia funcional, não vai pagar aluguel, paga uma taxa de ocupação, e aí o salário, realmente, dá. Os salários não eram brilhantes. Mas dava, dava para sobreviver, dava para começar uma vida familiar discreta. Isso foi então, esse deslocamento para Brasília foi... E vejam. Eu lecionei, nesse primeiro semestre, em Belo Horizonte e fui então para Paris e a Haia. A academia da Haia me deu uma bolsa de doutorado, assim chamado, uma bolsa de estudos, que... que davam a quem está com a tese quase pronta, para ficar três meses em Haia, usando a biblioteca do Palácio da Paz e costurando as linhas últimas da tese. Eu tive essa bolsa então e fiquei no eixo Paris – Haia, para ter contato com meu orientador, que é o professor Vedel, e defendi a minha tese no dia 3 de outubro, fora de estação, fora de época. O professor Vedel concordou em organizar a banca para essa época.

F.F. – O senhor se lembra quem foi da sua banca?

F.R. – Georges Vedel era o meu orientador e presidente; o segundo chamava-se George Berliar; e o terceiro, Georg Schwarzenberger. Schwarzenberger era o caçula dos professores agregados da Faculdade de Direito. Ele tinha uns vinte nove anos ainda. Mas depois não ficou. Conservou o título mas fez política, pelo Partido Socialista. Ainda hoje, ele é ativo na Assembléia Nacional e no Partido Socialista. Não se afeiçoou muito à cátedra universitária, afeiçoou-se mais a vida política. Já Berliar, tal como Vedel, era um universitário típico. Berliar era o professor que corrigia as provas dos exames prévios de doutorado, e era considerado um homem de uma severidade, de uma quase que crueldade, de que falavam todos os estudantes. E eu fiquei impressionado com o que aconteceu. Ele... o Professor Vedel, que tinha uma agenda muito carregada, perguntou se ele aceitaria dar uma lida final na minha tese, só para alguns acertos. E naquela época, não havia os recursos que há hoje para se fazer uma tese, tudo era datilografado, manualmente; um erro aqui, você teria que refazer a página toda e vai por aí a fora. O professor Berliar concordou. E depois de uns três dias, ele me chamou a casa dele. Ele tinha lido a tese *toda*, da primeira à última página, e feito, a cada página, alguma anotação, em

vermelho. Não eram bem correções, mas era para melhorar estilisticamente aqui, enriquecer ali. Coisa que... achávamos que, que lá, neste velho mundo, as relações professor aluno fossem mais difíceis. E de repente eu vi aquele homem, que era considerado o mais duro dos professores da Sorbonne, fazer comigo aquilo que nem o mais dedicado dos professores brasileiros teria feito, na época, acredito. Ir de página em página, com sugestões estilísticas, para melhorar isso e melhorar aquilo. Fiquei impressionado. A tese foi defendida no dia 3 de outubro. E no dia 4 eu voltei, já direto para Brasília, para... Eu estava quase perdendo o prazo de tomar posse naquele cargo de secretário jurídico, no Supremo.

F.F. – Como se deu esse convite? Foi essa função que o levou a Brasília, embora o senhor não tenha feito apenas isso.

F.R. – Foi, foi isso que me levou a Brasília. Era o mês de junho, estava terminando o Supremo... Perdão. Estava terminando o semestre letivo na Faculdade de Direito, eu estava corrigindo provas até, quando o ministro Bilac Pinto, já desonerado, já desincumbido da embaixada em Paris, veio e tomou posse no Supremo. E informaram então a ele que tinha direito a um secretário jurídico, além das duas secretárias datilógrafas, enfim, e do motorista. Ele, em Belo Horizonte, me fez o convite. Ele nem sabia qual era o salário. Sabia apenas duas coisas, que havia esse limite de dois anos – mas ele dizia: “eu espero que até lá você já tenha visto alguma coisa melhor” – e sabia também que tinha o apartamento funcional, que permitia que eu ficasse ao abrigo da chuva. Bom. Ele me recebeu no saguão do Hotel Del Rey. Havia um hotel, bem em frente a Faculdade de Direito, na praça Afonso Arinos, chamado Del Rey, que era o mais novo da cidade, na época. E ele estava lá, terminando uma conversa com o dr. Pedro Aleixo, também professor na Faculdade de Direito e velho amigo dele, quando cheguei; e, na frente do dr. Pedro Aleixo, ele fez o convite, deu as informações necessárias. Eu falei que não... Enfim. Perguntou se eu precisava de tempo, falei: “não, não preciso de tempo, eu já vou dizendo, não tenho como recusar”. Então eu embarquei, dois, três dias depois, já em primeiro ou dois de julho, eu embarquei para Paris e de lá para a Holanda, para terminar a tese, mas já sabendo que não voltaria a Belo Horizonte, já tendo avisado que não voltaria.

F.F. – O senhor já tinha alguma relação, já conhecia o ministro Bilac Pinto?

F.R. – O ministro Bilac Pinto é de Santa Rita do Sapucaí. Ele é da mesma geração da minha mãe, 1908. Uma família amiga. Agora, eu era uma criança, quando ele fazia as suas campanhas políticas; foi candidato a governador de Minas, foi, várias vezes, eleito deputado. Eu vim a conversar com ele, na realidade, já na embaixada, em Paris. Ao tempo em que na embaixada, ele tinha na equipe o embaixador Carlos Calero Rodrigues, que era o número dois, que veio a ser meu chefe, anos mais tarde, na delegação do Brasil à Cruz Vermelha; e tinha, na equipe também, o então jovem diplomata José Guilherme Merquior, intelectual do Rio de Janeiro, que morreu tão cedo, mas que marcou época; e que se tornou também um amigo meu, desde esse tempo.

F.F. – O senhor chega a Brasília. Como foram esses primeiros dias em Brasília?

F.R. – Eu cheguei de Fusca. Eu tinha um Volkswagen 68, no qual eu cheguei, tendo como mudança uma mala de roupas e alguns livros. Não tinha mais nada.

F.F. – O senhor mesmo conduziu. O senhor foi sozinho?

F.R. – Sim, eu mesmo dirigi. Sim. E chegando, não sabia exatamente... O ministro Bilac Pinto tinha um apartamento em Brasília que era vizinho de frente de um apartamento que era do dr. Renato Archer, que também era membro do parlamento e pessoa amiga dele. Num dos dois apartamentos... Ele comprou esse do Renato Archer. E, no que era dele mesmo, ele instalou a mudança. Livros, papéis, móveis, etc. vindos de Paris. E no outro ele me acomodou. Era um apartamento praticamente vazio. Tinha cama, etc., mas as refeições eram tomadas fora, então não tinha importância que eu ficasse ali naquele lugar vazio. Era até confortável. Porque ele próprio, com a dona Carminha, viviam no Hotel Nacional, nessa época. Era mais prático para eles ficar no Hotel Nacional. Então vivi sozinho nesse apartamento provisório durante aqueles três meses de 70, outubro, novembro e dezembro. Aí fui para o sul de Minas, casei nessa ocasião, e já voltei para um apartamento funcional, que tinha sido designado a mim, na Quadra 115.

R.M. – Ministro, estou com uma dúvida. É quase uma curiosidade. O ministro Bilac Pinto, eu não sei qual era o nível de intimidade que ele tinha com o senhor mas, alguma vez, ele confrontou o senhor com o seu passado de jovem militante estudantil? Porque ele era da banda de música da UDN.

F.R. – Ele era da banda udenista. Agora é sempre bom lembrar que a banda de música udenista foi o movimento mais original e corajoso de oposição à ditadura. A banda de música udenista nasce como uma oposição feroz a uma ditadura. É claro que, como as coisas se organizavam na política da época, a banda udenista, como toda a UDN, passa a ser vista, em seguida, depois da redemocratização em 1945, como a ala conservadora, em contraste com aquilo que passou a ser uma banda progressista, liderada por alguns partidos clandestinos, alguns ostensivos, outros como o PTB; mas.. Enfim. O espírito daqueles homens da banda udenista, destacadamente, de Aliomar Baleeiro, de Adauto Lúcio Cardoso, de Bilac Pinto, de Oscar Corrêa, era um espírito extremadamente democrático e... O próprio Bilac Pinto foi o criador do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que se instalou no Ministério da Justiça, numa época difícil. Agora... Não. Ele tinha também uma... Era, acima de tudo, um fidalgo o Bilac Pinto. A exemplo de Prado Kelly e outros da época, Afonso Arinos. Era um homem de uma grande admiração por aquilo que não sintonizasse com ele mas que ele pudesse admirar. A amizade dele por Victor Nunes Leal é uma coisa fantástica. A devoção que ele tinha por Victor Nunes Leal, o modo como ele se referia a diversas pessoas punidas pelo movimento militar e que, de algum modo, mantiveram com ele uma relação de amizade profunda. Enfim, nunca aconteceu. Eu me lembro de que quando quiseram me tirar, quando o SNI pretendeu me excluir do concurso, foi ele que me deu a notícia. Foi ele que me deu a notícia. “Tem gente aí querendo te pôr fora do concurso”. Eu falei: “Por causa do quê?” Ele disse: “Por causa dos seus cargos lá do CAAP, por causa de... enfim, sei lá, alguma coisa que você terá escrito... E depois, que eles inventam também. Quer dizer, eles estão querendo, mas... Não esquite a cabeça. O Xavier não deixa”. Xavier de Albuquerque, o procurador-geral da República. “O Xavier não deixa isso acontecer”. O que aconteceu nos anos seguintes foi mais divertido ainda. O procurador-geral já não era... Xavier de Albuquerque já tinha sido nomeado para o Supremo. O novo procurador-geral era José Carlos Moreira Alves. Aparentemente, um homem conservador, enfim, um homem de princípios muito rígidos. No aspecto político, aparentemente conservador; mas, sobretudo, um homem de uma firmeza e de uma integridade a toda prova. Ele assumiu a Procuradoria Geral da República quando o Xavier foi para o Supremo. E ele estava no cargo de procurador-geral da República quando se deu a segunda e última promoção de procurador de segunda categoria para procurador de primeira categoria. E

lá estava eu. Era o segundo nome da lista de merecimento. Promoção por merecimento. Eu estava, entretanto, nesses dias, eu estava em Genebra, na delegação do Brasil à Cruz Vermelha. A conferência da Cruz Vermelha que elaborou os protocolos adicionais às convenções de Genebra, cuidando do tema do conflito armado interno, da guerrilha. Como garantir, no caso de conflito armado interno, aqueles valores que já existem, que já se encontram protegidos pelas normas da Cruz Vermelha no conflito armado internacional. Era um tema muito...

F.F. – Como foi trabalhar nesse tema?

F.R. – Foi uma beleza. As lembranças que eu tenho do evento.

R.M. – Em que ano foi isso?

F.R. – 74, 75 e 76. Cada um desses anos, na chamada primavera europeia, entre fevereiro... (um frio danado) entre fevereiro e abril, íamos lá, a delegação do Brasil, comandada pelo embaixador Carlos Calero Rodrigues, que era o nosso embaixador em Varsóvia, e com outros integrantes, incluídos alguns professores universitários. Vicente Marota Rangel, aqui de São Paulo, Dunshee de Abranches, do Rio de Janeiro. Bom. Mas eu estava lá, na primeira sessão dessa conferência, que durou quatro anos. A primeira sessão foi em 74. Estava lá. E quando cheguei de volta, eu tinha sido promovido, como procurador da República, tinha sido promovido a primeira categoria. Mas aí o chefe de gabinete do procurador-geral Moreira Alves, que era um jovem e talentosíssimo procurador da Justiça, do estado de São Paulo, Romeu Ricupero, (irmão mais jovem do embaixador Rubens), Romeu Ricupero era o chefe do gabinete de Moreira Alves e veio me contar uma história singular. Durante a minha ausência, quando a lista de promoção ficou pronta, (antiguidade e merecimento) a lista foi mandada, como tudo era mandado na época, para o Palácio, que ouvia, então, o SNI. Então o procurador-geral recebera a visita de um certo comandante Carvalhais, oficial da Marinha do Brasil a serviço do SNI. E o comandante Carvalhais fora dizer ao procurador Moreira Alves o seguinte: “Esse aqui, só esse aqui, vamos tirar da promoção”. E ele perguntou, por quê? Falou: “Não. Fez política estudantil, disse coisas, escreveu coisas, etc.. Não é...enfim, não é pessoa em que se possa confiar”. Ao que o Moreira Alves...

R.M. – O senhor sabe quem presidia o SNI, nessa época?

F.R. – O SNI, nessa época... Já era o governo Geisel? Se já era o governo Geisel, era Figueiredo. Mas eu acredito que não. Eu acredito que ainda era o governo Médici. Setenta e... Não. Já era o governo Geisel. Era Figueiredo, sim. Mas o comandante Carvalhais dizia “vamos tirar esse nome; não é dos nossos”. O Moreira Alves se recusa, diz: “não, eu tenho que promovê-lo. Não teria como explicar a exclusão desse nome”. Então... E isso pareceu surreal ao Romeu Ricupero. O comandante Carvalhais disse: “Então faz o seguinte. Tira aí promoção por merecimento, põe antiguidade, e estamos conversados”. Ao que Moreira Alves disse não, não, não. O comandante Carvalhais fechou a pasta e foi embora. Nunca mais se falou nisso. As promoções saíram, normalmente. E eu sempre recordei esse episódio como provando algumas coisas interessantes. Primeiro, o esquema não funcionava para proteger a segurança nacional. Segurança nacional não tinha nada a ver com aquilo, se o procurador fulano é promovido ou se o é por merecimento ou por antiguidade. Não. O esquema estava funcionando, naquele momento, para...enfim, garantir a integridade de uma máquina. Os nossos, por oposição aos que não são nossos. Podem não ser inimigos da segurança nacional, podem não ser terrorista,

mas não são os nossos; e portanto, vamos, de algum modo, estabelecer uma distinção, nas carreiras da função pública, entre os nossos e os que não são nossos. Segunda coisa que isso prova. Que o SNI não era terminativo de coisa nenhuma. Isso eu canso de dizer para os meus alunos, até hoje. Um das características mais pérfidas das ditaduras é o fato de que os esbirros alcançam mais poder do que a cúpula da pirâmide ditatorial. Aquele célebre episódio de um amigo de infância do general Garastazu Médici cujo filho, de repente, desapareceu, em Porto Alegre, e o homem, aos prantos, telefona para o seu amigo de infância, presidente da República, (isso por volta de 72) falando do que aconteceu com o filho; e o ditador determina que achem o rapaz. E não acham o rapaz coisíssima nenhuma. Isso é típico dos regimes de exceção, dos regimes autoritários. Ou seja, há aquele momento em que o esbirro ganha mais poder e autonomia do que a cúpula do regime; e se vale da autoridade que tem como esbirro nos subterrâneos de toda ditadura (para) resolver problemas pessoais. Por que, entre os opositores do regime, não eliminar também o meu credor, o meu rival amoroso e... tantas coisas mais? Era bem isso que acontecia. Bom. O que esse episódio que lhes contei, o da promoção, prova também é que o SNI não era terminativo; enfim, o SNI podia fazer suas injunções, não por ordem do chefe, (não creio que o general Figueiredo tivesse nada a ver com isso) mas um certo oficial resolveu tomar essa iniciativa, foi lá, tentou, não deu certo, ele calou a boca, fechou a pasta, foi embora, e não se falou mais nisso. Por isso, eu acho que quando determinadas autoridades civis da época dizem, disseram que foram obrigadas a fazer isso contra alguém, porque o regime impôs, porque o Serviço Nacional de Informações obrigou, essas pessoas, provavelmente, estão mentindo. Era sempre possível a uma autoridade civil ponderar, reagir, resistir, eventualmente, provocar uma autoridade maior. Enfim. Mas o número de covardes era muito maior do que o número de pessoas com alguma verticalidade na espinha dorsal.

R.M. – Ministro, na sua época de assessor, no Supremo, o senhor tem registro de episódios em que o Supremo como instituição e ministros individuais tenham se posicionado de maneira contrária ou resistido a pressões externas? Ou a liturgia do Supremo impedia que esse tipo de pressão indireta fosse exercida? O senhor alguma vez, como assessor, presenciou algum fato?

F.R. – O Supremo. Veja. O ponto delicado na pauta de competência do Supremo era aquilo que se chamava, na época, *recurso ordinário criminal*. Recurso ordinário criminal era o processo vindo do Superior Tribunal Militar, quando este, em derradeira instância, na especializada, proferiu uma condenação de civil. Quando o réu era militar não havia esse recurso. Mas quando o condenado pela Justiça Militar, por crime contra a segurança nacional, era um cidadão civil havia essa possibilidade do recurso ordinário criminal. O recurso ordinário criminal era algo interessantíssimo, como objeto de estudos. Por quê? Não só ele pretendia neutralizar essa aberração do direito da época, que era a condenação de civis por uma justiça militar, mas ele era também a única chance que a justiça civil, representada aí pela sua cúpula, pelo Supremo, tinha de rever uma decisão condenatória do regime. Porque na época... Bom. Eu ia dizer que, na época, o Superior Tribunal Militar era o regime. Não é bem assim. Nós tivemos lá vozes, como a de Júlio Bierrenbach, o almirante, o procurador Célio Lobão e outros, que demonstraram que ali também havia lucidez, decência e fidelidade maior ao princípio democrático do que às instituições da época. Mas enfim. Era a única possibilidade do Supremo, no uso normal de sua competência, reverter uma decisão condenatória do esquema militar, se assim podemos dizer. Porque habeas corpus, não podia. Habeas corpus, o AI-5 proibia. O episódio emblemático, que foi a renúncia do ministro Adauto Lucio Cardoso, foi bem isso. Eu me lembro, eu estava... Foi o dia 10 de março de 1971. Eu estava na quinta ou sexta fila do

plenário do Supremo. Que é lá onde é hoje. Era uma sala um pouco menor, porque não chegava até às vidraças assim, laterais. Mas era no mesmíssimo lugar. Eu estava ali, assistindo a sessão, na quinta ou sexta fila, e na primeira fila estava Victor Nunes Leal, o ministro (aposentado pelo regime em 69), quando se deu aquele episódio. O ministro Adauto Lucio Cardoso resolveu conceder um habeas corpus. Se fosse um recurso ordinário criminal, ele poderia, sim, prover o recurso e atenuar a pena do réu civil ou absolver o réu civil. Mas não, não era isso. Era um habeas corpus, para interromper o processo em algum tribunal aí, de segunda instância, num assunto relacionado com o tema segurança nacional. E o tema aí era contagioso por sua própria natureza. O que quisessem, na época, que fosse segurança nacional era segurança nacional. Há um célebre voto do ministro Baleeiro, em que ele diz: “É preciso não exagerar. Batom de moça não é segurança nacional, cigarro de maconha não é segurança nacional...” Bom. Mas, enfim, naquele caso, era um habeas corpus, e o ministro Adauto Lucio Cardoso, relator do caso, resolveu concedê-lo. Enfim. São esses lances, esses rompantes assim. Vamos ver se vinga, vamos ver o que é que os outros dizem. Mas aí os outros, um por um, disseram: “Ministro Adauto, não dá. Não tem jeito. O AI-5 nos proíbe de conhecer do habeas corpus, no caso dos chamados crimes contra a segurança nacional. Se nós concedermos, se nós concedermos essa ordem, não vão executá-la. Não vão executá-la. Fora a possibilidade de fazerem alguma coisa contra o Tribunal, no mínimo, no mínimo, não vão executar essa ordem e liberar esse réu lá – sei lá onde era, em que ponto do país. Bom. E todos, um por um, todos, um por um, incluindo os mais próximos amigos dele, que eram Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto. Porque não tinha como. Mas ele, que já devia estar saturado dos trabalhos do tribunal, naquele momento tão difícil e tão incômodo para quem tinha os ideais dele, herdados justamente da banda udenista, ele achou que não devia ficar mais. E disse: “Senhor presidente. Eu me vejo vencido, sozinho, contra a opinião de todos os demais. Isso para mim, que me habituei a ser modesto, a cultivar a virtude da humildade, isso significa uma coisa só: que eu não estou à altura do colegiado, que eu não tenho como participar das deliberações de um colegiado tão ilustre e cujo raciocínio eu, nas minhas limitações, não consigo acompanhar. Por isso, eu peço a V.Exa., como a lei permite, a minha aposentadoria, desde logo, por tempo de serviço”.

F.F. – Na sessão?

F.R. – Na sessão, é. Aí, bom, correm lendas que ele jogou a capa. Não, não jogou a capa. Era hábito. Hoje não. Hoje, eles entram já encapados e saem encapados. Tiram a capa lá dentro, no salão branco. Na época não. Na época, eles entravam em trajes civis e o auxiliar de plenário punha a capa nas costas de cada um, já lá dentro da sessão, e eles, quando era a hora do café ou do final da sessão, tiravam espontaneamente a capa e deixavam no encosto da cadeira. Foi o que ele fez. Não jogou nada. E saiu da sessão. O ministro Elói da Rocha, imediatamente, pediu ao ministro Baleeiro que o tribunal se reunisse em conselho, ou seja, vamos fechar a sessão pública e nos reunirmos lá dentro do salão branco. Daí a pouco, voltaram, e o ministro Adauto Lucio Cardoso disse: “Não quero que isso seja visto como nenhuma manifestação de despreço pelos meus colegas, pelos quais tenho...”

F.F. – O senhor estava presente na sessão do conselho.

F.R. – Lá, o tempo todo. O tempo todo. Não! No conselho, não. No conselho, não pode. No conselho, nem os auxiliares de plenário... nem o diretor-geral fica. Só os onze ministros. Então o que disseram ali... certamente disseram Adauto, disse alguma coisa, para... para... enfim... uma guirlanda qualquer, para não parecer que você se decepcionou com seus colegas.

Ele disse, realmente, alguma coisa assim. “O meu respeito, a minha amizade pelos colegas são inquebrantáveis. Mas eu, realmente, não estou me sentindo bem no tribunal e insisto no meu pedido de aposentadoria”. Após o que todos o cumprimentaram. E a sessão acabou.

F.F. – Ministro, claramente, esse episódio foi marcante para o senhor. O que o senhor poderia dizer que aprendeu vendo, em particular, essa sessão?

F.R. – Essa sessão foi emblemática dos dilemas que a criatura humana pode enfrentar na vida. Adauto Lucio Cardoso tinha, na visão dele, que seria compartilhada por tantos de nós, ele tinha a convicção de que era seu dever tentar alguma coisa. Quem sabe se o tribunal não se anima a desafiar essa regra proibitiva? E vamos ver o que acontece. Vamos ver o que acontece. Duvido, talvez ele dissesse a si mesmo, duvido que os militares façam alguma coisa contra o tribunal. O maior risco é não executarem a ordem de soltura. Vamos tentar. A ideia dele, seguramente, era essa. Mas aí não... os outros foram rigorosamente fiéis à letra de uma proibição legal, expressa no Ato Institucional número cinco. Não viram como saída... Bem. Anos depois... Veja bem. Todos devem ter saído de lá profundamente incomodados, apesar das frases de cortesia que se pronunciaram no final da sessão, todos devem ter saído de lá amargurados. E tem mais. Nos seus últimos tempos de Supremo, o ministro Aliomar Baleeiro teve várias atitudes, que pareciam representar uma nostalgia de Adauto Lucio Cardoso. Vamos, pelo menos, se não descumprir abertamente a regra proibitiva nesse tal ato institucional, mas vamos dizer certas verdades ao regime. E ele as disse em horas, até as mais improváveis, como, por exemplo, quando da visita do general Lanusse, o presidente da Argentina. O presidente da Argentina, fazendo um discurso, quando foi recebido pelo plenário do Supremo, disse: “Eu sou o homem que passou quatro anos da sua vida dentro de um cárcere; e tive tempo bastante para refletir sobre a importância da Justiça, de que a Justiça seja independente e seja justa”. Embora fosse ele um chefe de Estado militar e autoritário, não muito diferente, sob a ótica dos rótulos, do nosso, ele havia dado, naquele discurso, certas provas de lucidez, que impressionaram o Baleeiro. E o Baleeiro, já na resposta, falou que era reconfortante ver um chefe de Estado reconhecer... No fundo, o que Baleeiro quis dizer, e deve ter ficado claro nas falas dele, é que... mesmo um chefe de Estado autoritário poderia realizar, de público, esse ato de contrição, consistente em reconhecer que ele está lá por forças de circunstâncias que ninguém deseja que se prolonguem nem que se repitam, e que ele tem ideia da importância da Justiça e da independência da Justiça. É como se, em palavras cruas, Baleeiro dissesse: o senhor é um ditador que não se orgulha de sê-lo e que encara isso com contrição. Ao passo que o nosso é um ditador ufano. E foi assim que o Palácio do Planalto recebeu o discurso do Baleeiro, que, a partir daí, passou a ser, de várias maneiras, atacado. Não havia como fazer mal a ele, àquela altura da vida. Mas passaram, de várias maneiras, a fustigá-lo, desde então. Ele saiu do tribunal pela compulsória, ao completar setenta. Não obstante, a Universidade de Brasília concedeu, mesmo sob o reitor Azevedo, o título de doutor *honoris causa*. E publicamos (fui eu o coordenador) um livro, *Estudos de Direito Público*, em homenagem a Aliomar Baleeiro. Isso, em 76, o ano em que ele recebeu o título. Ele morreria logo depois. Ele morreria... Enfim. Não durou. Como muitos que saem do trabalho ativo e passam a ter uma vida mais sossegada; e, justamente por isso, não resistem ao ócio.

R.M. – Ministro, no começo da década de 80, em 81, o senhor assumiu um posto, que, em uma outra entrevista, o senhor disse considerar muito importante para a sua trajetória, para o seu ingresso no Supremo Tribunal Federal como ministro, que foi o cargo de assessor

extraordinário do ministro chefe do Gabinete Civil do presidente da República, do João Leitão de Abreu. Como é que se deu esse convite?

F.R. – O ministro Leitão de Abreu me conhecia do Supremo. Como ministro do Supremo, ele conhecia todo o trabalho de um procurador da República que atuava junto ao Tribunal, que dava pareceres em processos da competência do Supremo. À conta disso, quando ele foi chamado, pelo general Figueiredo, para assumir a Casa Civil, naquela crise em que o general Golbery pediu as contas e se retirou do governo... Leitão de Abreu queria se cercar de um modo que ele considerasse representativo daquele momento, daquela flexão do governo Figueiredo. E aí foram... Eu estava lá então... Ele conservou, da equipe anterior, alguns administradores de grande qualidade. Entre eles, o professor João Carvalho de Oliveira, um antigo funcionário do Banco do Brasil, que era o chefe de Administração da Casa Civil, de quem a casa não poderia abrir mão. Mas os outros, ele trouxe todos de fora. Eu próprio, o José Guilherme Merquior, o embaixador Álvaro Franco, o dr. Nilson Naves, que depois iria ser presidente do Superior Tribunal de Justiça, que é meu colega de turma. E... Enfim. Eu era subprocurador-geral da República, de carreira, e estava trabalhando então com o procurador-geral... É. O que tinha acontecido... Eu não sei se já falei disso a alguém. Mas enfim. Recordando as circunstâncias da época. Quando estava terminando o... Terminado o governo Geisel, o dr. Henrique Fonseca de Araújo, procurador-geral da República, não foi nomeado ministro do Supremo. Quebrou-se ali um ciclo, porque sucessivos procuradores-gerais da República foram para o Supremo. O procurador-geral da República é o mais natural dos candidatos naturais ao Supremo. Mas ali, quebrando um ciclo –, que envolvera Décio Miranda, Xavier de Albuquerque, Moreira Alves –, o presidente Geisel não quis nomear o dr. Henrique Araújo para o Supremo.

F.R. – (.....) Alguns atribuíam isso até a...enfim, à religiosidade luterana do presidente Geisel, e tatatá. Nunca se soube. Mas ele não quis. É um direito dele. Então dr. Henrique saiu, terminou o seu mandato de procurador-geral da República, e foi sucedido pelo dr. Firmino Ferreira Paz, a quem o presidente Figueiredo convidou, tirando-o da aposentadoria. Esse é um veterano na carreira. Procurador da República desde a juventude, perfez todos os escalões da carreira, sempre com muito talento, sempre com muito brilho. Uma figura extraordinária, o dr. Firmino Paz. E um dia, quando ele já estava... no governo Figueiredo, quando Firmino Paz já estava com 69 anos, o presidente Figueiredo resolveu pô-lo no Supremo. Não tinha havido ainda nenhuma crítica ao fato de se colocar no Supremo alguém já muito próximo da compulsória, já muito próximo dos setenta. Viria, depois, essa crítica, sobretudo, a propósito do ministro Clóvis Ramallete, porque esse não era da função pública. Era da advocacia, era da academia mas não era de nenhum... Ao passo que Firmino Paz, enfim, a nomeação, embora aos sessenta e nove anos, foi vista positivamente, porque era o final de uma carreira toda consumida a serviço da União. Então foi o dr. Firmino Paz, que ficaria um ano no Supremo, e cairia, em seguida, na compulsória. Para suceder ao dr. Firmino Paz, o meu nome foi cogitado. Eu acho que tinha, na época, pouco mais do que... É bem isso. Eu já tinha completado os trinta e cinco anos que a lei exige, o meu nome foi cogitado. Era o nome... era sabidamente, na época, o nome da preferência da carreira. Mas quem tomava decisões na época, nessa primeira fase do governo do Figueiredo, era o general Golbery do Couto e Silva; que pouco tempo antes, diante do falecimento inesperado de Petrônio Portela, ministro da Justiça, havia nomeado, para sucedê-lo no Ministério da Justiça, o deputado Ibrahim Abi-Ackel. Quando se deu a vaga do procurador-geral da República, embora inspirados por várias pessoas que me sugeriam como possível ocupante, eles – e acredito que com boa-fé, por acreditar que aquilo significava mais

o que convinha ao regime, na época – escolheram um outro membro da carreira, bem menos antigo que eu; menos antigo que eu, enfim, mas de mais idade. E... e nomearam, então, dr. Inocêncio Coelho. O ministro Leitão de Abreu, no Supremo, estava entre aqueles que queriam que eu... Enfim. No Supremo de um modo geral, teriam preferência por mim, na época. Por isso é que quando ele foi chamado para a Casa Civil ele fez esse convite. Que, operacionalmente, era fácil de atender: eu, apenas, era deslocado das minhas responsabilidades de procurador-geral, para prestar serviços, temporariamente, à Casa Civil. Nada se alterava, nem no meu salário nem na... Nada, nada, nada. Apenas, enfim, eu deslocava a minha atividade física de um lugar para outro. E, nessas circunstâncias, foi muito, foi muito compensador trabalhar... João Leitão de Abreu foi um dos homens mais lúcidos que passaram pelo Supremo Tribunal Federal. Era também uma consciência liberal firme. Ele, nessa fase da vida, deu várias provas disso. Foi nesse momento que se fez a lei do usucapião especial, permitindo a propriedade do imóvel rural por quem o ocupa durante cinco anos e não possui outra coisa. Queria-se, na época, fazer também usucapião urbana. Mas aí não deu certo. Era uma coisa muito... Até hoje não se fez. Na época, era uma coisa ousadíssima. Não conseguimos. Eu tenho...Eu gostaria muito que, um dia, os papéis dos arquivos da Presidência da República transpirassem e algumas coisas que eu escrevi na época e que fundamentaram decisões do presidente da República viessem à luz. Desde coisas... Nada de muito importante. Afinal de contas, o importante era conduzido pelo próprio presidente da República, sob a inspiração do chefe da Casa Civil. E assim se chegou à anistia, e assim se chegou à programação da primeira eleição em que concorreria a oposição civil, e assim por diante. Mas, nos trabalhos da Casa Civil da época, há várias coisas que...várias decisões que se fundamentaram em pareceres meus, desde a devolução de bens da família Kubitschek, a família Kubitschek, da qual algumas línguas perversas diziam que tinha feito patrimônio por conta do... A família Kubitschek, tudo que os militares encontraram para confiscar foram dois terrenos SMPW, em Brasília. E quando senti que os ares eram mais respiráveis, dona Sara pediu ao governo que devolvesse esses bens. A família não tinha mais nada. E aí uma decisão lapidar do presidente, assim, tomada em um minuto, mandou devolver imediatamente os bens da família Kubitschek. O mais interessante desse episódio é a lista de bens. Dois terrenos em SMPW. Desmoralizando completamente toda a maledicência que durante o regime militar se abateu sobre a família Kubitschek, sobre o que tinha e o que não tinha, o que ganhou, o que não ganhou. Houve casos, também, relacionados com a nacionalidade, com a expulsão de estrangeiros, com a punição dos servidores públicos, todos resolvidos muito lucidamente pelo presidente da República, com base em trabalhos, na época, da Casa Civil; onde, diga-se de passagem, eu não estava sozinho. Havia outras pessoas também que...cujo trabalho me parecia da maior qualidade. Entre elas, o Merquior, que foi um dos grandes intelectuais do país, e Nilson Naves, que veio a ser ministro e depois presidente do Superior Tribunal de Justiça, e vários outros. Mas enfim. A lembrança de Leitão de Abreu, uma lembrança... E eu registrei isso no meu discurso de posse como presidente do TSE. Eu falei naqueles que, em momentos vários da vida, me inspiraram, me ajudaram e... e disse, todos muito, muito caros, pelo muito que me ensinaram ao longo da vida e pelo orgulho que a associação do meu nome a seus honrados nomes há de me trazer, enquanto eu viver. E disse: “A esses eu rendo homenagem, na pessoa de V.Exa., ministro João Leitão de Abreu”. Ele era o único presente. Os outros já estavam mortos. Bilac, Lourival Vilela Viana, Alberto Deodato, estavam todos mortos. Enfim. Bom. E acredito, a palavra insuspeita do ministro Sepúlveda Pertence é muito importante nisso, na definição, na conceituação histórica de pessoas como Bilac Pinto e como João Leitão de Abreu. A palavra do dr. Pertence é mais insuspeita do que a minha, por razões óbvias. E ele tem coisas muito interessantes escritas,

como procurador-geral da República ou antes ou depois, a respeito desses personagens da história do Supremo.

R.M. – Ministro. Hoje em dia, até pela abertura imprensa, a sociedade tem um conhecimento maior sobre a movimentação de bastidores que cerca a indicação de um ministro do Supremo. Houve um ministro que, muito abertamente, expôs o seu processo de nomeação, recentemente. Como é que isso funcionava há trinta anos? O senhor disse já, do ministro Leitão de Abreu. Como era o processo de se levar o nome de alguém ao presidente da República?

F.R. – Nos velhos tempos, veja, mesmo, mesmo durante o regime militar, e se recuamos um pouco mais, durante o Estado Novo, até mesmo durante o Estado Novo, o critério de escolha tendia a ser sempre sensato. Getúlio Vargas, por exemplo, pôs no Supremo Carlos Maximiliano, pôs Aníbal Freire da Fonseca, figuras esplendorosas. Os militares puseram o Baleeiro, Adauto, e tantas outras pessoas qualificadas. João Goulart pôs Evandro Lins e Silva, pôs Hermes Lima, pôs Victor Nunes Leal, que é a figura mais luminosa da história do Tribunal, sem sombra de dúvida. Agora... Perdão. Juscelino. Victor Nunes se dava bem com o João Goulart, mas ele foi posto no Tribunal por Juscelino Kubitschek. Agora veja. Havia, sim, esse cuidado. E eu senti, eu que acompanhava, da Procuradoria Geral, as indicações, eu senti que essa tendência a fazer sempre o melhor nunca arrefeceu. Procurador-geral da República Xavier de Albuquerque, candidato natural. Um homem com a qualidade dele, é ele, não há dúvida. Dois anos depois, Moreira Alves. Não há dúvida, é ele. E assim por diante as escolhas foram sendo feitas. Algumas causavam um relativo mal-estar. Será? Não. Esse foi escolhido só porque ele é amigo do irmão do presidente, lá no Rio de Janeiro, tatatá, e vai ficar só um ano, é meio idoso... Mas afinal de contas era um homem ilustrado, lido, de uma consciência liberal, (eu estou falando de Clóvis Ramallete) de uma consciência liberal, um homem arejado, progressista. Não houve nenhuma escolha insensata. Bom. Aí os anos passam... E, veja, as escolhas não se faziam em função de postulado. Nisso, talvez tenha havido uma mudança. Oscar Corrêa, que foi a criatura mais espirituosa, além de ser um homem de uma cultura geral vastíssima, enfim, um homem que sabia muito mais do que a ciência do direito, Oscar Corrêa costumava brincar, dizendo: “Há um provérbio que diz que cadeira de ministro do Supremo não se postula e não se recusa”. E aí ele temperava: “Bom. Que não se recusa é certo. Mas que não se postula, é uma grosseira falsidade”. Mas veja bem, ele dizia isso por brincadeira. Ele próprio não postulou. Mas ele e outras pessoas enfim, deixavam entrever que, se convidadas, ficariam honradas. E assim aconteciam as escolhas. Quem é o melhor? Quem é o melhor no Rio de Janeiro nesse momento? Oscar Corrêa. Quem é o melhor no cenário parlamentar? Célio Borja. Quem é o melhor nos tribunais superiores neste momento? Octavio Gallotti. E assim se fazem a... se faziam as escolhas. Uma única das quais, para desmentir a implacabilidade da frase de que não se recusa, o único caso certo de recusa é Miguel Reale. Miguel Reale, o pai. Que...enfim, por força de um óbito da família, tendo perdido, num acidente, filho e nora ou filha e genro, se tornou um tutor precocemente, um tutor de netos ainda pequenos, a ideia de sair de São Paulo não podia agradá-lo, naquelas circunstâncias, e Miguel Reale é o único caso certo. Pode haver algum outro. O único caso *certo* de recusa. Dizer me desculpe, mas não posso ir. Agora veja. Sim, há uma coisa... E isso aconteceu em outras ocasiões também. Às vezes, o... No meu caso, eu estava ali ao lado do condestável, eu era o homem de confiança do homem que, naquele momento da história do governo brasileiro, tomava decisões quanto a quem vai, quem não vai para o Supremo.

F.F. – E essa pessoa quem é?

F.R. – Era João Leitão de Abreu. Era João Leitão de Abreu. Agora vejam as vagas seguintes à minha. Várias pessoas sugeriram. Na vaga logo seguinte à minha, que foi preenchida com Sydney Sanches, disseram, então, ao presidente Figueiredo várias pessoas amigas. Quem sabe, o que o senhor acha, o que o chefe da Casa Civil acha deste desembargador paulista, que é um líder de classe, ele é, praticamente, um sindicalista da magistratura, um homem que comanda lá as associações, as reivindicações. Ou seja, é um jurista de peso, saído deste celeiro que é o Tribunal de Justiça de São Paulo, de valores, e ainda por cima tem esse adorno suplementar inédito: líder de classe. Olha como ficaria bem. Não se pestanejou. Pareceu o melhor nome naquele momento. Foi nomeado Sydney Sanches. A vaga seguinte foi de Octavio Gallotti, a seguinte foi de Célio Borja, depois veio Paulo Brossard, com toda sua majestade e história, enfim...o Sepúlveda Pertence, no cargo de procurador-geral da República, e tantos outros. Não. Hoje continua havendo. E dona Dilma Rousseff provou com essa última escolha que a tendência do chefe de Estado ainda é mandar, sempre, para o Supremo, o que houver de melhor. Eu não acredito que isso tenha sido desmentido, desonrado por ninguém. As escolhas foram sempre dentro dos limites daquilo que se pode considerar o horizonte das candidaturas naturais. Um grande professor universitário, um notável advogado, uma ministra que se destaca no Tribunal Superior do Trabalho, que é um dos tribunais superiores, o dr. Toffoli, o mais jovem de todos – enfim, não tanto quanto eu era quando fui, mas na faixa do...no começo da faixa dos quarenta –, era o jurista de confiança do presidente da República. Isso é... nos Estados Unidos, mais do que aqui. Nos Estados Unidos, mais do que aqui, o jurista de confiança do presidente da República é mandado para a Corte Suprema, quando não para a Corte da Haia. A Corte da Haia, especialmente, recebe, um após outro, juristas do Palácio. É um direito que tem o presidente da República. E ele o exerce. Desde que não se mande... Enfim, o dr. Toffoli tem uma bonita história de advocacia. Sim, os desafetos politicamente dizem que é advogado do PT, advogado de partido. Mas nessas circunstâncias de advogado de partido, ele fez um boníssimo trabalho, sempre com muita correção, muita ética; e depois, como advogado geral da União, ele foi primoroso. Primoroso. Eu que o confrontei no caso Raposa Serra do Sol sei da qualidade do trabalho que ele fez. De modo que acho que Lula tinha todo direito de escolhê-lo. Agora veja. O que é a novidade, realmente, dos últimos anos, é essa história de... (ri) de haver uma... como se fosse a Academia Brasileira de Letras, uma romaria de postulações. Quem é patrocinado por quem, quem deseja quem, e vamos almoçar com fulano, jantar com... Assim, não dá. Assim não dá. E nessa última vaga, nessa última vaga, esse fenômeno – novo e decididamente indesejável – se manifestou a torto e a direito. Graças a Deus a moça demorou. Mas desbastou tudo que havia de inconveniente, por tal ou qual razão, e foi logo no melhor.

R.M. – Já que estamos nesse assunto, o senhor considera impossível, hoje, o regresso a esse modelo anterior? Ou já que estamos num cenário em que as postulações são mais agressivas, que isso fosse, talvez, reconhecido como uma nova realidade institucional e que fossem de uma vez aberto os nomes?

F.R. – Eu lhe digo exatamente. Eu lhe digo exatamente o que acho preferível. Sim. Quanto maior a abertura, quanto mais rica a informação de que dispõe o chefe de Estado, tanto melhor, para que a escolha seja brilhante ou, pelo menos, muito boa. Agora o que eu não acho bom é isso cair no domínio público. E eu não acho bom, também, que exista ativismo e participação do próprio candidato. Isso deveria ser, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil faz saber ao chefe de Estado que tal nome deveria ser considerado. A Universidade de São Paulo faz saber ao presidente da República que tal nome deveria ser considerado. Enfim.

Tudo isso pode-se... Mas isso não deve cair no noticiário do cotidiano. É extremamente chato que se noticie, a torto e a direito, que fulano almoçou com não sei quem, em tal restaurante de São Paulo; e, ali estando, foi cumprimentado por alguém que já antecipava as festanças pela sua... Enfim. Assim não dá. Assim, não dá. Um mínimo de continência se impõe no processo de escolha. Mas, isso posto, eu acho que quanto maior o número de sugestões, tanto melhor, para uma escolha lúcida do presidente da República. E veja bem. Não precisam ser sugestões de última hora. Podem ser sugestões bem precoces. Eu me lembro de que um dia, respondendo a uma pergunta, eu declarei que acho que o ideal seja que alguém se invista na presidência da República já tendo conhecimento de quem seriam os seus elementos de escolha para o Supremo, para as vagas de que essa pessoa, enquanto chefe de Estado, vai dispor no Supremo Tribunal Federal. Claro, isso não é fácil. Mas enfim. Eu não acho nada inconveniente, pelo contrário, acho bom que as inspirações para informação do presidente da República, com a devida compostura, continência e discrição, sejam precoces, sejam muito anteriores. Isso permite que não se enfrentem os inconvenientes da demora. A presidente da República comeu o pão que o diabo amassou durante esses meses todos, pressionada daqui, pressionada dali, bombardeada por candidaturas, algumas das quais *seguramente* deixariam mal a sua história. Mas enfim. Como eu lhes disse, essa demora se justificou, terminou bem, o processo terminou bem.

R.M. – Ministro, acabamos por chegar no Supremo Tribunal. Talvez seja o melhor momento para eu pedir, se o senhor não se incomodar, é claro, vamos fazer uma pausa de cinco minutos. O senhor se incomoda?

F.R. – Sim. Nada, nada. Vamos. E vou...

F.F. – Retomamos. Ministro, nós já falamos de nomeação do Supremo, mas eu me dei conta de que tem um aspecto da sua vida em Brasília, anterior ao Supremo, que nós, praticamente, não tratamos, que é a sua docência na Universidade de Brasília. O que o senhor teria a dizer a respeito dela?

F.R. – Sim. Logo que cheguei a Brasília, no final de 70, foi apresentado à UNB, que estava então sob o reitor... eu não me lembro se já era o professor Amadeu Curi ou não, mas enfim, foi apresentado o meu currículo à UNB. E no ano seguinte, no começo do semestre...

(Com a chegada do café, a entrevista é interrompida) Quem era o reitor? Eu não sei se era José de Guimarães Alves. Era um reitor mineiro. *(E continua a entrevista)* .

F.R. – Quando eu me instalei em Brasília em outubro de 70, o meu currículo foi levado à UNB. E já no ano seguinte, no começo do semestre letivo, em fevereiro, me pediram que assumisse, provisoriamente, uma cadeira que estava criando problemas. Havia, no curso de jornalismo, a disciplina *ética e legislação dos meios de comunicação*. Essa disciplina, entretanto, era responsabilidade do Departamento de Direito. E por causa disso... enfim, o Departamento de Direito não tivera ainda a preocupação da indicação de alguém, e me foi perguntado se podia assumi-la. Seria uma maneira de entrar com mais naturalidade na universidade, resolvendo um problema que eles tinham na mesa naquele momento: não estavam precisando de um professor de direito internacional público, porque havia o então deputado, depois presidente da Câmara, Flávio Márcilio, deputado pelo Ceará, era ele o regente da cátedra de direito internacional público. Em direito internacional privado estava a professora

Ana Maria Vilela, minha compa... enfim, ela estava concluindo o seu doutorado na Universidade de Paris quando eu cheguei lá. Bom. Comecei, então, com essa disciplina. E fiquei com ela, me afeiçoei ao curso de jornalismo, fiquei com a disciplina, vários anos. E eu ensinava, simultaneamente, direito internacional e, sempre que possível, direito constitucional; e até direito processual penal eu ensinei, num determinado semestre. Havia uma certa flexibilidade nas grades horárias e havia alguma versatilidade em diversos professores. A UNB estava, nesses meus primeiros anos, sob a reitoria do professor Amadeu Curi, que tinha como vice-reitor o professor Azevedo, José Carlos de Almeida Azevedo, que veio a ser o reitor em seguida. Há uma coisa que sempre me pareceu importante. Eu sempre me enxerguei como professor universitário mas um homem de sala de aula, um homem de quadro-negro e mesa e carteiras de estudantes e diálogo direto com os estudantes em sala de aula. Nada me parece mais cansativo do que uma reunião de professores universitários, uma reunião de congregação. As lembranças que eu tenho de reuniões desse gênero são muito tediosas. Enfim, mesmo assim, exerci a chefia do Departamento de Direito, depois a direção da Faculdade de Estudos Sociais; mas reduzia ao mínimo a carga de trabalho extra-sala de aula, para mim e para os professores. Era um fenômeno também típico da UNB da época. A administração militar da universidade levava a essa loucura, a esse delírio, a essa aberração, que era suprimir –, fizeram isso de propósito –, suprimir a Faculdade de Direito. Direito não é faculdade. Direito é um departamento, que coexiste com o departamento de administração e o departamento de biblioteconomia, sob o manto de uma certa faculdade de estudos sociais aplicados; um nome extravagante que se inventou na época, notadamente, para vexar a Faculdade de Direito, para dizer que a nova administração da universidade brasileira estava tomando aquele caminho, enfim, sinalizando o declínio do direito; que foi...que foi... enfim, acentuado nos anos 70, não só no Brasil, lá fora também. É o período de maior depressão, na história da Corte da Haia, os anos 70. Depois disso foi revertido, é claro. Hoje, a UNB tem a sua Faculdade de Direito, como toda universidade normal. Mas enfim, nos velhos tempos e sob a velha nomenclatura, eu chefeiei, primeiro, o Departamento de Direito, depois dirigi a Faculdade de Estudos Sociais. E nunca me afastei da sala de aula, nem mesmo nos dois anos e meio, dois anos e pouco de exercício no Ministério das Relações Exteriores. Era a única coisa que me fazia falta, a única coisa sem a qual eu não conseguiria passar o tempo, levar a vida. Eu tive, no curso de comunicação, lecionando essa matéria para a qual me designaram em caráter provisório (mas eu fiquei alguns anos), diversas pessoas que depois se destacaram no jornalismo, em Brasília. E tive, no curso de direito, inúmeros alunos em graduação e pós-graduação, dois dos quais, hoje, no Supremo, o Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa. Gilmar foi o orador de uma das turmas de que eu fui paraninfo. Joaquim Barbosa foi meu aluno em pós-graduação. Vários ministros e ministras do Superior Tribunal do Trabalho foram alunos meus. Há um momento em que era difícil estar em Brasília, pertencer a uma certa leva de gerações e não ter sido aluno meu, por força de tantos anos – um triste privilégio da idade esse – por força de tantos anos de carreira docente. As lembranças que eu tenho da UNB são de variada natureza. As boas são as das salas de aula. As outras não são. Mesmo no exercício da direção do Departamento, depois, da Faculdade. Havia aquele problema da alocação de recursos, havia os debates permanentes com a alta administração da universidade, nem sempre fáceis, havia outros problemas, característicos daquele momento. Eu fui informado, agora, pelo meu grande amigo professor Marco Antonio Rodrigues Dias, que foi o vice-reitor da UNB durante algum tempo, e depois, enfim, desencantado, saiu do país, foi para Paris, trabalhar para a Unesco; e agora, continua lá, não saiu mais de lá, continua lá, já aposentado pela Unesco. Mas ele acaba de publicar um livro, (deve estar chegando às bancas agora) que é sobre a história da Universidade de Brasília.

E essa história deve ter sido contada por ele de modo muito correto e estimulante para o leitor. Não é a primeira vez que se escreve sobre a história da UNB; mas acredito que esse será o livro mais completo. Enfim, eram tempos difíceis. Não era fácil exercer a cátedra universitária nos anos 70. E não sei se as coisas melhoraram muito depois disso. Sim. Eu tenho a convicção de que a Universidade de Brasília proporcionou sempre, e continua proporcionando hoje, um ensino superior de primeira qualidade. Existem áreas, fora da área de humanidades, existem áreas em que ela chega ao nível de excelência. Mas o que ficou de melhor como lembrança da UNB é o contato com os alunos, é a vida em sala de aula, é a inalação do pó de giz. (risos) Falando em pó de giz, nesses últimos dias, em São Paulo, eu comentava que nunca respirei tanto gás lacrimogêneo como essas noites. Porque eu moro aqui perto e... eu vou e volto a pé, (risos) e então, esse tipo de ar, que me traz lembranças da juventude, voltou a ser respirado, sem maior dano. Na realidade, enfim, há um efeito de... há um efeito de certos aromas sobre a memória humana.

F.F. – Ministro, o senhor me permite fazer uma provocação, já que o senhor tocou nesse assunto?

F.R. – Sim.

F.F. – Na verdade, uma dupla provocação, porque o senhor atuou profissionalmente, primeiro, trabalhando, internacionalmente, junto à Cruz Vermelha, com relação a conflitos armados internos, durante os anos 70. Na mesma década, o senhor também lecionou legislação referente aos meios de comunicação, ética e legislação dos meios de comunicação. Hoje, de vinte anos para cá, são categorias que a gente fala com certa naturalidade. Mas como, naquela época, eram vistas categorias como tortura e censura?

F.R. – Eu me lembro de que ano de 1970, quando eu passei três meses na ponte entre a Haia e Paris, ultimando a minha tese, revistas europeias, entre elas Paris Match e outras mais, publicavam matéria de capa sobre o que se passava no Brasil. Me lembro de uma dessas matérias de capa, que era uma entrevista de dom Hélder Câmara, falando do fenômeno da tortura, tal como instalada no Brasil àquela época, para que fins e em que circunstâncias. Quer dizer, nunca... Não sei se havia, internamente, a preocupação de esconder o que se passava nos porões do regime; mas, externamente, não se escondia nada, isso era de conhecimento público e fazia capas de revistas de ampla circulação; não de revistas especializadas ou de revistas politicamente dirigidas, não; mas de revistas mundanas de ampla circulação. E nos perguntavam a todo momento isso, como é que se podia encarar o futuro no país, o que é que se podia fazer, se havia uma previsão de uma acomodação dos ânimos, de uma flexibilização do regime, de uma volta às eleições livres; e eu não costumava passar impressões otimistas aos meus interlocutores. Agora é curioso, alguns deles, alguns dele me tentavam consolar dizendo coisas também muito penosas sobre os regimes europeus. Eu me lembro de um notável funcionário da Corte da Haia, no tempo em que eu estava lá como estudante, como bolsista de doutorado, ultimando a tese, portanto, no ano de 1970, e eu tinha como interlocutor o diretor geral da biblioteca da Corte da Haia, que era um cidadão francês do meio universitário; e quando, numa das conversas com ele, eu dizia da minha falta de perspectivas –, eu não sabia o que ia fazer, voltando ao Brasil, não sabia o que poderia ser tentado como carreira, se me deixassem entrar em alguma enfim –, e falava no fenômeno das ditaduras da América Latina naquele momento. E ele fez um comentário, que eu não esperava ouvir. Ele falou: “Sim. Mas pelo menos, a sua ditadura lá nos trópicos, ela se assume como uma ditadura, ela não se esconde

atrás de coisa nenhuma. O que é que você pensa que é isto aqui?” Ele se referia à Holanda, da qual, diga-se de passagem, em sua maioria, os juizes da Corte e os funcionários não gostam como lugar. “O que é que você pensa que é isto aqui? Isto aqui é a pior das ditaduras. É a ditadura de uma raça, a ditadura de uma religião, a ditadura de um modo obtuso de encarar a vida, a ditadura de uma atitude mesquinha diante da vida da sociedade; e é uma ditadura que posa de grande democracia, moderna, e dá lições, pretende dar lições ao resto do mundo”. Bom. Eu achei que ele estava exagerando. Ele padecia daquilo que na Corte chamavam a síndrome de Roberto Ago, (risos) do nome de um notável jurista italiano, que foi juiz na Corte durante nove anos e cuja ojeriza pela Holanda e pela cidade da Haia era tão grande a ponto dele ter se recusado a dormir em qualquer lugar que não fosse um quarto de hotel, para deixar bem clara a sua transitoriedade no lugar. Eu achei que esse senhor, esse diretor da biblioteca exagerava um pouco. Mas... Enfim, no fundo, o que ele queria dizer... ele não queria insinuar, absolutamente, que aquilo ali fosse algo parecido com o que estava acontecendo no Brasil e em alguns outros pontos da América Latina na época. Ele só queria dizer que talvez nem todos os europeus tivessem autoridade para fazer a crítica feroz que faziam, numa postura senhorial, das ditaduras periféricas. Achei que era isso. Mas enfim. Era difícil ser brasileiro naqueles tempos. Me lembro, por exemplo, dos três anos da delegação brasileira à Cruz Vermelha. 74, 75, 76. Nós estávamos entre as delegações que eram, de um modo ou de outro, apesar do grande respeito que tinham pelos integrantes da delegação, a começar pelo embaixador Calero Rodrigues –, que era um dos brasileiros mais estimados no círculo diplomático e no círculo jurídico do mundo todo, era a única pessoa pela qual sistematicamente me perguntavam, em qualquer lugar, de Moscou a Singapura, da Haia a Sidney, enfim, todos perguntavam sempre por ele, a delegação à Cruz Vermelha era chefiada por ele, que tinha muito amigos – mas, de qualquer maneira, enquanto bandeira, enquanto representação nacional, nós éramos vistos como aquela coisa onde se tortura, onde não há eleições livres e cuja delegação oficial não merece maior credibilidade. Aliás, eu só estava nessa delegação por... Bom. O embaixador Calero, pela óbvia responsabilidade diplomática que ele tinha. Os professores foram convidados a ajudar, do ponto de vista jurídico, e eu estava lá como procurador da República por quê? Porque era preciso que alguém, já que se discutiam os protocolos adicionais a uma convenção sobre o direito humanitário aplicável aos conflitos armados, era preciso que, além da representação do Itamaraty, houvesse alguém pelo Ministério da Justiça. Nessas horas, é óbvio ululante que os comissionados de gabinete queiram isso para eles. Vamos lá, passar trinta dias em Genebra, e o ano que vem, de novo. Coisa ideal. Mas no momento em que se tratava de responder ao Itamaraty, dizendo quem representaria o Ministério da Justiça, o governo Médici estava terminando, estava com os dias contados, e não se fazia uma ideia clara do que pensava e queria o general Geisel para composição do seu ministério da Justiça. Então os comissionados, encabeçados por um senhor de nome Leonardo Greco, estavam todos, enfim, pisando em ovos, sem saber o que seria o respectivo futuro. E foi nessas circunstâncias que os comissionados de gabinete do Ministério da Justiça abriram mão de representar o Ministério na delegação à Cruz Vermelha e pediram que um procurador da República especializado em direito internacional fosse convidado. Só por isso eu estava lá. Integrei a delegação durante três anos consecutivos, 74, 75 e 76. O último ano, 77, estávamos prontos para ir lá encerrar os trabalhos, (embaixador Calero Rodrigues em Varsóvia, arrumando as malas, eu próprio em Brasília, os professores em São Paulo ou no Rio) quando fomos avisados que o general Geisel e o general Golbery haviam decidido que não haveria delegação do Brasil como nas outras sessões. Iam se limitar a mandar um oficial da Marinha, assessorado por um diplomata de hierarquia média, para representar o Brasil, para que a cadeira não ficasse vazia; mas não

haveria delegação como nos anos anteriores, porque o governo parecia não estar satisfeito com o trabalho da delegação brasileira, que se acomodara demais às diretrizes gerais, ao espírito da convenção e dos protocolos. E o resultado dessa poda de última hora, que representou então, o embaixador Calero ficou em Varsóvia, nós outros ficamos no Brasil, e o resultado disso foi que essa quase delegação brasileira, entre outros episódios, num voto relacionado com um certo dispositivo sobre proteção de vítimas de conflitos armados internos, houve dezenas e dezenas, cento e tantos votos a favor do dispositivo, uma dúzia, mais ou menos, de abstenções, incluindo Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, e dois votos contra: Israel e Brasil. Aquilo lá, enfim, fez com que o Itamaraty pedisse os saís. Enfim, as pessoas estavam estarecidas. – O que é que aconteceu? Que vexame foi esse? O que é que fez a nossa pretensa delegação? Aquilo nos deixava pessimamente mal aos olhos de toda a comunidade internacional. Israel terá lá suas razões para votar como vota. Às vezes, não conseguindo contar sequer com a parceria dos Estados Unidos da América. Mas nesse caso, não contando com a parceria dos Estados Unidos da América, contara, entretanto, com a do Brasil. Foi um vexame de todo tamanho. Não adiantava nada. O que está feito não está por fazer. A delegação terminou... ou, aquele projeto de delegação terminou como pôde o seu trabalho.

F.F. – Isso foi em que ano?

F.R. – 77. Foi na primavera europeia de 77. Lá pelo mês de abril. Mas enfim. Era para lhes contar que a delegação brasileira não participou dos trabalhos do último ano, a não ser por esse...enfim, por essa forma sincopada de delegação, que proferiu esse voto que deixou a diplomacia brasileira numa situação de grande embaraço.

F.F. – Além de atuar na UNB, o senhor também atuou no próprio Itamaraty. O senhor chegou a dar aula no Instituto Rio Branco?

F.R. – Sim. Veja. Olha só. Em 74, em 74, o embaixador do Brasil em Genebra era o embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, que viria a ser o chanceler do governo Figueiredo. O embaixador Guerreiro era o nosso representante em Genebra junto aos organismos todos nas Nações Unidas e o GATT e tudo mais. É um posto de grande prestígio dentro da diplomacia brasileira. E foi o embaixador Guerreiro quem, socialmente, nos recebeu, aos delegados brasileiros à Cruz Vermelha. Marotta Rangel, Dunshee de Abranches, eu próprio, embaixador Calero, outros diplomatas, Régios Novaes, Vitória (Cliver), Villarinho Pedrosa. E lá ele me conheceu. E sabendo o que eu fazia, o que eu ensinava na UNB, quais eram as minhas responsabilidades na Procuradoria Geral da República, perguntou se eu não aceitaria lecionar no Rio Branco, me contando o que é que estava acontecendo. O Rio Branco estava, finalmente, se deslocando do Rio de Janeiro para Brasília. O Itamaraty se deslocou com a mudança da capital. Mas algumas instituições do Itamaraty ficaram no Rio, incluindo o Instituto. E creio que o Instituto foi a última a se transferir. Fazendo isso só no ano de 75 para 76. O embaixador Guerreiro me contou, ainda em Genebra, que os professores do Rio Branco no Rio de Janeiro não pareciam nada animados com a ideia de se deslocarem do Rio para o planalto goiano. E que, portanto, ele não teria corpo docente no Instituto Rio Branco. Ele já sabia, àquela altura, que ele seria o novo vice-ministro. O general Geisel estava escolhendo Azeredo da Silveira para chanceler, e Azeredo da Silveira pediu lá Saraiva Guerreiro, que fosse o secretário-geral das Relações Exteriores, portanto o vice-ministro. Então Guerreiro já se preocupava com essa questão do Instituto Rio Branco e procurava constituir um novo corpo docente. Algum tempo depois, eu estava em Santa Rita do Sapucaí, quando recebi um telefonema dele, que já estava

instalado na Secretaria Geral, confirmando o convite. Tínhamos trocado ideia sobre outros professores que poderiam ajudar. E assim se constituiu, então, o corpo docente do Instituto Rio Branco na sua nova fase, na fase Brasília. Eu assumi internacional público, o padre Aleixo, filho do... um jesuíta de grande sabedoria, filho do dr. Pedro Aleixo, irmão da Heloisa que dirigiu o Museu, Heloisa Lustosa, que dirigiu o Museu (de Arte Moderna), no Rio de Janeiro. O padre Aleixo assumiu sociologia, Ana Maria Vilela pegou direito internacional privado, professores de línguas, todos muito bem recrutados, para inglês, francês, espanhol mas também chinês mandarim, árabe. Compôs-se um bonito corpo docente para o Instituto Rio Branco. E lá eu estive o tempo todo; mesmo nos dois anos e pouco de chancelaria, eu dava aulas regulares no Instituto. Saía do gabinete, atravessava o corredor suspenso e ia dar a aula, duas vezes por semana, no Instituto Rio Branco. É também uma bonita lembrança. Quer dizer, quando, anos mais tarde, eu fui assumir o Itamaraty, eu tinha consciência de que chegava a uma casa onde tinha muitos amigos. Quem ali não era meu ex-aluno ou aluno atual tinha sido examinado por mim naquele curso de altos estudos que eles fazem numa certa altura da carreira ou tinha amizade comigo por alguma outra razão. Quer dizer, talvez eu tenha sido, em toda a história do Itamaraty, dentre aqueles que ocuparam o Ministério do Exterior sem serem, eles próprios, diplomatas de carreira, eu tenha sido o mais próximo da casa, dentre os forasteiros, por outras razões. E, também do Rio Branco, as lembranças que tenho são as melhores.

F.F. – Chegaremos já ao tempo do senhor ministro das Relações Exteriores. Agora, é chegado o momento em que o senhor se torna ministro do Supremo. Como é que o senhor descreveria a maneira como se tornou ministro?

F.R. – Numa tarde de sexta-feira, em fevereiro de... a sexta-feira anterior ao dia 21 de fevereiro, que era o dia programado para a posse do ministro João Batista Cordeiro Guerra na presidência do Supremo, sucedendo ao presidente Xavier de Albuquerque. Nessa tarde de sexta-feira, (anoitecia mais tarde, ainda era dia claro, mas quase todos já tinham ido embora), o ministro Leitão de Abreu entrou na minha sala, sentou-se numa ponta da mesa, pedindo que eu continuasse sentado na cadeira, e disse o seguinte: “Olha. Xavier de Albuquerque me contou agora, confidencialmente, que no dia 21, quando ele passar a presidência ao Cordeiro Guerra, ele vai mandar ao Palácio o seu pedido de aposentadoria”. Xavier terminava a presidência com 56 anos recém completos. Era muito novo. Mas o ministro Leitão me explicou que ele não queria mais ficar, por razões que eu entenderia facilmente e, de fato, entendi facilmente. Ele estava um pouco cansado, não queria prosseguir, depois do seu mandato presidencial, na condição de ministro. Estava saindo então. Ministro Abreu disse: “Deixe o seu currículo pronto, atualizado, datilografado, (como se dizia na época). (risos) Deixe o currículo pronto *just in case*”. Usou a expressão *just in case*. Não disse mais nada. Falei: “Deixo. Deixo”. Fui embora. Fui para casa. Agora eu tinha perfeita consciência do que ele pretendia fazer naquele momento, pelo que disse, sabia também que a decisão era dele; o presidente da República não... não teria nada que ponderar e, dificilmente ponderaria qualquer coisa, aceitaria. Então eu me lembro que no dia seguinte... Não falei uma sílaba a ninguém. A minha mulher, a minha mãe e as demais pessoas souberam pelo Jornal Nacional. Eu não deixei nada transpirar, até que o Jornal Nacional noticiasse. E o Elio Gaspari noticiou na revista *Veja*, ele, pessoalmente, escreveu a matéria de uma página. Mas naquele sábado de manhã, eu andava, como fazia sempre, andava num desses parques de Brasília e refletia sobre isso. Bom, provavelmente, então ele vai me mandar para o Supremo nesta vaga. E se eu entrar no Supremo ao completar trinta e nove anos, considerando que os dois, lá no comecinho do século XX, entraram antes, Alberto Torres, com 36, e Epitácio Pessoa, com 37, (1901 isso) nenhum dos dois ficou muito

tempo, (Epitácio iria depois para a política, para a presidência, depois para a Corte da Haia, e Alberto Torres era um jurista jornalista, achou o Supremo chatíssimo, ficou seis anos e pediu as contas), eu falei, se eu ficar, se eu ficar, eu permanecerei trinta e um anos, batendo todos os recordes de permanência. Trinta e um anos cravados. Mas me lembro de que dias depois, já depois da posse, uma amiga lá de Brasília dizia: “Você não fica trinta e um anos de jeito nenhum”. O que talvez ela não imaginasse é que eu sairia duas vezes. Duas vezes. Mas enfim. Eu achei aquilo... Aquilo me dava grandes responsabilidades. Me lembro das pessoas que festejaram, de como eu gostava do fato de que as pessoas que festejaram aquela indicação precoce fosse as que festejaram. Jornalistas, Luis Orlando Carneiro, Elio Gaspari e outros, e pessoas do meio, do meio jurídico e do meio universitário. Me lembro também de que, na época, o vice-presidente da República era o dr. Aureliano Chaves, mineiro também, do sul de Minas. E houve quem fizesse uma associação, - quem sabe se essa conterraneidade tem alguma coisa a ver. Não tinha nada a ver. Não tinha nada a ver. Uma senhora havia comentado com o professor Bilac Pinto que o dr. Aureliano teria dito que eu era bastante jovem para assumir esse cargo; Bilac Pinto ficou muito agastado com aquilo, com aquilo que ele achava que era um comentário infeliz de Aureliano Chaves. E eu abrandei os ânimos, dizendo que, provavelmente, essa senhora tinha colorido a coisa de um modo indevido. Dr. Aureliano deve ter feito um comentário saudável: “Que coisa bonita. Tão jovem...” Não estava criticando, acredito seriamente que não. Mas sempre... Eu sou um mineiro típico, um mineiro juramentado, não me vejo como outra coisa se não como um homem de Minas Gerais. Mas por outro lado, (e por paradoxo) eu tenho um grande orgulho de ter ido para o Supremo ao completar trinta e nove anos, sem que Minas Gerais tenha tido nada a ver com isso, a não ser pelas minhas origens e pelas minhas... enfim, por aqueles nomes associados ao meu que me...enfim, dos quais eu me orgulhava tanto. Mas enfim. No processo ali, eu fui nomeado por um presidente carioca de origens paulistas e gaúchas, quando o condestável, o tomador de decisões era um riograndense ilustre; o meu nome foi aprovado pelo Senado sob a liderança de um pernambucano ilustre, Nilo Coelho, que se deslocou do Senado, quando soube que eu não estava nem aqui nem ali mas estava na Catedral de Brasília, na missa relativa ao assassinato do procurador da República, em Pernambuco, do procurador Pedro Jorge, que foi assassinado em Olinda, pelos artífices do escândalo da mandioca. Aquele episódio envolvendo recursos do Banco do Brasil. Nilo Coelho então, sabedor de que eu estava na Catedral, foi para a Catedral, me comunicar a aprovação do nome, etc.. E isso me deixou extremamente feliz. Enfim. A coreografia da coisa toda envolvia cariocas, gaúchos, sobretudo, e pernambucanos, e não tinha a ver com as minhas origens. Enfim. Me pareceu excitante esse fato.

R.M. – O senhor me permite fazer a ligação dessa narrativa com a resposta que o senhor deu anteriormente. Ao menos ao ministro Leitão de Abreu, o senhor alguma vez havia, ainda que sutilmente, sugerido que estaria à disposição ou que aceitaria se convidado fosse?

F.R. – Jamais! Jamais. E eu tenho a impressão de que ele me veria com maus olhos, se eu tivesse feito isso. Nilson Naves, que também era um colaborador dele e que veio a ser ministro do Superior Tribunal de Justiça e presidente, jamais articularia uma sílaba sob a possível pretensão ou desejo disso ou daquilo. Com pessoas como Leitão de Abreu não se falava dessa maneira. Ele... enfim, ele decidiria... Enfim. Era como presumir, e com razão, que ele tinha na cabeça todos os dados e informações possíveis e saberia o que é melhor para o país, para o Tribunal, para a biografia dele próprio. Nada. Nada. E eu acredito que não só no meu caso, mas também no daqueles outros que foram indicados antes e imediatamente depois de mim, nada se fez nesse sentido. O máximo que pode ter acontecido é uma terceira ou uma

quarta pessoa soprar obliquamente aos ouvidos de alguém que – “olha, por que não levar em conta aquele nome?” Isso para lembrar aqueles que não estavam ali perto do poder.

F.F. – Ministro. Se eu bem entendi a pergunta do Rafael, eu lembro da categoria que o senhor articulou mais cedo, na entrevista, que era – eu concordo que não se pleiteia o cargo ministro do Supremo; mas existem maneiras de se fazer perceber que, em sendo convidado, seria muito bem recebido. Então, eu reformularia a pergunta dele da seguinte maneira. O senhor chegou a dar algum sinal de que, se o senhor fosse cogitado, o senhor receberia bem?

F.R. – Nada. Nada. Nada.

F.F. – Então, nesta conversa em que o ministro sentou na mesa e pediu para arrumar o currículo foi a primeira vez que o senhor cogitou a possibilidade de se tornar ministro do Supremo.

F.R. – Foi. Foi, porque, tempos mais tarde, tempos mais tarde, eu fiquei sabendo pelo professor João Carvalho, que era esse chefe de Administração da Casa Civil, eu fiquei sabendo por ele que num despacho do ministro Leitão de Abreu.....

F.R. – (.....) presidente Figueiredo, relacionado à nomeação do meu antecessor imediato, que foi o ministro Aldir Passarinho, o ministro Leitão havia dito alguma coisa. Mas nunca antes. Ele guardou um silêncio tumular. Não pretendeu, absolutamente, me agradar ou recolher dividendos de ser o porta-voz de uma notícia excitante. Mas depois de tudo consumado, creio que depois até da minha posse no Supremo... Não. Seguramente antes. Mas depois da nomeação, da indicação, quando eu estava já me preparando para o dia da posse, João Carvalho de Oliveira me contou que no despacho relativo à decisão de indicar Aldir Passarinho, então ministro do STJ, do chamado TFR na época, (Tribunal Federal de Recursos), ao encaminhar o decreto, depois de tomada a decisão... ao encaminhar o... não o decreto de nomeação mas a indicação ao Senado para fins de... não havia sabatina na época – mas para fins de aprovação ou não, o ministro Leitão de Abreu disse, creio que pela primeira vez, ao presidente Figueiredo, que numa próxima vaga que acontecesse no Supremo, ele queria que alguém de lá do Palácio, que já estava ajudando a tomar certas decisões em determinados domínios, fosse para o Supremo. Mas enfim, o presidente Figueiredo respondeu aquilo que era de se esperar que respondesse: “é o senhor que decide”. Aqui, caso passado, caso futuro, é o senhor que decide. E... Enfim. Então, eu não sabia disso. Eu vim a saber mais tarde. Quando ele se sentou num canto de mesa e me falou “deixa o currículo pronto *just in case*”, ao mesmo tempo em que ele dava aquela notícia, também totalmente inesperada, de que estava surgindo uma vaga no Supremo. Não era para. A vaga prevista era a de...algum tempo depois, quando Alfredo Buzaid cairia na compulsória por completar setenta anos, e que foi preenchida com Sydney Sanches.

F.F. – Posse do senhor no Supremo Tribunal. Como é que foi? O senhor já tinha sido assessor no Supremo, imagino que não era estranho para o senhor.

F.R. – Conhecia bem o Tribunal. Conhecia bem o Tribunal, montei a equipe com grande rapidez. A essa altura, ministro do Supremo já tinha direito a dois assessores.

F.F. – Como foi a montagem do seu gabinete?

F.R. – Eu herdei uma assessora de notável qualidade, herdei do ministro Xavier de Albuquerque. Dra. Joy Santos Barbosa. Que vem a ser sobrinha ou sobrinha neta de Carvalho Santos, aquele grande civilista, autor daquele... daquela obra em... em incontáveis volumes. Eu herdei a dra. Joy. E ela esteve comigo o tempo todo, até... E recrutei um recém-formado aluno meu na UNB, paraninfado por mim na UNB, de nome Paulo Gustavo Gonet Branco. Hoje, ele edita livros de direito constitucional, em parceria com Gilmar Mendes. É uma figura de grande... E é procurador da República, de carreira. Ele deixou o meu serviço no Supremo justamente quando foi aprovado no concurso para procurador da República. Depois tive outros assessores. Todos eles recrutados entre pessoas *muito* jovens, alunos meu na UNB. Ao saírem do forno. Houve uma vez em que um grande amigo, dentro do próprio Tribunal... Não, ele não estava ainda no Tribunal, viria depois. Mas, um grande amigo, me recomendou o nome de um... de alguém para me assessorar, que era um desembargador aposentado. Eu falei: eu não conseguiria ter como auxiliar alguém a quem eu tenha que chamar de senhor. Acho chato isso, me constrange. Eu prefiro um ex-aluno, na faixa dos vinte anos. E é tão fácil escolher pessoas muito boas entre os recém-formados da linha de frente, na universidade. Enfim. Com todo respeito e com a convicção de que esse desembargador aposentado tem tudo para prestar um excelente serviço; mas me... me constrange um pouco, me constrange ter como assessor alguém mais velho que eu e que vai... enfim, que eu vou ter que chamar de senhor, porque eu não conseguiria fazer de outra forma, ainda que ele dissesse. A equipe sempre foi montada nessa base, ex-alunos meus, e ex-alunos recém-saídos da universidade. Quanto à equipe de apoio, ela sempre se compôs... Porque o Supremo, *muito antes* de se falar em nepotismo, o Supremo já tinha uma história exemplar. Não havia ninguém, *ninguém*, no Tribunal, (nas últimas décadas, é claro), ninguém no Tribunal que tivesse sido recrutado para cargo em comissão por conta de qualquer relação de parentesco ou de amizade extratrabalho. Sempre foi assim. Quer dizer, o Supremo era um exemplo luminoso, que o restante da Justiça no país não seguia de maneira nenhuma. Estava todo mundo se lixando para o exemplo do Supremo. E o nepotismo campeava solto, dos tribunais superiores aos tribunais de alçada dos estados e aos foros de primeiro grau também. Só nos últimos anos foi que as diversas medidas legais condenatórias do nepotismo obrigaram o esquema judiciário todo a seguir um exemplo que o Supremo já dava há décadas. Então, por conta disso, a equipe era toda recrutada entre... a equipe técnica, entre funcionários da casa, funcionários concursados, de carreira. Assim, as datilógrafas, o chefe de gabinete, o motorista. E meu motorista no Supremo tinha sido herdado de ninguém menos que Victor Nunes Leal e Xavier de Albuquerque. Ele ficou sete anos com Victor Nunes Leal, ainda muito mocinho, depois, sete anos com Xavier de Albuquerque e sete anos comigo, até que eu saísse para o Itamaraty. Aí foi herdado pelo ministro Carlos Velloso. Enfim, a... E a montagem da equipe, a base do pessoal de carreira do próprio tribunal, nunca foi difícil. O elemento humano dentro do Supremo é de muito boa qualidade. Tem sido assim sempre.

F.F. – Como o senhor descreveria o cotidiano do trabalho dessa equipe? Como funciona o gabinete de um ministro? Como funcionou o do senhor?

R.M. – E se o senhor notou diferença entre o funcionamento, nas duas passagens. Porque a dinâmica do Tribunal era diferente.

F.R. – Não. Entre as duas passagens não. O Tribunal era menor. A assessoria, na minha segunda investidura, já eram três ou quatro os assessores. Havia dos assessores principais e dois outros. E sempre, aí, recrutados entre ex-alunos meus. A composição do gabinete também era maior. Na segunda investidura, já havia alguns recursos de informática mas muito poucos;

ainda era na máquina de escrever IBM que se compunham os textos, com todas aquelas consequências: errou uma vírgula, volta, escreve tudo de novo. Havia uma tecla corretora. Era um trabalho artesanal. Não, não houve grandes alterações. Houve um pequeno crescimento da equipe na segunda investidura. A não ser por isso... Sim. A carga de trabalho no Tribunal aumentou muito. Aumentou. Quando eu entrei, ainda era possível manter o serviço relativamente em dia. Quando entrei pela segunda vez, não tinha jeito, não tinha jeito. E quando saí, indo para Haia, em 97, eu recebi a notícia de que a situação se agravava cada dia mais.

R.M. – A que o senhor atribui isso? À constituição?

F.R. – Não. Ao crescimento natural da sociedade brasileira e ao fato de que... Não, não é a Constituição. A Constituição assegurou muitas coisas mais, sem dúvida, mas são coisas que estão a cargo de outros ramos do poder; ou da primeira instância da própria Justiça ou de outros tribunais. Eu não diria que o agigantamento da carga de trabalho do Supremo tenha sido causado pelo Constituição de 88. Ele foi causado, sim, pelo crescimento brutal da sociedade brasileira, da população brasileira, da economia brasileira e, conseqüentemente, da litigância entre brasileiros, além do comportamento reprovável do Estado brasileiro em todos os seus níveis; do município de São Paulo e outros menores à união federal, o comportamento da advocacia de estado não é o mais exemplar; não é o mais exemplar e é o principal responsável pelo inchaço da máquina, pelo excesso de trabalho que tem a Justiça brasileira. Porque... Veja. O que há de mais patológico nisso é simbolizado pelos precatórios. Esse nome é quase obscuro. Em todas as nações que se assumem como democráticas e como estados de direito o Estado conduz suas relações com os particulares de um modo correto e saudável. Se o Estado causa dano a um particular, seja ele um funcionário seu, a quem se dá um tratamento que a lei não admite como correto, seja, sobretudo, se o Estado causa dano a um particular por conta de atropelá-lo com veículo público, e mais ainda, de desapropriar o que é dele para construir um viaduto ou lá o que seja. Em todas as nações que se orgulham do seu comportamento paga-se a esse particular o que lhe é devido e paga-se de imediato, sem tergiversar. Aqui não. Aqui entre nós, a prática é totalmente outra. O Estado lesa o particular de algum modo e não se compõe com ele, espera que esse particular perca a paciência e vá à Justiça, onde ele ficará de cinco a quinze anos – mas, eventualmente, vinte, trinta anos, há casos –, até ganhar. Naturalmente ele ganha. Qualquer criança, qualquer primeiranista de direito veria, desde o início, que ele tem toda razão nesse confronto. Então, ao cabo de cinco a... sabe Deus quantos anos, ele ganha o seu processo. Recebe, então, aquilo que lhe é devido? Não. Ele recebe um papel intitulado precatório, que não significa absolutamente que, no ano seguinte, ele vai receber isso. Até porque os grandes caloteiros estatais, no Brasil contemporâneo, são justamente as maiores potestades econômicas, a começar pelo estado e pelo município de São Paulo, seguidos dos estados de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, etc.. A união está tentando se pôr mais ou menos em dia. Isso infla o foro. A maneira de proceder do poder público, no Brasil, infla o foro. De um lado, o legislador... Enfim. Os professores, costumamos ensinar desde os primeiros dias do curso de direito: toda demanda judicial é o resultado de duas pessoas estarem lendo a lei e entendendo coisas diferentes, cada uma entendendo que a lei lhe dá razão. Ora. Se isso acontece com tanta frequência é porque a lei não é unívoca, ela induz ao erro, ela induz a dupla, a tripla interpretação. Então, nós temos, sim, um problema – do excesso de normas e da incongruência parcial dessas normas e temos, mais grave ainda, o problema do comportamento do Estado em juízo. Foi por isso que se agravou a carga do Supremo. Por isso que se agravou a carga do Supremo. Que mesmo com todas as restrições, com todas as transferências de competência que foram feitas, ao longo desses anos, ao Superior Tribunal de

Justiça e com todas as válvulas de controle do acesso fácil ao Supremo Tribunal, com tudo isso, a vida deles continua a ser um sacrifício permanente. Permanente. É por isso que eu estranho quando, na mídia, em alguns setores da sociedade brasileira, algumas pessoas resolvem protestar contra o que chamam de férias de sessenta dias para os juízes. Não são férias, absolutamente. Vão lá saber o que vai fazer Luis Roberto Barroso no mês de julho, vão lá saber o que vai fazer qualquer dos outros membros daquela casa ou das outras casas nesse mês de julho. Não são férias. Esse nome é absolutamente impróprio. O que acontece é que esses tribunais têm os períodos de sessões, em que as sessões são, praticamente, diárias, e os períodos que não têm sessões, e que são aquilo de que eles dispõem para ler as coisas, entender as coisas e decidir sobre as coisas. Quer dizer, chamar de férias o período em que não está havendo sessão todo dia é uma gravíssima impropriedade verbal. Vejam a agenda da Corte da Haia. Essa tem uma carga de trabalho menor, sem dúvida, mas também carregada. Cada processo na Corte da Haia é o que seria, no passado, uma guerra. O acórdão é um volume espesso, os debates e arrazoados são vários volumes, em biblioteca. A Corte da Haia... Vejam. O ano tem cinquenta e duas semanas. Eu calculei pela média. Na Corte da Haia, nos reunimos durante onze a quinze semanas, dependendo do ano, onze a quinze semanas. Isso quer dizer que nas restantes semanas do ano, largamente majoritárias, os juízes da Haia estão de férias? É óbvio que não. Durante o período de sessões, a energia de que essas pessoas dispõem mal dá para acompanharem as sessões, debaterem nas sessões, ouvirem e falarem nas sessões. E os períodos entre sessões, que ocupa, portanto, quarenta e poucas semanas do ano, são períodos de trabalho, só que de um trabalho que não se faz em sessão pública ou em sessão fechada, mas se faz em gabinete. É a leitura de memoriais, é a leitura de razões, é a leitura de provas, é a redação de votos. Então a coisa está sendo muito mal articulada, quando se coloca diante do público brasileiro esse debate: será que os juízes devem prosseguir tendo sessenta dias de férias? E aí vem alguém e, com mais infelicidade ainda, “Não. Isso é que é justo, sim. Seria ideal se todos os trabalhadores tivessem sessenta dias”. Não é isso, santo Deus! Não é isso. Os juízes brasileiros não têm sessenta dias de férias. Eles, apenas, têm dois períodos de trinta dias, em épocas diferentes do ano, em que não há agenda de sessões. Apenas isso. Considerando, ainda por cima, que as sessões do Supremo e dos demais... As sessões de todos os tribunais brasileiros são necessariamente públicas, por imperativo constitucional. Se, pelo menos, fossem sessões fechadas, como acontece nos tribunais lá fora, em que o sujeito por cochilar, eventualmente, sair para o banheiro e voltar depois de uma hora, uma hora e meia... Não. Não. Aqui, são sessões constantes, acompanhadas, a cada instante, por uma massa inumerável de pessoas, que têm interesse em acompanhar aquilo, em fiscalizar aquilo. Enfim. Isso, para lhes dizer que eu não acho que esteja bem colocado, diante da opinião pública, esse debate sobre férias de magistrados, no Brasil.

F.F. – Ministro. Falando em opinião pública. No tempo em que o senhor foi ministro do Supremo, como era a relação com a imprensa, com a mídia? Existia assédio? Os senhores eram procurados por jornalistas?

F.R. – Sim, sim. Éramos, sim. Agora... É claro que os jornalistas mais queriam saber da agenda, o que é que virá, primeiro que o que, quando, quanto tempo será que esse debate vai tomar. E jornalistas especializados. Desde o decano de todos eles, que era Luis Orlando Carneiro, do JB (*Jornal do Brasil*), até os mais jovens, que são muitos hoje. Sim. Não dá para perguntar a um ministro do Supremo o que é que ele vai decidir. Se bem que alguns têm, de vez em quando, em *off*, deixado transpirar uma tendência ou falado, não de si mesmos, mas daquilo que acham provável, no contexto do tribunal. Agora tem uma coisa. Eu acredito que

uma nova era na história da comunicação entre a Justiça do Brasil e a sociedade brasileira, por obra de um competente serviço de imprensa, de comunicação, começou no Tribunal Superior Eleitoral, no ano de 89, quando eu recrutei o jornalista Irineu Tamanini para responder pela comunicação da Justiça Eleitoral. Antes disso...

F.F. – Exercendo o cargo de assessor de imprensa, no TSE.

F.R. – Exato. Exato. É. Eu não conhecia Irineu Tamanini. Um ex-aluno meu na UNB, Carlos Cerqueira Leite Zarur, era o diretor de uma... de uma agência do governo. Não sei se Agência Nacional... Era o diretor de alguma coisa. E eu pedi a ele, um ex-aluno de grande confiabilidade, que me sugerisse alguém para o cargo. E a sugestão não poderia ter sido melhor. Porque Irineu Tamanini revolucionou o sistema de comunicação. A tradição era a seguinte. Assessores de imprensa... enfim, que, às vezes, se comunicavam mal com a imprensa, não conseguiam inspirar simpatia nos jornalistas interlocutores ou que achavam que a sua obrigação era mais esconder do que revelar. E, depois de publicadas as notícias – distorcidas, notícias negativas, notícias maledicentes, achavam esses assessores de imprensa que o dever deles era consolar os magistrados. “Que coisa, ministro, que injustiça. Como é que fazem isso com a gente?” Mas não era isso. Tamanini partia da seguinte premissa: *os jornalistas dependem do noticiário. Isto é o pão cotidiano deles. E temos que provê-los com isso. Chega desse negócio de ficarem mudo, porque o juiz só fala nos autos. E chega dessa história de o assessor de imprensa, também, dizer: como juiz só fala nos autos, eu também não tenho nada que dizer. Não. É preciso alimentar a imprensa, cotidianamente, com noticiário. Porque se nós não o fazemos, eles terão que inventar da própria cabeça alguma coisa. E não será nada bom. Tomem nota.(ênfase!) Não será nada bom.* E ele tinha toda razão. Era bem isso. A partir daí começou-se a dialogar com a imprensa, de modo muito rico, de modo muito construtivo, e a prover a imprensa com todo... Sim, justiça seja feita, era mais fácil tomar esse caminho na Justiça Eleitoral, porque essa não é apenas Justiça, ela é também gerência do processo eleitoral. A Justiça Eleitoral tem responsabilidades judiciárias mas tem também responsabilidades administrativas, de gerência do processo, e tem até responsabilidades legislativas, por delegação do Congresso. É um conjunto tríplice de responsabilidades. Então, é mais fácil alimentar a imprensa com noticiário. *Está acontecendo isso e mais aquilo, tomamos tais decisões relativas a como vai ser o processo eleitoral e editamos tais normas novas, porque o Congresso assim autorizou, pediu...* Enfim. Sim, para Justiça Eleitoral, é mais fácil produzir noticiário do que para o... O Supremo, também é fácil. Mas talvez muitas casas de justiça não tenham como, enfim, alimentar (com tanta fartura) os jornalistas que... Mas também acredito que nessas casas que têm pouca coisa a fornecer, os jornalistas também não rondam essas casas, não estão lá atrás de notícias, sabedores de que não deve ter muita coisa. Eles procuraram ali onde sabem que existe matéria.

F.F. – Como o senhor vê o Supremo produzindo noticiário?

F.R. – Eu acho bom o Supremo... Veja. O tema que mais suscita debates hoje... Não sei se com o ministro Moreira Alves essa questão foi debatida ou não. Mas é um tema muito controvertido hoje. É bom ou é mau que as sessões do Supremo Tribunal Federal sejam tão transparentes? Que a TV Justiça irradie, para o país todo, cada suspiro, cada fonema pronunciado pelos ministros, inclusive nas horas mais árduas, nas horas em que eles debatem e, seres humanos que são, deixam o debate se aquecer mais do que convém? Essa pergunta deve ser respondida com a interpolação de uma realidade: isso não vai voltar atrás. Não nos

entreguemos a uma discussão acadêmica sobre se é bom ou não é bom, sobre se os subprodutos positivos superam ou não superam os negativos. A transparência das sessões judiciais no Brasil, desde a Constituição de 88, é uma realidade irreversível. Isso nunca vai voltar atrás. Portanto, é partindo dessa realidade irreversível que devemos raciocinar, já aí, sem nenhuma obrigação de...de ter pressa ou de responder de modo conclusivo. Isso é um fato consumado. E eu não acho mau, eu não acho que seja uma coisa ruim. Tem alguns efeitos colaterais negativos, não há dúvida. Os aspectos humanos menos edificantes acabam transparecendo. (risos) Isso expõe o Tribunal e diversos dos seus membros a crítica, a ironia, até ao que há de mais rasteiro no universo dos comentaristas, mas, enfim, não há como, não há como escapar dessa realidade.

F.F. – O senhor acha que isso muda a dinâmica do plenário? A maneira de julgar os processos muda, com a TV Justiça?

F.R. – Bom. Eu acho que dá a eles uma responsabilidade maior, porque, veja, dessa maneira, é muito difícil voltar atrás. Se você está, por exemplo, em sessão fechada, como acontece em quase todas as casas de justiça lá fora, da Corte Suprema dos Estados Unidos da América ao Tribunal Regional de Melbourne, na Austrália, passando pela Corte da Haia, todos os tribunais deliberam a portas fechadas; eles só se reúnem em público para ouvir os advogados das partes e depois para ler o acórdão pronto, acabado, costurado. Qual a... Qual a vantagem que oferece esse sistema, o sistema das portas fechadas? Ele permite que a gente diga as coisas como elas vêm à cabeça e depois se corrija, com mais naturalidade: não atentem para a tolice que eu acabo de dizer; pensando melhor, não é isso, e sim aquilo. Isso aconteceu, várias vezes, na Corte da Haia, isso aconteceu inúmeras vezes na Corte Suprema dos Estados Unidos da América. A escritura de memórias de vários dos juízes revela esse fato. Mudanças de votos, algumas, importantes. Enfim. Mas eu acho que, portanto, essa técnica das sessões abertas obriga cada membro de um tribunal brasileiro a refletir melhor sobre o que vai dizer, a preparar-se melhor para o debate, porque se não, o risco é todo dele. O risco da improvisação recai sobre a resposta de cada um. E eu não acho que isso seja mau também, não. Não, não. Tudo que...

F.F. – É por isso que eles leem o voto, em vez de proferir o voto oralmente?

F.R. – É, é por isso.

R.M. – Uma dúvida. O senhor acha que isso dificulta que se chegue a um arrazoado comum do plenário, em detrimento de, talvez, múltiplos votos individuais, que se somem nas suas conclusões, mas não, necessariamente, nos seus fundamentos?

F.R. – Não sei, não sei se é disso que você fala. Na Corte da Haia, justamente por que o debate é a portas fechadas, ao fim e ao cabo, encerradas as sessões de debate, nós temos uma matéria-prima comum, em que convergem todos; e aí cada um fará, se quiser, uma nota explicativa da sua posição. Isso aconteceu algumas vezes. Eu próprio tive votos dissidentes, em um ou dois casos, e votos concordantes mas por uma fundamentação diferenciada, como expliquei também no voto separado. Quase sempre, um acórdão da Corte da Haia tem como apêndice um, pelo menos um, voto dissidente ou separado. No caso do muro na Palestina. Nós tivemos um voto dissidente quanto à preliminar, do conhecimento pela Corte. Esse caso é um caso sobre o qual a Corte deva falar ou é, como sustentam entre outros o governo dos Estados Unidos da América, um caso mais político do que jurídico, sobre o qual a Corte deveria calar a boca, deixando que o Conselho de Segurança resolva os problemas da Palestina? A maioria

respondeu que os problemas da Palestina estão na mesa do Conselho de Segurança há mais de sessenta anos, e o Conselho de Segurança não resolveu nem vai resolver coisa alguma. De modo que era impensável que a Corte devesse se conter e não dizer o direito sobre, pelo menos, esse aspecto da questão Palestina, qual seja, a construção do muro, na medida em que esse muro, desbordando da linha de fronteira, parece pretender convalidar colônias ilegais em território palestino. Houve um voto dissidente e dois ou três votos concorrentes, porém com arrazoados, que esse ou aquele juiz resolveu fazer, em separado. O produto final, sem dúvida, é bem mais harmônico e até compacto, consideradas as dimensões do processo, do que o produto final de uma decisão do Supremo. Pensem, por exemplo, no caso da Ação Penal 470, no calhamaço que será a soma, a justaposição desses votos todos, desses debates todos, cada um deles falando sobre cada tópico, de cada acusação contra cada réu; ainda que façam, (é um direito que eles têm), um expurgo violento de boa parte do que disseram, ainda sobra muita coisa; e não se terá, seguramente, um produto monolítico, com algumas divergências aqui ou ali. Não. Nós teremos várias pessoas dizendo, sucessivamente, a mesma coisa e algumas dizendo, aqui e ali, uma coisa diferente. É muito papel, é muita energia. Isso não é aquilo que se espera, quando se aposta num futuro de maior expediência da Justiça. Mas eu acredito que nesse caso, pela sua excepcionalidade, isso era inevitável. O presidente do Supremo não poderia nunca dizer aos ministros “não debatam tanto, sejam concisos, os que pensam a mesma coisa escrevam um papel comum, em vez de ficarem falando uma hora e meia”. Enfim. Não dá para fazer assim.

F.F. – O senhor está se referindo à prática do voto com o relator?

F.R. – Sim. Muitos poderiam ter dito isso.

F.F. – Na época em que o senhor era ministro do Supremo, isso era uma prática comum?

F.R. – Em casos menos condimentados. Em casos menos importantes, era muito comum. Era muito comum. Não. E ainda hoje, veja, em matérias de menor litigiosidade, de menor confronto, é muito comum o relator dizer... e hoje, o que eu tenho visto na TV Justiça, é até mais do que isso. Então o relator propõe isso. Todos de acordo? Ninguém diz nada. É como no Congresso, às vezes. Porque são matérias óbvias, e o presidente do Tribunal sabe que ali não há como divergir, estão todos de acordo. Então, é menos ainda do que, um por um, dizerem “com o relator”. Agora nunca num caso que divida, realmente, as opiniões ou que tenha a carga político-social e histórica da Ação Penal 470.

F.F. – O senhor já me deu parte da resposta da pergunta que eu ainda vou fazer. Mas é que, para nós, é muito importante saber, a partir da experiência dos senhores como ministro do Supremo ou ex-ministro do Supremo, o que é que diferenciava um caso condimentado de um caso trivial. Qual era o condimento? O que fazia de um caso um caso condimentado? Só para usar as palavras do senhor.

F.R. – Havia casos que dividiam o tribunal por razões puramente técnicas e havia casos que dividiam o tribunal por razões ideológicas, de algum modo ideológicas. Por razões que... Um notável advogado, que é um dos observadores mais argutos da história do Supremo, esteve lá desde as primeiras horas e esteve lá até quando morreu, assassinado, junto com a mulher e a empregada, naquele caso da Super Quadra 113, em circunstâncias nebulosas até hoje. José Guilherme Vilela costumava lembrar que... enfim, determinados processos do Supremo

Tribunal Federal tinham um resultado previsível, por parte, não do público em geral, mas daqueles observadores mais atentos e mais argutos, da história do Tribunal. Ele, José Guilherme Vilela, e não só ele, alguns outros mais – poucos – saberiam dizer, na iminência de um julgamento condimentado, saberiam dizer: ministro xis vai votar desse modo, o ministro y vai votar daquele modo; os ministros z, w e v acompanharão xis, os ministros c, d e e acompanharão y; e, provavelmente, o ministro k dirá alguma coisa mais sobre tal... E era impressionante a probabilidade de acerto desses prognósticos que, a respeito de determinados casos, os observadores mais atentos do Supremo Tribunal Federal conseguiam fazer. O conceito de juiz técnico. Fulano diz: o ministro fulano é um juiz técnico. Os advogados em geral, não necessariamente a imprensa, mesmo a imprensa chamada de especializada, mas os advogados em geral, que militam perante o Supremo Tribunal Federal, são extremamente cavalheiros e obsequiosos para com o Tribunal; e uma das manifestações dessa benevolência, desse cavalheirismo é o fato de, historicamente, eles qualificarem determinados juízes ultraconservadores como juízes técnicos. “Ministro fulano é um juiz técnico”. Não é bem assim. O ministro fulano é um conservador irrefreável. Na linguagem obsequiosa dos advogados é que ele era um ministro técnico. Na verdade, os ministros técnicos foram pouquíssimos, na história do Supremo Tribunal Federal. Pouquíssimos. Aqueles dos quais você não conseguiria prever o voto quando algum ingrediente político-ideológico estivesse em cena. Não é por aí que ele vai decidir. Ele vai decidir de acordo – rigorosamente – com a sua equação científica da questão jurídica. Isto é o juiz técnico. Os grandes exemplos de juízes técnicos que o Supremo teve, ao longo da sua história recente, foram: Rodrigues Alckmin, vindo aqui de São Paulo, nos anos 70, e morto lá, em pleno exercício da função, em outubro ou novembro de 79, ... 78, e Soares Muñoz, mais ainda. O gaúcho Soares Muñoz era um homem tão infenso a ideologias, preconceitos, preliminares resultantes de qualquer opção política, que dele não se podia prever qual seria o voto, em circunstâncias em que era fácil prever o voto dos outros. Me lembro de quando o ministro Soares Muñoz, sendo eu recente na casa, me acompanhou, para surpresa minha, no caso da extradição Firmenich. Ele foi um dos dois ou três que estiveram comigo, e não com a maioria. Porque eu fui o relator vencido, negando a extradição de Eduardo Firmenich. E ele me acompanhou, porque se convenceu de que a equação ali posta pelo relator era correta. O emprego de violência não degenera, necessariamente, o delinquente político em bandoleiro comum. A questão de saber se o delinquente político pode ter os benefícios da delinquência política, por exemplo, a não extraditabilidade, o asilo, etc., a questão de saber se ele pode manter esse benefício da delinquência política, embora tenha empregado violência aqui ou ali, depende estritamente da questão de saber a que tipo de regime político ele reagia. É sob essa ótica que Eduardo Firmenich, na Argentina, embora tenha confessado participação num atentado que tirou a vida de um ex-presidente argentino de nome Aramburu, não deixou de ser classificável como delinquente político, e nunca como um criminoso comum, porque, ao agir como agiu, no contexto do movimento Montonero, ele estava reagindo a um regime que torturava, assassinava e desaparecia com pessoas, a cada dia. E não se vai esperar que alguém que reage a um regime assim se valha de meios... daqueles que devem ser utilizados numa democracia, ou num Estado não violento, ou num estado não criminoso. É a diferença entre Eduardo Firmenich e Cesare Batisti. Era muito difícil convencer a maioria do Supremo Tribunal Federal, como de fato não se convenceu, de que praticar atos de violência na Itália dos chamados anos de chumbo, mas nos quais havia plena liberdade de expressão para que os radicais, tanto da esquerda quanto da direita, dissessem ao povo italiano o que quisessem dizer, no sentido de convencer o povo a fazer nas urnas a....

F.R. – (.....) Bom. Mas o ministro Muñoz me acompanhou neste caso. E ficamos vencidos. Porque a maioria entendeu, e já aí não por razões técnicas. Vá lá que Eduardo Firmenich não se tornou um bandoleiro comum por ter empregado violência aqui ou ali quando reagia contra a ditadura feroz que se estabeleceu na Argentina; mas quem está pedindo a extradição dele é o governo já democrático da Argentina, sob Raúl Alfonsín. Não vamos fazer essa deselegância... Enfim. O que prevaleceu foi essa perfumaria, que nada tinha de rigorosamente científica ou técnica. Era um argumento político. Não vamos desagradar a Argentina, porque hoje, a Argentina que nos pede essa extradição já não é a ditadura, e sim um estado recomposto com a democracia, sob esse fidalgo que é o presidente Alfonsín. Isso não tem nada de... Isso é argumentação política. E de um juiz técnico não se pode esperar que ceda à argumentação política.

F.F. – Como era a argumentação política em cima dos ministros do Supremo? Os senhores eram solicitados por políticos?

F.R. – Não. Jamais. Jamais. Não, não. Na realidade, eu não falo disso. Eu falo da tendência mais conservadora ou menos conservadora, da tendência mais à esquerda ou mais à direita...

F.F. – De cada um.

F.R. – De cada um dos ministros.

F.F. – De todos que o senhor conhece ou tem memória, o senhor destacaria quem, na história recente?

F.R. – Os únicos que eu classificaria como... eu, de jeito nenhum. Jamais me qualifiquei como juiz técnico. Porque eu tinha minhas predisposições, minhas tendências enfim. Agora...

F.F. – O senhor acha que elas se manifestam de maneira muito clara, nos seus votos.

F.R. – Eu acho. Eu acho.

F.F. – Isso nunca se colocou como um problema para o senhor.

F.R. – Não. Não.

F.F. – Alguém já colocou isso como um problema?

F.R. – Nunca. Veja. Recentemente, quando foi escolhido o ministro Teori Zavascki, do STJ, para o Supremo, todos aplaudiram. Uma grande consciência jurídica, um homem de notável biografia. Agora, diziam alguns, ele é um tanto estatizante, no sentido de que ele propende a ser mais simpático à Fazenda pública do que ao particular. Quando disseram isso, eu me recordei da minha própria trajetória e me lembrei de um caso em que poderiam dizer o mesmo de mim. Até porque, diferentemente do ministro Zavascki, eu tenho antecedentes biográficos. Eu era um procurador da República e era um procurador da República daquela época em que o Ministério Público Federal não era apenas ministério público, mas era também a defesa da União em juízo. A bifurcação aconteceu depois. No meu tempo de carreira de procurador da República, eu não só era um fiscal da lei, mas era, destacadamente, um advogado

da União, um defensor do tesouro público. Talvez tenham ficando em mim alguns resíduos dessa postura. E me lembro de um caso. Quando o ministro Celso de Melo publicou aquela plaquete, aquele livreto com curiosidades a respeito do Supremo, quem entrou mais jovem, quem entrou mais tarde, quem ficou mais tempo, quem foi para a Academia Brasileira de Letras, quem foi para a Corte da Haia, quem isso, quem aquilo, tem lá um tópico que diz: ministro que nunca ficou vencido como relator de um processo. E aí ele comenta: “consta que o ministro Eptácio Pessoa, na sua passagem pelo Supremo – que não foi longa mas, na sua passagem pelo Supremo, nunca ficou vencido em caso de que fosse relator”. A mim, me ocorre que várias vezes eu fiquei vencido, como relator. Um dos casos mais recentes, dos anos 90, foi aquele do DNA, em que eu dei razão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul quando considerou que era obrigatório submeter aquele cavalheiro ao exame do ácido desoxirribonucléico. Mas a maioria do Supremo... Eu fui acompanhado por Pertence, Velloso e Galvão. Mas a maioria entendeu que não, que o direito a integridade física do investigado era intangível..., era, enfim, sagrado, prevalecia sobre o direito à identidade das crianças investigantes. E, por causa disso, ele não podia ser obrigado a fazer o exame do DNA. Eu era o relator. Fiquei vencido. Em boníssima companhia, mas fiquei vencido. Mas diferentemente de Eptácio Pessoa, eu não só fiquei várias vezes vencido, como relator, mas houve até um episódio em que eu fiquei vencido e sozinho; nenhum dos outros dez me acompanhou, sequer por cortesia. E foi justamente um caso que tinha a ver com interesses do Tesouro público. Num caso de desapropriação para reforma agrária, desapropriação de um imóvel improdutivo, estéril, em parte qualquer do país, para fins de reforma agrária, o Tesouro público, (risos) para indenizar o bem, já que a indenização tinha que ser prévia e em dinheiro, justa, prévia, em dinheiro, bom, se dispôs a indenizar em dinheiro e previamente. Mas para saber qual seria a indenização justa, o procurador da Fazenda na época disse: “Bom, a indenização justa é o valor do imóvel rural como ele próprio o declarou, onde? Ora, na declaração para fins de cobrança do imposto territorial rural”. Aí o processo vai aos tribunais, e chega, afinal, ao Supremo, porque o expropriado, o particular, dono da terra estéril que estava sendo desapropriada para reforma agrária, dizia: “Isso é um absurdo! O valor que eu declaro para fins de imposto territorial rural é um valor modesto, porque é costume declarar um valor modesto”. Mas e a boa-fé? – “Não, não. Mas é costume”. Então eu dava razão ao Tesouro, dizendo: “É esse mesmo o valor pelo qual ele vai ser indenizado. É isso que ele disse que o imóvel valia. Ele não tem direito a um centavo mais do que isto. É uma declaração dele próprio. Tem mais. Isso é uma desapropriação por interesse social, para fim de reforma agrária, atingindo, portanto, um imóvel que não tem nenhuma serventia; dentro do quadro da sociedade brasileira, da economia brasileira, essa droga desse imóvel não tem serventia *nenhuma*, a não ser pelo ITR que paga. Tudo para que serve a propriedade desse sujeito é entrar com o ITR para o Tesouro público. Não podemos considerar que não é importante o valor que *ele* atribuiu ao imóvel, para o fim de pagar esse imposto. Qualquer decisão diferente desta desprestigia a boa-fé, prestigia a má-fé, a falsidade”. Pois bem. Não consegui que um único colega me acompanhasse. Todos diziam “não, é preciso considerar a prática, os costumes. Ninguém declara um valor... Se é da prática declarar um valor mais modesto, vamos condescender com a ideia de que esse valor não é o valor justo do imóvel, e, portanto, a indenização tem que ser maior”. Mas então. É só a lembrança que me ficou, quase que picaresca lembrança de um momento em que, ao avesso de Eptácio Pessoa, eu fui vencido, como relator, e vencido sozinho.

F.F. – Justamente nesse caso.

F.R. – Justamente nesse caso. Que tem a ver com... (risos) Veja, aí não é uma questão de direitos humanos, não é uma questão de regime carcerário, não é uma questão de direito internacional, não é uma questão relevante de direito constitucional. É algum bem mais prosaico; mas em que... enfim, a minha... o meu espírito de procurador da República falou alto. Eu admito, nós temos, no Supremo, o hábito de dizer que a maioria sempre tem razão. E eu acredito que a maioria devia ter razão. Eu disse vários desaforos a respeito do que achava do que os outros estavam dizendo, com todo respeito e acatamento, mas disse – que aquilo parecia o elogio da má-fé. Mas hoje, enfim, repensando, eu acredito que talvez tivessem razão. Até porque a maioria sempre deve ser vista como cheia de razão.(risos) E é próprio do espírito de colegialidade aceitar a derrota.

F.F. – Ministro, o senhor já chegou a presenciar o espírito de colegialidade? Isso existia? Havia o hábito, entre aqueles que eram mais próximos, que se dão melhor, porque, evidentemente, onze pessoas, existem aqueles que se dão melhor, se dão pior, existia o hábito de as pessoas discutirem os seus votos, se consultarem?

F.R. – Hoje, parece que não. Mas na época, sim. Na época, era comum, até mesmo diante de certos casos mais importantes, era comum que nós nos reuníssemos em conselho, ou seja, uma reunião a portas fechadas, só entre os ministros. Hoje, isso não acontece mais. Em grande parte, é o empenho que tem o ministro Marco Aurélio em ver a Constituição de 88 *rigorosamente* observada. Ele diz: “Nós atentamos contra a Constituição se nos reunimos a portas fechadas. Tudo que se discute entre nós deve ser discutido a portas abertas, na sessão plenária”. De modo que hoje em dia, ou seja, depois da Carta de 88, tudo que tem acontecido, tudo que pode acontecer era de dois ou três conversarem informalmente sobre algo. No máximo isso.

F.F. – Mas eu me refiro a um jantar, a um encontro ou dentro do gabinete, para tirar dúvida, conversar sobre casos.

F.R. – Ou dentro do gabinete. É. É. Isso, isso... (risos) Mesmo na Corte Suprema norte-americana, onde as sessões são fechadas, é comum a visitação de gabinete a gabinete, para que aqueles dois ou aqueles três se articulem melhor antes do debate a nove, mesmo a portas fechadas. Quer dizer... Aqui, sim, deve estar acontecendo. Marco Aurélio não aceita isso, não aceita conversar sobre *nada*, antes do debate público. Mas é possível que este ou aquele queira ouvir um colega. O que é que você está achando? Isso é a coisa mais comum.

F.F. – Eu lhe pergunto, na sua experiência quando foi ministro.

F.R. – Ah não. Na época era comum, era comum conversarmos. Era comum. Não em todos os casos, mas em alguns casos, era comum conversarmos antes. E, em alguns casos mais complexos, era comum até realizarmos a sessão secreta de conselho.

F.F. – Então ministro. Vamos voltar para o Supremo. Se eu não me engano, como o senhor diz, o senhor é único que tem duas entradas e duas saídas do Supremo.

F.R. – Duas entradas, sim. É.

F.F. – Então chegamos ao momento em que o senhor sai do Supremo. Mas eu estou fazendo uma pergunta sobre antes disso. O senhor foi um dos nossos entrevistados que

acompanhou, que trabalhou com a matéria-prima da Constituição Federal 67-69. E que, nessas coisas mágicas do direito, do dia para noite, o que significa de um dia para o outro, passa a vigor uma nova Constituição. O senhor era ministro do Supremo quando o senhor passou, de um dia para o outro, a julgar com base em uma nova lei fundamental. O que o senhor teria a nos dizer sobre isso? Como é que isso marcou o trabalho do senhor?

F.R. – Sim. A Carta... Veja bem. Há dois momentos cruciais. Aquele em que revogado o Ato Institucional nº 5, nos últimos dias do governo Geisel, já foi possível que o Tribunal se livrasse de toda a carga proibitiva e pudesse se manifestar com muito mais clareza sobre temas politicamente sensíveis, muitas vezes. E eu me lembro de um caso, pelo menos, que tinha a ver com um antigo membro das forças armadas, o capitão Sérgio, que se recusou, corajosamente, a cumprir determinadas ordens de superiores seus, na aeronáutica brasileira. Esse caso, enfim, foi julgado pelo Supremo, ainda na minha primeira investidura e creio que antes da Carta de 88, e... mas já era possível, já era possível julgar essas matérias e dizer, claramente, tudo que o caso comportava que se dissesse. O nome de um certo brigadeiro Penido Bournier, uma das figuras mais sombrias da época, foi citado repetidamente e de modo extremamente aviltante, dentro do processo, por conta de tudo que ele tinha feito; envolvendo, em parte, o interessado no processo, que era o capitão Sérgio, e envolvendo outras pessoas também. Foi um julgamento extremamente arejado, ainda anterior à Carta de 88, mas já sob o império de uma ordem constitucional unificada e não sujeito à concorrência do Ato Institucional nº5. Agora depois de 88, aí não é mais uma questão de liberdade de decisão, a liberdade já existia; mas, depois da Carta de 88, o leque se abre e as possibilidades de o Supremo dizer o direito em situações novas, em situações diferentes daquelas que já se colocavam no âmbito da competência dele. Casos como mandado de injunção, casos como habeas data, etc.. Isso, naturalmente, alargou a competência do Tribunal. No que concerne ao mandado de injunção, alguns comentaristas disseram que o Supremo foi conservador, porque ele não quis estabelecer regras, ele não quis legislar, quando, se fosse mais audaz, poderia ter legislado; ele se limitou a mandar a injunção ao Congresso nacional, a ordem de que legislasse o mais cedo possível, às vezes, com prazo determinado, sobre certo assunto. Sim. Há, na comunidade jurídica, algumas pessoas que acham que, se elas estivessem lá no Supremo, teriam sido mais ousadas em tirar proveito do texto da Constituição de 88, para realizar a mudança social e... e assim por diante. Não creio que isso fosse fa... Não creio que a Constituição de 88 tenha autorizado o Supremo a fazer isso. A Constituição, apenas, deu ao Supremo o direito de realizar a injunção junto ao Congresso nacional quando este esteja sendo omissa, estivesse sendo omissa na época, em legislar sobre uma determinada garantia constitucional que ficava sem poder ser implementada por falta de legislação ordinária. O Supremo não foi conservador. Mas não acho que ele tenha pecado por omissão ao não ser mais ousado do que foi. Em vários casos. Veja. Esse Tribunal é acusado a todo o momento de usurpar competência do Congresso. Volta e meia tem congressista se queixando de que o Supremo vai longe demais, de que o Supremo... *(entra alguém na sala)*

F.F. – Vamos fazer uma pausa.

F.R. – Um minutinho. Se quiserem sair também...

[Interrupção]

F.F. – Tudo certo? Gravando? Ministro, eu lhe perguntei se haviam conversas entre os colegas do Supremo na sua época, se essas conversas se davam as vezes em sessões do

conselho, se os gabinetes eram frequentados. E aí fomos para o seguinte assunto: a abertura política também se fez sentir no Supremo quando da revogação do AI-5. Então, o senhor estava me dizendo que não houve uma ruptura tão grande assim com a vigência da Constituição de 88. Como o senhor avaliaria essas duas rupturas, a revogação do AI-5 e a vigência da Constituição de 88, no Supremo? Qual foi a ruptura mais significativa?

F.R. – A revogação do AI-5 liberou o Supremo para seguir a sua tradição em matéria de amplitude da pauta. Tudo aquilo que de algum modo limitava a competência do tribunal foi eliminado, ou seja, voltamos à normalidade constitucional. Ainda tínhamos pela frente um governo militar eleito indiretamente pelo Congresso, mas foi naquele momento, ao final do governo Geisel, que o Supremo, então sob a presidência do Ministro Djaci Falcão, nomeado o ministro Thompson Flores, o Supremo recuperou a sua competência tradicional. Em 88, com a nova Constituição, ao final de 88, o Supremo viu essa competência ampliada, incluindo aí certos horizontes novos, que colocavam até certa dificuldade ao Tribunal para se definir quanto ao que devia fazer daquilo, como proceder com esse instrumento novo que é o mandado de injunção. Mas enfim. Não. Não há menor dúvida de que a Constituição de 88 não importou, no cotidiano do Supremo, uma mudança, um sentido de amplitude da liberdade de julgamento tão grande quanto aquele que aconteceu com a revogação do Ato Institucional número cinco.

F.F. – Muito interessante. Ministro, então é o momento de tocar no assunto... Mas voltaremos ao Supremo, porque o senhor teve duas entradas no Supremo. O senhor foi o único?

F.R. – Único. No Supremo, sim.

F.F. – Como se deu a sua primeira saída do Supremo?

F.R. – Eu, naquele momento em que o presidente da República eleito por quarenta milhões de votos estava na iminência de assumir o poder, ou seja, em fevereiro ou começo de março do ano de 90, ele tinha consciência de que era um homem sem partido e sem equipe. Ele tinha... Partido não havia. O chamado PRN era uma ficção. Mas ele, sobretudo, carecia de uma equipe, porque tinha colaboradores... alguns de primeira categoria e em todos os sentidos. O nome que se destacava aí mais era Bernardo Cabral, que assumiu o Ministério da Justiça. Mas no mais ele tinha alguns colaboradores resultantes das suas amizades pessoais ou da sua própria história no governo do estado de Alagoas. Ele se viu, então, na necessidade de fazer um apelo a pessoas que não estavam no seu horizonte, senão de conhecimento, não muito diferente do conhecimento que todo o país tinha dessas pessoas. Foi assim que ele recrutou Osires Silva, que ele recrutou o José Goldemberg, que ele recrutou o professor Lutzenberger, que ele recrutou...enfim, diversos dos membros do seu primeiro gabinete. E foi nessas circunstâncias que me foi feito o pedido de que aceitasse o Ministério das Relações Exteriores. É uma situação muito embaraçosa. Quando me perguntavam, mais tarde, sobre que recapitulação eu fazia daquilo, a primeira ideia que sempre tive como resposta, eu dizia que teria sido preferível, a todos os títulos, que não tivesse acontecido, que aquele convite, aquele apelo ou lá o que fosse, que aquilo não tivesse acontecido. Eu estava na iminência de assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal, onde, dando continuidade ao que era a minha presidência do Superior Tribunal Eleitoral, faria, certamente, um trabalho correto. Mas ao mesmo tempo, fiquei pressionado, embora todos no meu círculo próximo fossem contrários à aceitação, começando pela minha mãe, incluindo todos os meus familiares mais próximos, nenhum dos quais tinha votado em Fernando Collor, como eu próprio não tinha votado nele, em nenhum dos dois

turnos. No primeiro, votei em Mario Covas, era um fato notório, e no segundo turno, também é um fato notório na época, votei em Lula, não por convicção, muito a contragosto, mas por achar que... enfim, talvez fosse o mais aceitável naquela circunstância. Consciente disso foi que Fernando Collor fez o pedido a mim. E me ficou a impressão de que, se não aceitasse, eu carregaria pelo resto da vida a ideia de que recusei por medo, medo de perder a minha estabilidade, a minha vitaliciedade, o meu salário de Ministro do Supremo, que era melhor do que o de ministro do Exterior, medo do que iria dizer fulano ou do que iria comentar sicrano, etc.. E aí eu recapitulei uma ideia recorrente na minha cabeça desde a infância: eu não posso tomar decisões em função do medo. Eu não posso tomar decisões em função do medo. E, com essa ideia na cabeça, aceitei. Não sei se teria feito o mesmo se pudesse voltar atrás. Não sei. Eu sei que eu deveria ter previsto que um governo montando naquelas circunstâncias dificilmente daria certo. Pessoas que em grande parte não se conheciam. Uma equipe que misturava pessoas com alguma história, com algum passado e outras que, por respeitáveis que fossem, tinham sido inventadas pelo presidente Fernando Collor no dia da posse. Ninguém sabia de onde vinham, quem eram, o que fizeram, nada. O governo foi, também, montado em bases que faziam, de algum modo, que os exercentes da função pública, mesmo no mais alto nível, concorressem com algo paralelo, que era o círculo de amizades pessoais e familiares do presidente da República, isso incluindo a figura emblemática de Paulo César Farias. Não tinha como dar certo um governo nessas circunstâncias, e que atraiu a si, por força do estilo do presidente da República... Estilo esse que, justiça seja feita, ele nunca escondeu. Na campanha, esse estilo se havia revelado mais transparentemente do que depois, no exercício do poder. Enfim, ele não tinha o apoio da mídia, da opinião pública, a partir de um certo momento, por força do que dizia constantemente à mídia e... Bom. Mas eu já não estava no governo quando a crise começou, quando a grande crise começou. E Fernando Collor, levado por uma situação de orfandade política, em que ele ficou no comecinho de 92, ouvindo de todas as partes que não dava para governar se ele não montasse uma... hoje chamaríamos uma base aliada, sólida, no Congresso, e que para montar a base aliada era preciso negociar com partidos políticos, distribuir cargos, etc.. Assim se deu aquela reforma do começo de 92. Assim se deu aquela reforma em que os ministérios... que, até então, eram nove. Se você exclui os então chamados ministérios militares, que davam esse status a quatro pessoas...

F.F. – Marinha, Exército, Aeronáutica...

F.R. – E Estado Maior das Forças Armadas. O chefe do EMFA era considerado um ministro de Estado. Se você abstrai essas quatro situações, que depois desapareceram, nós tínhamos...

F.F. – Ministério da Defesa.

F.R. – É. Nós tínhamos então nove ministérios. E, com a reforma de 92, esses nove viraram... não me lembro quantos. Não tantos quanto hoje. Nada próximo de trinta nove. Mas um número exorbitante, para um governo que tinha começado com apenas nove ministros civis. E para compor a sua base política aliada, Fernando Collor teve que recrutar de tudo, nesse segundo ministério. Saíamos Jarbas Passarinho, eu próprio, logo depois sairia José Goldemberg, já tinha saído o Lutzenberger, e entraram na reforma coisas como Ângelo Calmon de Sá, entre outras. Bom. Eu voltei ao Supremo, a segunda indicação, na vaga que se abriu pela ida de Célio Borja, (a grande figura de Célio Borja) para o Ministério da Justiça. Celso Lafer me sucedeu no Ministério das Relações Exteriores. Enfim, nesse lado do novo governo, o país

estava muito bem servido. Mas havia um outro lado, extremamente sombrio, na nova composição do poder executivo. Veja. As apreensões duraram pouco, porque a crise não tardou a se desencadear. Eu acho que havia uma semana ou duas semanas da sucessão dos ministros, a cujo grupo eu pertencia, pelos novos ministros, quando aquela entrevista de Pedro Collor à revista *Veja*, desvelando uma série de irregularidades no comportamento do irmão presidente, quando aquilo desencadeou a crise que levou o governo pela rampa abaixo, terminando com o *impeachment*, no fim do ano. Eu já não estava no governo na época. Era bom que não estivesse. E... E, enfim, presenciei aquilo, que, para mim, foi uma lástima, não ter havido, para Célio Borja, ocasião de permanecer mais tempo no Ministério da Justiça. Os frutos seriam bons, sem dúvida alguma, ou para Celso Lafer, ocasião de permanecer mais tempo no Itamaraty. Ele voltaria depois. Mas enfim. Aquela passagem pela casa foi muito breve.

F.F. – Ministro, o senhor me permite fazer uma pergunta bastante direta?

F.R. – Sim.

F.F. – Ficou muito claro o motivo pelo qual o presidente Collor pediu para que o senhor se retirasse do Ministério das Relações Exteriores. As necessidades que ele tinha. Vou lhe fazer uma pergunta bastante direta. O senhor tinha a seu lado o fato de ter aberto mão de uma posição que lhe dava estabilidade, de uma posição bastante confortável, que é a de ministro do Supremo, em função de um pedido dele. Quando ele lhe comunicou isso, o senhor disse a ele “então o senhor me devolva o Supremo”? O senhor me restitua a posição que eu tinha e que aceitei...” Foi dessa maneira que ocorreu a volta do senhor ao Supremo?

F.R. – Não. Não, não, não. Eu estava em Nova Iorque, cuidando da conferência; estava em contato com Maurice Strong, a respeito da conferência Rio 92, e foi lá que eu recebi, num quarto de hotel, a caminho do prédio das Nações Unidas, a notícia, pelo embaixador Marcos Coimbra, de que havia uma crise de governabilidade e que era provável que o presidente da República precisasse dos cargos, para recompor o governo. Eu respondi: o presidente da República tem consciência dos poderes que a Constituição lhe dá. O governo é todo composto dessa maneira. E de minha parte, enfim, ele pode me considerar signatário de um pedido coletivo de demissão. A revista *Veja* na época publicou uma reportagem muito interessante, que me deixou muito lisonjeado, chamada *Festival de Zumbis*; em que... A matéria é encabeçada por uma foto minha no terceiro andar do Itamaraty, e dizendo que eu dera ali um raro exemplo de desprendimento em relação à função pública e de não continuísmo. E aí fazia uma crítica mais ou menos severa de alguns dos ministros, de uma nova geração, que, diferentemente de mim ou de Jarbas Passarinho ou de outros, não...não gostaram da ideia de sair do governo; até porque não sabiam exatamente que perspectivas teriam no cenário imediato. Mas veja. Sabedor, então, de que a reforma ministerial estava se consumando, eu me despedi de Maurice Strong, na ONU, tomei um vôo de volta. E ao chegar ao aeroporto do Rio de Janeiro fui informado por alguém da equipe do Itamaraty de que Célio Borja, ministro do Supremo, acabara de deixar o Supremo para aceitar o Ministério da Justiça. O Célio Borja estava não muito longe da aposentadoria, de sorte que talvez ele... enfim, não...não...

F.F. – Pudessem pegar a proporcional.

F.R. – Exato. Ele poderia sim. Já tinha tempo de serviço mais do que bastante para se aposentar. E não tinha razões para permanecer no Tribunal, inercialmente, à espera da

presidência, porque talvez essa não o alcançasse antes da compulsória. E, certamente, ele faria um bellissimo trabalho no Ministério da Justiça, em circunstâncias mais favoráveis. Agora... Eu fiquei sabendo no aeroporto do Rio de Janeiro, fazendo a baldeação, fazendo a correspondência para um avião da Varig que fazia a linha de Brasília na época, que Célio Borja estava deixando o Supremo e que o presidente da República me indicaria imediata... Como aconteceu, de fato, naquele mesmo dia, se bem me lembro. Eu cheguei ao Itamaraty já seriam umas onze da manhã, e o embaixador Marcos Coimbra me telefonou do Planalto para confirmar. Em nenhum momento eu cobraria de Fernando Collor alguma coisa. Célio Borja, Célio Borja chegou a me dizer que o presidente da República, ao convidá-lo para aceitar o Ministério da Justiça, disse que... enfim, só queria que ele aceitasse se fosse mesmo para... enfim, se fosse do gosto dele assumir o Ministério da Justiça naquele momento, porque o presidente achava que... Enfim. Ele não deveria se preocupar com... *(breve interrupção)* Veja. O... Enfim. O presidente teria dito a... disse ao Célio Borja, porque isso me foi contado depois, que... enfim, não deveria se preocupar comigo, porque ele teria outros projetos, caso eu não quisesse voltar ao Supremo ou não houvesse vaga no Supremo, etc.. Não entendi bem aquilo. Não entendi se ele pensava em me oferecer uma embaixada, o que acontece muito com....

[Interrupção da gravação]

F.R. – (.....) chanceleres assumirem a embaixada em algum lugar aprazível. Mas isso eu não aceitaria de maneira nenhuma. Não. Eu não queria continuar participando do governo. Uma coisa era voltar ao Supremo de onde sai, outra, completamente diferente, seria aceitar alguma coisa dentro do governo, depois de deixar o Itamaraty. Por exemplo, uma embaixada, seja onde for, ou uma presidência de banco estatal ou de...ou de qualquer desses penduricalhos da administração direta.

F.F. – Então o senhor volta ao Supremo.

F.R. – Sim.

F.F. – Houve vozes que o criticaram por isso?

F.R. – Eu me lembro de que Mauricio Corrêa, que era então senador pelo PDT, teria feito um comentário, de que não gostava daquela ideia, daquele retorno. Ele próprio não pensava no Supremo para ele, mas teria... teria comentado que... o Maurício Corrêa era do PDT, o partido de Leonel Brizola; e o partido de Leonel Brizola foi, não pela voz do próprio Brizola, mas de alguns dos seus porta-vozes mais... assim atirados, foi um partido crítico. O PT não foi. Mas o PDT de Leonel Brizola, pela voz de Brandão Monteiro e de Vivaldo Barbosa, destacadamente, dessas duas pessoas, vocalizou uma crítica severa, quando eu aceitei o Itamaraty; e voltaria a formular isso, aí já pela voz de Maurício Corrêa, que fez um brevíssimo comentário, elegante por sinal, nada de grave. E no Supremo, nada, realmente, a recepção foi a melhor possível. Inclusive pelo próprio Moreira Alves, que era o meu antípoda no Tribunal,(risos) enfim, do ponto...

F.F. – Por que o senhor diz que o ministro Moreira Alves era seu antípoda?

F.R. – Antes do ingresso... Você poderia... Forçando um pouco as palavras. Antes do ingresso de Sepúlveda Pertence, você poderia apontar ali o ministro Moreira Alves como o

polo conservador, no Tribunal, e a mim como o polo progressista. Vamos usar essa palavra meio boba mas que... Eu não diria que era uma questão de... Jamais chamaria Moreira Alves de um homem de direita. E nem sei se eu teria direito, embora esse leque aí seja muito aberto, nas suas tonalidades, de me intitular um homem de esquerda. Mas dava para dizer com segurança que Moreira Alves era o polo conservador. E eu fui...

F.F. – E o senhor era o polo progressista.

F.R. – E eu era o polo que se opunha ao polo conservador. Então, nesse sentido, éramos antípodas, dentro do Tribunal. Quando Sepúlveda Pertence entrou, foi transferido a ele esse encargo, enfim, ele passou a ocupar, junto comigo, em alguns períodos, sozinho, noutros períodos em que eu lá não estava, essa... Foi o Sepúlveda Pertence que disse, um dia não muito distante de nós, uma data recente, ano passado, ano atrasado, que diante dos conflitos que, hoje, a TV Justiça mostra ao país inteiro, diante das brigas que se travam no plenário do Supremo, as discussões entre eles, entre ele e o ministro Moreira Alves, no passado, ficam parecendo minuetos.

F.F. – E ficam mesmo?

F.R. – Ficam, sim. Ficam, sim. E no máximo... Veja. Nada parecido...

F.F. – O senhor nunca participou de uma discussão pessoal com um colega seu, no Supremo.

F.R. – Nada. Nada, nada. Até porque eu tinha grande respeito por ele e amizade familiar...

F.F. – Não. Pelo ministro Moreira Alves ou por algum outro colega.

F.R. – Não. Nenhum. Decididamente, nenhum. Os outros eram amigos íntimos, como Oscar Corrêa, ou menos íntimos mas muito bons e leais, todos. Do momento em que eu entrei, e aí havia alguns já veteranos, como Soares Muñoz, como Cordeiro Guerra, e outros, que entraram depois de mim, como Marco Aurélio. São amizades muito sólidas. Agora essa antinomia ideológica, digamos essa antinomia de estilo com o ministro Moreira Alves nunca levou a discussões mais acaloradas. Às vezes, falávamos um pouco alto um com o outro, e Oscar Corrêa, que ficava entre nós dois, protestava, dizendo: “senhor presidente, peça a V.Exa. que sugira aos meus dois colegas a minha direita e a minha esquerda (risos) que moderem um pouco o tom de voz, porque eu tenho ouvidos sensíveis”, etc.. Mas era uma coisa... realmente, era um minueto. Era um minueto, se comparado com algumas coisas que vimos nos anos recentes.

F.F. – O senhor, provavelmente, está se referindo à discussão entre Joaquim Barbosa e Gilmar Mendes.

F.R. – É. E, às vezes, outros também.

F.F. – Essa, na minha memória, talvez tenha sido a mais acalorada que a TV Justiça já televisionou.

F.R. – É, foi. Foi sim.

F.F. – Falando bem objetivamente. Só estou falando o nome deles... Bom. Então, ministro, algumas outras diferenças entre o Supremo de hoje e o Supremo que o senhor vivenciou como ministro, que o senhor gostaria de pontuar, que saltam aos olhos do senhor? Para o bem ou para o mal. Simplesmente diferenças.

F.R. – Não. Eu sempre rejeito a ideia de que o Supremo caiu em qualidade. O Supremo está trabalhando, não menos, certamente, mais do que em momentos do passado. A carga de trabalho é mais intensa do que nunca, e portanto, esses senhores e senhoras estão trabalhando como nunca antes se trabalhou no Tribunal. Segundo. A formação curricular que essas pessoas têm não fica devendo nada a nenhum momento do passado. Nada! Sim. Houve uma época em que o Supremo dava a impressão de que os seus membros se estimam mais do que hoje. Mas a não ser por isso, eu não diria nada de crítico, num sentido saudosista. Nada.

F.F. – Ministro, o senhor tocou num ponto... Hoje, eles trabalham mais. São onze. Como eles dão conta desse sobre trabalho que existe?

F.R. – Bom. Parte do trabalho, mesmo no Supremo Tribunal Federal e, certamente, também no STJ e em outros, são aqueles processos idênticos, às vezes, em grande número. Era o que dizíamos “aquilo que se resolve com a manivela”, ou seja, basta rodar ene vezes uma mesma decisão, porque os casos são padronizados, são iguais. Mas, mesmo assim, na hora atual, o número de casos absolutamente únicos, exigindo uma enorme... dando aos membros do Tribunal um trabalho de pesquisa e de reflexão intenso, esses processos são, hoje, muito mais numerosos do que no passado.

F.F. – Como é que os juízes dão conta? Eles trabalham mais do que os de antes?

F.R. – Eles trabalham mais. Eles trabalham. Eles têm um apoio maior também. Para fins de pesquisa, as assessorias hoje são mais completas e...

F.F. – Na sua segunda passagem pelo Supremo Tribunal, o senhor tinha quantos assessores? Como era o seu gabinete?

F.R. – Dois assessores e mais... Dois assessores e dois, por assim dizer, vice-assessores. E mais duas ou três secretárias e uma chefe de gabinete.

F.F. – E o senhor sabe quantos são hoje?

F.R. – É um número bem maior. Não sei, não sei calcular. Mas é bem mais gente. E... Enfim. É, é mais gente.

F.F. – Ministro, existem alguns casos interessantes. O senhor já citou vários. Mas tem dois, ainda, que eu gostaria de lhe perguntar. O senhor estava impedido no julgamento do presidente Collor, por ter sido ministro de Estado nomeado por ele.

F.R. – Sim. Exato. Eu fui ministro de Estado naquele governo, não podia participar do julgamento do presidente da República, numa ação criminal ainda por cima. Mais tarde, foi distribuído a mim, pela loteria da distribuição, um processo penal contra a ministra Zélia

Cardoso de Melo, que já tinha deixado o governo. Eu, também aí, declarei impedimento. Eu não tinha amizade pessoal, mas ela foi membro de um governo de que eu participei. Isso era mais do que suficiente para que eu achasse que outro conduziria melhor o processo. Como de fato... E o ministro Néri da Silveira é que foi...

F.F. – O senhor se deu por impedido.

F.R. – Eu me dei por impedido. E foi redistribuído a Néri da Silveira.

F.F. – Mas nos dois casos ou apenas...

F.R. – No Collor e no caso Zélia.

F.F. – Isso não é suspeição, isso é impedimento mesmo.

F.R. – Eu... Há uma certa ambiguidade na fronteira desses dois conceitos. Tecnicamente, isso é suspeição. Eu não estou impedido. O impedimento é algo objetivo. Eu tenho que declará-lo.

F.F. – Parente, amigo íntimo...

F.R. – É. O impedimento é algo objetivo. A suspeição não. Eu apenas acho que não sou a pessoa mais adequada para julgar o caso, considerando que tem outros dez que nunca tiveram essa relação de subordinação, como eu tive à presidência da República, ou de coleguismo, como eu tive com a ministra.

F.F. – E quando um ministro do Supremo se dá por impedido, suspeito, a participação dele é zero.

F.R. – É.

F.F. – Nem fica no plenário, enquanto está julgando.

F.R. – De preferência, não fica no plenário.

F.F. – O senhor não ficou no plenário. Como foi isso?

F.R. – No processo Collor, eu viajei para Roma. Fui lá participar de um congresso de direito civil.

F.F. – Ministro, o processo conhecido como “farra do boi”, o senhor tem memória desse processo?

F.R. – Tenho.

F.F. – Como o senhor nos contaria a sua atuação nesse processo?

F.R. – Eu me lembro de que... Eu sempre pedia sugestões a minha assessoria. Eu honrava uma tradição, que, no meu tempo de assessor do ministro Bilac Pinto, era observada por alguns ministros, como Baleeiro, Bilac, Amaral Santos. Eles tinham com seus assessores,

em que depositavam total confiança, uma relação de...enfim, tutela combinada com um diálogo permanente e inspirador. Não era só questão de fazer pesquisa. Era questão de discutir com o ministro o que é que isso representa, o que é que deve ser decidido. Assim eu era tratado por Bilac Pinto, quando assessor dele, e assim eu tratei, o tempo todo, os meus assessores. Eu sempre esperava deles não apenas um relatório, não apenas uma pesquisa sobre esse ou aquele aspecto da jurisprudência ou da doutrina, mas conversava com eles sobre o que achavam. E eu me lembro de que, nesse caso, a minha assessoria no Supremo preparou, no caso da farra do boi, uma decisão... que parecia meio óbvio. O tribunal de Santa Catarina decidiu, embora não unânime, mas o tribunal de Santa Catarina decidiu que, enfim, não há aí nenhuma questão a ser resolvida, em bases constitucionais, que isso é uma questão de lei ordinária e que é preciso respeitar as tradições culturais de um determinado lugar, e vai por aí afora. De fato, dava para dizer isso. Dava para... Se fosse questão de me livrar do processo, de me desincumbir do processo seria facilímo fazê-lo, dizendo que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem ou mal, com base na prova dos fatos, entendeu que não há nada aí que fira a Constituição. Mas foi uma das pouquíssimas vezes em que eu rejeitei firmemente a sugestão da assessoria; e me preparei para proferir um voto oral, sem nenhum esquema escrito, na sessão de julgamento. E começando com...enfim, começando com a crítica daqueles que criticavam o fato de que essa prática cultural de Santa Catarina fosse contestada, nos tribunais, por grupos ativistas do Rio de Janeiro. O argumento era, mais ou menos, esse. Será que no Rio de Janeiro as pessoas não têm mais o que fazer, senão implicar com os costumes de Santa Catarina? E justamente Santa Catarina... Eu ponderei isso no meu julgamento. Nós temos aqui, na sala da turma, o atual presidente e dois ex-presidentes da Justiça Eleitoral. Santa Catarina é o estado modelo a rapidez na apuração, o número baixíssimo de fraudes, de contestações, etc.. E, por conta disso, alguém quis descredenciar as instituições que protestavam contra a farra do boi. Eu aí ponderei que a ninguém é lícito escolher para os outros quais os valores constitucionais que vão proteger ou deixar de proteger. Por alguma razão, esses brasileiros do Rio de Janeiro querem ver a Constituição honrada no país todo, incluindo Santa Catarina. Também ponderei, de início, que a ação estava muito bem posta, porque ela não era contra o governo de Santa Catarina ou contra o legislador, era contra o Estado, representado pelos seus três poderes. (sorri) O Estado de Santa Catarina está na convalidação dessa prática que fere a Constituição, o Estado está sendo posto em juízo e é ele o réu desta ação. Bom. Eu... Enfim, prevaleceu nosso ponto de vista. Eu creio que Maurício Corrêa ficou vencido. Mas prevaleceu o ponto de vista dos que achavam... Enfim. Fui acompanhado do Marco Aurélio, o presidente da turma, que era Néri da Silveira, e outro vogal, que eu não me lembro se era Cordeiro Guerra... Não. Já era um outro ministro. Mas enfim. Foi uma bonita decisão. Me lembro de que, no meu voto, empreguei uma frase – essa crueldade contra animais é de resto meio caminho andado para se fazer o mesmo a seres humanos. Não se perde a sensibilidade dessa maneira. E falei: isso não pode ser considerado, absolutamente, uma tradição cultural, uma prática cultural. Práticas culturais são aquelas que mexem com bois, lá no Nordeste, onde o boi é de madeira, é de pano, é de *papier mâché*, não um ser vivo, um animal sensível, que se submete aquele tipo de tratamento, com repercussões sobre a integridade física das pessoas também. Entre outras coisas, no processo, havia o relato de um padre cuja igreja, em plena hora da missa, foi invadida por um boi desesperado, com uma dúzia de malucos atrás do animal. (risos) Enfim. Foi um caso muito interessante. Mas muito bem resolvido.

F.F. – O caso é interessantíssimo. Eu ia até lhe perguntar por que o senhor acha que a farra do boi é inconstitucional. Mas o senhor já adiantou a resposta. Mas foi uma das poucas vezes que o senhor não acatou o que a assessoria lhe trazia?

F.R. – É a única vez...

F.F. – Porque eu entendo, quando o senhor delegava a uma pessoa, ela já trazia uma sugestão de voto.

F.R. – Sem dúvida. E conhecendo... Os meus assessores me conheciam bem e sabiam qual era a minha tendência. Então, aquilo que sugeriam já acompanhava a trajetória mental de quem conhecia o ministro. Mas neste caso excepcionalmente...enfim, talvez tenha achado que eu...que eu não considerasse que fosse ali o caso de derrubar uma decisão de um tribunal estadual, o assunto poderia amadurecer mais... Enfim. Mas não. Eu achei que era a hora certa de corrigir. (risos)

F.F. – Até porque o Supremo já foi também palco da analogia do próprio Sobral Pinto, os maus-tratos aos animais e a humanos. Ministro, deixa eu lhe fazer uma pergunta relativa a vistas. Do que se trata, exatamente, o pedido de vista?

F.R. – Pedido de vista? Bom. Outro dia, na posse do Barroso, o ministro Teori Zavascki me relatava que ele estava bastante feliz pelo fato de ter pedido vista de um ou dois processos ou nenhum, sei lá. Porque o mais recente dos ministros do Tribunal se sente quase sempre compelido a pedir vista de uma porção de processos e a encher a sua mesa com essas vistas, como se não bastasse aquilo que ele tem pela herança e pela distribuição normal. A vista é pelo fato de que o mais recente dos ministros é o primeiro a votar depois do relator e, muitas vezes, ele se sente inseguro sobre – devo acompanhar o relator ou devo abrir a dissidência? Então ele pede vistas, para examinar melhor o processo. Eu fui, durante alguns meses, o mais recente. Entre a minha posse e a de Sydney Sanches, eu fiquei na última cadeira e com essa obrigação de ser o primeiro a votar depois do relator. Mas quase não pedi vista também. Em quase todos os casos, eu tinha trabalhado com o Supremo, como procurador da República, conhecia bem a casa. Em quase todos os casos eu pude votar imediatamente ou acompanhando o relator, na maioria dos casos, ou divergindo dele em alguns casos.

F.F. – Não é exclusivo do primeiro a votar. Todos podem.

F.R. – Não, não. Não. Todos podem. O pedido de vista mais interessante que eu fiz foi de um caso de Sydney Sanches. Sydney Sanches relator, abaixo de mim na ordem de precedência, ele votou...relativamente à questão da imunidade do estado estrangeiro à jurisdição local. É absoluta ou é relativa? Então, Sydney votou num determinado sentido, eu achava que não teria como acompanhá-lo e... Mas não queria, ali, improvisar o meu voto, porque esse voto reverteria uma longa história, de décadas, de proclamação da imunidade absoluta do estado estrangeiro. Então, pedi vistas, fiquei com o processo dois, três meses, e aí trouxe um voto – imenso, que foi o divisor de águas entre a imunidade absoluta, que se reconhecia ao estado estrangeiro, no passado, e a imunidade relativa, que passou a prevalecer desde então. Quanto ao estado estrangeiro, naquilo que ele se relaciona com particulares locais. Contratando um jardineiro, por exemplo, ou atropelando alguém na rua. E neste caso, a lei brasileira é que se aplica e o foro brasileiro é competente.

F.F. – Ministro, a sua resposta me deu uma ideia de uma pergunta nova. Era o senhor reconhecido pelos seus colegas do Supremo como uma espécie de autoridade em matéria de direito internacional? Isso acontecia?

F.R. – Sim. Sim, sim.

F.F. – Reconheciam-se mutuamente diferentes autoridades em diferentes matérias?

F.R. – Sim. Sim, isso é verdadeiro. Nas vezes em que eu fui contrariado, eu estava navegando em águas totalmente estranhas. (risos) Por exemplo, a questão da desapropriação e a questão da indenização do imóvel rural pelo valor declarado para fins de imposto territorial rural. Enfim. Sempre que eu não mereci a solidariedade dos colegas, eu estava tentando fazer alguma coisa num domínio que não era exatamente o meu, que não era o da minha especialidade.

F.F. – Mas um ministro do Supremo é obrigado a julgar. Não pode dizer que não conhece a matéria.

F.R. – Sim. Não pode. Não pode.

F.F. – Como é que o senhor julga uma matéria sobre a qual não tem pleno conhecimento?

F.R. – Ah, não. Não. Aí eu tenho, perfeitamente, como me situar diante do relatório e do voto do relator, mesmo que eu não saiba nada. Porque em casos mais interessantes há uma distribuição, até hoje, uma distribuição escrita do relatório, para todos poderem tomar conhecimento da questão jurídica antes. Agora em casos corriqueiros e de menor importância e mais óbvios quanto ao resultado, não precisa disso. Você ouve o relator e sabe, perfeitamente, se tem condições de acompanhá-lo ou não.

F.F. – Perfeito. Ministro, o senhor fez a sua trajetória, falamos sobre alguns casos. O senhor participou do julgamento de outros casos interessantes, que nós não mencionamos aqui? Ou, basicamente, os que foram mencionados...

F.R. – Esses são muito interessantes. Acho que não me ocorreria outro.

F.F. – Aposentadoria. Como é que ocorreu?

F.R. – Foi quando... Bom. Quando eu saí para o ministério, eu renunciei, simplesmente, pedi exoneração e saí, enfim, me pondo na zona cinzenta da insegurança. (sorri) Mas depois, quando da minha segunda saída, já eleito, pelas Nações Unidas, para a Corte da Haia, eu saí aposentado.

F.F. – Então o senhor não sabia que ia para Haia quando se aposentou no Supremo.

F.R. – Não. Sabia. Eu já estava eleito. Eu fui eleito em novembro. A eleição é sempre em novembro. Fui eleito em novembro, para posse em fevereiro do ano seguinte. E aí...

F.F. – O senhor já tinha tempo para se aposentar.

F.R. – É, já tinha. Tinha mais de trinta anos de função pública; e no Supremo, tinha sete mais cinco.

F.F. – O senhor sai do Supremo para outra função, enfim, de julgador. Tecnicamente, em relação ao estado nacional, não é função de magistrado, mas...enfim, um tribunal internacional. Não deixa de ser um magistrado. Como foi a saída do senhor? Que, evidentemente, não tem nada a ver com uma verdadeira aposentadoria, o senhor sai de uma função para ir para outra. Mas como foi a saída do Supremo Tribunal?

F.R. – Para outra, é. Bom. Eu deixei alguma saudade, carreguei saudades, lamentei estar deixando o Tribunal naquela hora; mas eu achei que depois de um período de sete anos e outro de cinco, tudo que eu pudesse dizer de útil já tinha sido dito. Se demorasse mais, eu me tornaria repetitivo ou cansado ou tedioso. Essas ideias não me agradavam, de maneira nenhuma. Na Corte da Haia, encontrei um cenário diferente, são quinze juízes de nacionalidades diversas, e...não apenas diferentes, como os ministros do Supremo também são, quanto a tendência ideológica, quanto a formação, a origem e, sobretudo, quanto ao método de trabalho – alguns dizem em uma página o que outros precisam de quarenta páginas para dizer, alguns falam em três minutos o que outros levam hora e meia para dizer. Essas diferenças todas existiam na Corte da Haia também. Agora às vezes eu achava que lá, apesar da grande recíproca, do clima, realmente, de confraria, de amigos, as nossas visões de mundo talvez não fossem idênticas. Eu não tinha, como tinha no Supremo, a impressão, na Haia, de que nós servíamos todos a uma mesma causa, embora de modos diferentes. Isso tinha a ver com a questão da visão do direito internacional e da visão do futuro da sociedade internacional. O que eu imaginava como um futuro ideal para a sociedade internacional era certamente diferente do que imaginava a minha colega britânica, meu colega japonês, meu colega russo.

F.F. – Como é que o senhor lidou diante dessa diferença? Deu saudade do Supremo?

F.R. – Não. Não, não. Na realidade, isso interferia muito pouco no trabalho. A Corte da Haia decidia com muita segurança. Basta dizer que sobre os assuntos realmente mais polêmicos, mais explosivos do ponto de vista internacional a Corte tomou decisões unânimes ou quase unânimes. O caso do atentado de Lockerbie, o caso das plataformas petrolíferas do Golfo Pérsico, caso do muro, na Palestina. Na realidade, a Corte se dividia e tomava decisões majoritárias, digamos, por nove a seis, por dez a cinco, mais sobre questões muito periféricas e muito tópicas. Por exemplo, o exato ponto da fronteira marítima entre o Cameron e a Nigéria, ou sobre uma ilha do Golfo, ali na região do Catar, a questão de saber se ela, historicamente, pertence ao Catar ou ao Barein. Em questões assim, muito miúdas, sob a ótica do conjunto, a Corte, às vezes, se dividia. Nas mais importantes politicamente a Corte era unânime ou quase. E nesse ponto...

F.F. – E em relação ao Supremo, a gente pode dizer que é o oposto, que é a mesma coisa?

F.R. – É um pouco diferente. Talvez a Corte da Haia, apesar dessa fundamental diferença na visão de mundo para o futuro, que eu lhe aponte, a Corte da Haia, pelo menos nos anos em que eu lá estive, tomou, sobre temas importantes e às vezes tormentosos, decisões mais próximas da unanimidade do que o Supremo Tribunal Federal em circunstâncias parecidas.

F.F. – Ministro, o senhor teve duas grandes atividades posteriores a sua atuação no Supremo Tribunal. Uma delas foi em Haia. E a outra é a que o senhor desenvolve atualmente,

que é a advocacia, aqui em São Paulo. O senhor saber dizer precisamente quando fez a transição de uma atividade para outra. Há quanto tempo o senhor advoga?

F.R. – Eu terminei meu mandato em fevereiro de 2006 e me instalei em São Paulo. Em Belo Horizonte não ficou nada além das amizades do período universitário. Eu vou lá com frequência, para eventos acadêmicos. Mas Brasília não me parecia uma boa ideia. Eu vou a Brasília todo fim de semana. Parte da família ficou lá. Minha filha caçula mora lá. Mas o meu cotidiano de trabalho é em São Paulo, onde, como eu lhe disse, estão as origens da família ao tempo da imigração, no século XIX. Eu caí de paraquedas sobre a atividade privada, sobre a profissão liberal já depois dos sessenta anos. Eu sempre fui um funcionário público, em sala de aula ou no ministério público, no Supremo Tribunal Federal, na Casa Civil por algum tempo, no Itamaraty por algum tempo, sempre fui um funcionário público, sem nenhuma experiência, sem nenhum traquejo em advocacia. Minha advocacia da juventude é a da assistência judiciária, aquela advocacia gratuita, em benefício de pessoas pobres. Então foi uma novidade. Foi uma novidade. Mas eu acho muito estimulante. Eu tenho achado muito estimulante. Uma vez, numa conferência que eu fiz sobre administração do tempo... A Sorbonne organizou um seminário sobre a vida da Corte Internacional de Justiça. E me coube fazer uma conferência sobre administração do tempo pelo juiz contemporâneo. E eu fiz essa palestra, lamentando algumas...alguns defeitos de conceito no modo dos juizes, mais lá fora do que aqui no Brasil, administrarem o tempo e fazerem uso sensato do tempo de que dispõem. E depois dessa conferência, um notável professor da Sorbonne, Alain Pellet, autor dos melhores livros de direito internacional que já se publicaram em língua francesa, falou: “há alguma coisa errada na sua... O senhor é bem mais advogado do que juiz”. Eu achei aquilo estranhíssimo, porque nunca fui, no passado, nunca pensei em ser advogado. (risos) Eu não me imaginava negociando honorários, esse tipo de coisa. Mas depois que me instalei aqui e passei a trabalhar, não só em pareceres, mas também no contencioso, tomei gosto pela função, pelo ofício da advocacia.

F.F. – E, além do gosto, financeiramente, é rentável a atividade?

F.R. – Bom. Para mim... Para quem se contenta com pouco e teve uma vida toda como funcionário público, é. É mais do que se precisa, do que se deseja, do que se ambiciona. Mas não sei. Eu sei que na advocacia há pessoas mais amantes do vil metal e que fazem um sucesso extraordinário. Eu apenas noto essa diferença: sim, é mais rentável do que a função pública. E... Agora, sobretudo, eu tenho hoje mais liberdade do que tinha. Não tenho horários, eu não tenho agenda, eu não tenho que ficar horas, às vezes, ouvindo coisas que não têm utilidade nenhuma, porque eu já as conheço.

F.F. – Aceitação e distribuição. O senhor pode escolher para patrocinar. Diferente do magistrado.

F.R. – É, é verdade. É. O magistrado tem esse problema. Ele tem que ler coisas mal escritas, quando necessário, ele tem que ouvir coisas que ele já sabe ou que não interessam em absoluto, ele tem que cumprir aquela agenda ritual. No caso do advogado numa certa fase da vida, (risos) a liberdade de ir e vir, e sobretudo de não ir, nem vir, quando não queira, é algo precioso. Eu não imaginava que fosse me afeiçoar tanto a esse ofício como aconteceu. Assim como não esperava gostar tanto dessa fase da vida como tenho gostado.

F.F. – Eu tenho uma derradeira pergunta, ministro. Como foi voltar ao Supremo Tribunal como advogado?

F.R. – Na primeira sessão de que eu participei ante o Supremo, eu fazia a sustentação oral, pro bono, de uma causa da OAB. Ou seja, a OAB contestou a constitucionalidade de uma lei federal que exigia, para que o cidadão pudesse cobrar certas coisas do poder público, exigia dele uma... quase que um atestado de santidade – a prova de não dever nada ao tesouro da comarca xis, da comarca y, do estado xis, do estado y. Enfim, a coisa era posta em tais termos que era preciso ser madre Teresa de Calcutá para desafiar o tesouro público, por força do que dizia aquela lei. E aí, enfim, a...

[Interrupção da gravação]

F.R. – (.....) pude, enfim, ver o Supremo Tribunal Federal convencer-se, por unanimidade, de que a lei, tal como dizia a OAB, era inconstitucional e que tinha que ser derrubada. Foi um trabalho pro bono. Não...

F.F. – O senhor acreditava.

F.R. – Sim, sim. Não, não. Porque eu acreditava e porque não fica bem cobrar honorários da Ordem dos Advogados do Brasil quando ela honra o advogado pedindo a ele que faça a defesa oral...

F.F. – É verdade. O senhor era advogado da Ordem dos Advogados.

F.R. – É. Essa foi a minha primeira aparição no Supremo. Houve outras. Raposa Serra do Sol. Houve outras mais interessantes ainda...

F.F. – Mais do que o Raposa?

F.R. – É. Bom. E há uma lembrança amarga, mas não exatamente no Supremo, e sim no Tribunal Superior Eleitoral, quando defendendo o mandato do governador Jackson Lago, do Maranhão, eu vi o Tribunal, por maioria, desfazer esse mandato, depois de dois anos de exercício do cargo, para entregá-lo a quem perdeu a eleição. Enfim, um defeito mais do nosso direito eleitoral, que permite essas calamidades, do que dos tomadores da decisão.

F.F. – Até então o senhor não tinha vivido a agrura de, como advogado, perder um caso em que o senhor acreditava?

F.R. – Não.

F.F. – Como foi viver isso?

F.R. – Foi muito penoso. Sobretudo por alguns aspectos colaterais do caso, que envolvia Jackson Lago, médico, eleito governador do...(Maranhão) e quem perdeu a eleição, ou seja, dona Roseana Sarney, a quem o Tribunal entregou o mandato já na metade.

F.F. – Mais penoso isso ou ser vencido quando é relator?

F.R. – Ah! Bem mais penoso isso. Ser vencido como relator não... Enfim. Sobretudo se eu me convenço de que os que me venceram devem ter lá suas boas razões para, em boa-fé, sustentarem aquilo que sustentaram. Neste caso não. Eu achei que tudo andou mal. Até o procedimento do Ministério Público, minha antiga carreira, foi decepcionante. E é um assunto que...enfim, que eu gostaria de esquecer. (risos)

F.F. – Talvez seja a sua pior lembrança profissional, a gente poderia dizer?

F.R. – É sem dúvida a minha pior lembrança.

F.F. – Por último, posso só pedir, ministro, como foi o processo em Raposa Serra do Sol, que é um que nós consideramos...

F.R. – Ah não. Em Raposa Serra do Sol... Veja bem. Eu tenho, eu dizia isso aos universitários de Santa Catarina algum tempo atrás, eu tenho uma longa história de defesa dos interesses territoriais, dos direitos territoriais das comunidades indígenas do Brasil. Quando ministro do Supremo, o caso dos Krenaks, em Minas Gerais, o caso de outra comunidade na Bahia, eu fui o relator de Acórdãos importantes, que reconheceram os direitos. No caso de Minas Gerais, foi algo dramático. Simplesmente, mandei, acompanhado pela unanimidade do Tribunal na época, que o estado de Minas Gerais devolvesse as terras aos indígenas e desalojasse os aventureiros que lá se colocaram e indenizasse a esses aventureiros, se achasse que devia fazê-lo, se entendesse que não houvera má-fé. Que foi um caso, veja bem, em que uma comunidade, uma inteira comunidade de picaretas se instala numa terra já demarcada como território indígena, expulsando sorrateiramente os indígenas ali instalados *depois* da demarcação. Foi um caso calamitoso enfim. Mas marcou época. Esse caso, o caso da Bahia, e depois, no governo, na administração, dentro do governo Collor, quando demarcamos o território Ianomâmi, equivalente à área de Portugal, para um conjunto de cinco mil índios. Mas é porque ali, primeiro, não desrespeitamos o estado de Roraima, o estado não reivindicava nada naquele flanco noroeste do seu território; segundo, ali, tudo que se contrapunha ao interesse da comunidade Ianomâmi eram os interesses de criminosos, que lá se dedicavam ao garimpo ilegal, por mil razões: ilegal pela contaminação, ilegal pela corrupção, ilegal pela sonegação, ilegal por *tudo*, por tudo, até pela exploração do lenocínio. Ou seja, se se contrapõe o interesse de cinco mil indígenas lá instalados imemorialmente ao interesse de meia dúzia de criminosos que se deslocaram para lá para ganhar dinheiro fácil no garimpo, à custa de várias ofensas ao Código Penal, de várias incursões do Código Penal, não havia outra coisa a fazer, senão aquilo que o governo fez com...

F.F. – E que o Supremo confirmou.

F.R. – E que o Supremo confirmou, isso, sob a orientação, no governo, de dois ministros, que fomos Jarbas Passarinho, da Justiça, e eu próprio, das Relações Exteriores. Havia no governo uma ala militar que era fran...

F.F. – Em terras de fronteira.

F.R. – Sim, sim. Na fronteira, é. Havia uma grande pressão de setores militares e outros no sentido de se agir de outro modo, mas... Enfim, foi... Pois bem. Eu não preciso, isso é tão citado, tudo isso é tão conhecido, eu não preciso ficar dando nova demonstração de que eu

tenho uma história de defesa dos interesses e direitos territoriais das comunidades indígenas do Brasil. Mas o caso de Raposa Serra do Sol foi diferente. Porque ali nós tínhamos um processo pessimamente conduzido pela Funai. A Funai é um celeiro de incompetência, nos últimos anos, do qual não é preciso falar. O país inteiro conhece. E a Funai, na demarcação da terra Raposa Serra do Sol, contrariou interesses das próprias comunidades indígenas, de famílias mistas várias e de nove mil... Porque aquilo que certo antropólogo de um ponto qualquer do litoral do país fez como laudo, para justificar aquela demarcação, parece sugerir que ali, os interesses das comunidades indígenas... (que são várias, não era uma só, como o Ianomâmi), que aquilo se contrapunha aos interesses agrícolas de meia dúzia de gaúchos que se deslocaram para explorar a cultura de arroz em Roraima. Não era nada disso. Havia, sim, alguns gaúchos; mas havia, sobretudo, nove mil amazônidas pobres, paupérrimos, vivendo do seu trabalho, e que tiveram que ser desalojados, por conta da tropelia. E no fundo não era bem... Era uma ação popular, ajuizada por senadores de Roraima, um dos quais até era do PT. Mas eu entendi que aquilo tinha sido, sem dúvida, um grave atentado, pelo governo da União, aos direitos que tem uma unidade federada, seja Minas Gerais ou São Paulo, seja Roraima, embora estado...

F.F. – O senhor atuou... Foi defensor... de Roraima?

F.R. – E atuei por Roraima. De Roraima. Mas enfim o Supremo convalidou de qualquer maneira a demarcação, embora tenha deixado claros todos os direitos dos remanescentes não indígenas, nas comarcas, enfim nos municípios, lá estabelecidos, e todos os direitos que a autoridade federal, estadual... Agora, a execução do Acórdão tem sido uma tragédia só. Ou seja, não se ensinou, até hoje, ao governo federal pelo seu desdobramento que é a Funai, esse órgão não aprendeu até hoje que a melhor maneira de velar pelo interesse das comunidades indígenas é dar a essas comunidades assistência sanitária, alimentar, de trabalho, de agricultura, que essas comunidades demandam. Não é ficar demarcando terras açodadamente, para atender a indigenistas, quase sempre estrangeiros, que fazem pressão sobre o órgão. E para abandonar. Depois da demarcação, desalojam-se os não índios, que são jogados na rua da amargura, e não se dá assistência aos indígenas, que ficam, por conta disso, enfim, mais queixosos do que nunca. Nunca vivemos, como hoje, um estado de coisas em que as comunidades indígenas, no Brasil, têm tantas queixas acumuladas, muito mais contra o governo e contra a Funai do que contra qualquer co-ocupante branco. E sobretudo para sinalizar o fato de que... é muito comum o confronto entre direitos humanos e direitos humanos. Nós tivemos, no contexto dessas manifestação – agressivas – dos últimos dias, uma manifestação de agricultura pobres, paupérrimos, quase miseráveis, protestando contra o desalojamento deles para demarcação de uma área indígena num ponto qualquer do litoral brasileiro, não me lembro exatamente onde. Mas foi um dos fenômenos que a televisão noticiou e os jornais noticiaram nesses últimos dias; entre várias bandeiras que as manifestações trouxeram à rua estava essa, de famílias paupérrimas de agricultores que foram jogados fora quando a Funai resolveu demarcar uma determinada área indígena num ponto qualquer dessa parte do Brasil.

F.F. – Direitos humanos contra direitos humanos.

F.R. - Direitos humanos contra direitos humanos.

F.F. – Ministro. Eu acho que conseguimos cobrir praticamente toda a sua trajetória, evidentemente que com foco no Supremo. Nós poderíamos ter feito uma entrevista de igual duração só sobre a sua atuação em Haia. Mas para o nosso foco, acredito que cobrimos, sua

atuação como ministro do Supremo, desdobramentos depois, causalidades antes. Eu gostaria, em nome da Fundação Getúlio Vargas, de agradecer imensamente sua disposição de passar uma tarde inteira conosco, entrando noite adentro. Creio que produzimos um documento histórico, de valor inestimável para o Brasil. A nossa ideia é divulgá-lo, torná-lo uma fonte de pesquisa para nós e para as futuras gerações de pesquisadores. Então, em nome da Fundação e de todos aqueles que irão consultar esse documento no futuro, pessoas que sequer conhecemos, quero agradecer ao senhor. E a última pergunta é sempre a seguinte. Sobre a sua trajetória profissional, em particular sobre a sua atuação como ministro do Supremo Tribunal Federal, o senhor acha que teve algum ponto interessante ou relevante que nós deixamos de conversar nessa entrevista?

F.R. – Não. Não. A única coisa que me ocorre dizer é que a carreira jurídica, a opção pelo direito abre, diante do ser humano, diante do universitário, um leque infinito de opções. É possível, quando se toma esse caminho, escolher entre uma pluralidade de coisas que se abrem à frente do graduado em direito. É possível, portanto, que mesmo não se tendo a noção exata daquilo que se deseja como futuro, o estudante de direito estará sempre protegido por essa circunstância, que é comum aos países todos do mundo de hoje mas que é incidente, sobretudo, em países como o Brasil: a variedade dos caminhos que a formação jurídica oferece. E, particularmente no Brasil contemporâneo, o relevo que a Constituição da República dá aos operadores do direito em geral, não só à magistratura, não só ao poder judiciário, que no caso brasileiro como no caso norte-americano é verdadeiramente um poder do Estado, diferentemente do que acontece na maioria numérica dos países no mundo. Não só nesse domínio, mas também no do ministério público, na advocacia de Estado e na advocacia privada, definida como indispensável, essencial à administração da justiça. Nenhuma constituição neste planeta, no presente ou no passado, deu tanto prestígio, e por isso mesmo tanta responsabilidade, a uma classe de profissionais como a Constituição brasileira de 88 deu aos operadores do direito. É preciso encarar isso, não com euforia, mas sobretudo com a contrição da responsabilidade, do tamanho da responsabilidade que isso importa. Nós devemos mais à sociedade brasileira do que todos...do que qualquer outra categoria profissional. Disso não tenham dúvida.

F.F. – Ministro, muitíssimo obrigado.

F.R. – Eu lhe agradeço, Fernando.

[FIM DO DEPOIMENTO]